

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**EDUCAÇÃO E CAPITALISMO DE PLATAFORMA: DIGITALIZAÇÃO
E CONECTIVIDADE RIZOMÁTICA NO ENSINO – A VIRTUALIDADE
EM TELA**

LUAN TARLAU BALIEIRO

**MARINGÁ
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS**

**EDUCAÇÃO E CAPITALISMO DE PLATAFORMA: DIGITALIZAÇÃO
E CONECTIVIDADE RIZOMÁTICA NO ENSINO – A VIRTUALIDADE
EM TELA**

Dissertação apresentada por LUAN TARLAU BALIEIRO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas.

Orientador

Prof. Dr.: MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

B186e	<p>Balieiro, Luan Tarlau</p> <p>Educação e capitalismo de plataforma : digitalização e conectividade rizomática no ensino – a virtualidade em tela / Luan Tarlau Balieiro. -- Maringá, PR, 2022. 165 f.: il. color., figs., tabs.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.</p> <p>1. Capitalismo de plataforma. 2. Conectividade rizomática. 3. Neoliberalismo digital. 4. Plataformização do ensino. I. Azevedo, Mário Luiz Neves de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.</p>
CDD 23.ed. 370.115	

LUAN TARLAU BALIEIRO

**EDUCAÇÃO E CAPITALISMO DE PLATAFORMA: DIGITALIZAÇÃO E
CONECTIVIDADE RIZOMÁTICA NO ENSINO – A VIRTUALIDADE EM TELA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo (Orientador) – UEM

Profa. Dra. Aliandra Raquel Lazzari Barlete – Moray House School of
Education and Sport – Universidade de Edimburgo –
Edimburgo/Escócia

Profa. Dra. Aparecida Meire Calegari-Falco – UEM

Profa. Dra. Leonir Santos de Souza – UNIR

Data de Aprovação: 22/04/2022

Dedico este trabalho a meus pais, Luci e Lucival, os meus grandes incentivadores. A educação e o amor incondicional de vocês constituíram o sujeito que sou. Vocês são a minha vida, a minha história, o meu tudo!

Também direciono a dedicatória a meu avô materno, Neoclydes Tarlau, que, no auge de seus 89 anos, venceu a covid-19. Infelizmente, a doença ceifou a vida de muitas pessoas, mas meu avô representou uma força extraordinária. Como ele mesmo diz: “*O Luan fica ali, lendo, escrevendo no computador, com aquelas letrinhas pequenas... Estuda que é bom!*”. Continuarei estudando, Vô Cridão!

AGRADECIMENTOS

Ingressar no Mestrado em uma universidade pública, gratuita e de qualidade sempre foi um dos meus objetivos na condição de um estudante que tem, ainda, muito a aprender, vivenciar e experienciar teorias, reflexões e perspectivas que nos transformam intelectualmente e nos fazem compreender a sociedade – e os fenômenos que nela residem – com prudência. Sem dúvidas, realizar uma pesquisa requer comprometimento, dedicação e esforço. O caminho é árduo, mas há pessoas e grupos que nos motivam, de modo a tornar o processo de escrita agradável e abundante em aprendizados. Que bom ter essas pessoas! Este espaço, a propósito, é reservado a elas.

Todos os agradecimentos

- Aos meus pais, Luci e Lucival, por acreditarem que a educação transforma o mundo e as pessoas. Eles sempre me motivaram a progredir nos estudos. Uma dedicatória é pouca para eles! Meu pai, que não chegou a concluir o ensino fundamental, com seu jeito simples, tranquilo, sabe da importância do Mestrado para mim. Sinto um orgulho imenso por ele ter me acompanhado no decorrer desse processo. Minha mãe, grande amiga, sempre me incentivou a estudar tudo o que eu quisesse. Seu carinho, bondade e amor tão presentes me revigoram a cada dia. Meus pais são os meus tesouros. Os agradecimentos a eles são infindáveis. Eu amo vocês, com todo o meu coração. Muito obrigado, meus pais!

- Ao professor Mário Luiz Neves de Azevedo, meu orientador, pela gentileza e serenidade com o trabalho de orientação nesta pesquisa. Também tenho como objetivo me tornar um professor universitário e saiba que o vejo como um belíssimo exemplo. Agradeço por todos os conhecimentos partilhados e pela parceria que formamos. As reflexões que aprendi com o senhor me transformaram como pesquisador e pessoa. Com a realização desta dissertação, a qual pretendo dar continuidade, sinto-me maduro e confiante a prosseguir no mundo acadêmico. O senhor me oportunizou isso. Muito obrigado, professor Mário!

- Às professoras que compuseram a banca de avaliação deste trabalho: Aliandra Raquel Lazzari Barlete, Aparecida Meire Calegari-Falco e Leonir Santos de Souza, pelas contribuições valiosas para o desenvolvimento do estudo. Aprendi muito com os apontamentos no Exame de Qualificação, repletos de gentileza e de uma competência inquestionável. Que bom que há professoras como vocês na Universidade, que motivam o estudante a confiar no seu potencial para perseverar com a pesquisa. Muito obrigado, professoras!

- Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), pela acolhida e por todo o trabalho prestado, sempre feito com muita eficiência e dedicação pelo Hugo, que nos proporciona um excelente e humanizado atendimento. Tenho um orgulho imenso de fazer parte desse Programa. Muito obrigado, PPE!

- Aos professores e colegas do PPE, pelos inestimáveis conhecimentos compartilhados durante a realização das disciplinas e das vivências em outras atividades. Esses saberes e vivências nos constituem como pesquisadores, estudantes e sujeitos que terão a finalidade de colaborar com a sociedade, com o bem comum. Muito obrigado, professores e colegas!

- Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Básica e Superior (GEDUC), pelos conhecimentos também compartilhados, com bastante generosidade. Um grupo formado por pessoas queridas, sempre dispostas a ajudar. Senti-me bem acolhido por vocês. Muito obrigado, GEDUC!

- À Universidade Estadual de Maringá (UEM), por ser o espaço onde pude iniciar minha trajetória acadêmica, a princípio, na Graduação em Letras e, agora, no Mestrado em Educação. Lisonjeado fico em dizer que estudei em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Muito obrigado, UEM!

- Ao meu irmão, Lucas, pela parceria constante e por sempre me apoiar nos estudos. Em 2017, tornei-me o tio “Ulan” e pude vivenciar, com muito carinho, o que é ser tio e amar incondicionalmente um sobrinho. Que bom que temos o nosso precioso Bernardo. Muito obrigado, irmão!

- À minha querida amiga, Cindy, pelas conversas e auxílios tão recíprocos. Concluímos a Graduação em Letras e nossa amizade foi muito além do espaço da Universidade. Eu te apoio, você me apoia. Expresso a minha felicidade por tê-la como amiga. Muito obrigado, Cindy!

- Ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Letras-Português da UEM, em especial, às professoras Cláudia e Lilian, e à amiga Cíntia, pelos aprendizados tão humanos sobre o que é ser professor. Meu primeiro contato com a sala de aula; minha primeira vivência na condição de docente na Educação Básica. Memórias que guardo com bastante carinho, oportunizadas por educadoras e pessoas tão queridas. Muito obrigado, PIBID e professoras!

- À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

- A todos e todas que, de forma indireta, também contribuíram para a realização desta pesquisa: muito obrigado!

Pane no sistema
Alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo

Parafuso e fluido em lugar de articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico, é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado

Mas lá vêm eles novamente
Eu sei o que vão fazer
Reinstalar o sistema

Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste, viva

Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga

Não, senhor, sim, senhor
Não, senhor, sim, senhor

[...]

Admirável Chip Novo. Pitty, 2003.



Imagem de Fenili (2019).

BALIEIRO, Luan Tarlau. **EDUCAÇÃO E CAPITALISMO DE PLATAFORMA: DIGITALIZAÇÃO E CONECTIVIDADE RIZOMÁTICA NO ENSINO – A VIRTUALIDADE EM TELA**. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2022.

RESUMO

Estamos situados em uma cultura virtual. Com a pandemia da covid-19 iniciada em 2020, essa circunstância se avigorou. O crescimento das plataformas, considerando a proeminência da plataformização do ensino dentro do campo da educação, possibilitou a criação de um valor econômico e social em grande escala, a partir de ecossistemas que impulsionam a economia digital. Nesse sentido, duas indagações constituem a problematização deste estudo: o que está em jogo no campo educacional com o estabelecimento do ecossistema de ensino plataformizado? A plataformização equivale à nova hegemonia de um neoliberalismo digital? Com base no exposto, salientamos que a temática desta pesquisa é a plataformização do ensino em contexto de um neoliberalismo que podemos entender como digital em tempos de capitalismo de plataforma. Nosso objeto de estudo é o fenômeno da plataformização, focando-se no cenário educacional a partir dos seguintes projetos de plataforma: 1) *Canvas*, 2) *Aprendendo Sempre*, 3) *AprendiZAP*, 4) *YouTube Edu* e 5) *Resolve Sim*. A fim de responder aos questionamentos apresentados, estabelecemos como objetivo central analisar as consequências do fenômeno da plataformização do ensino, por meio das particularidades do capitalismo de plataforma e do neoliberalismo digital. De forma específica, buscamos: a) entender o surgimento do capitalismo de plataforma, de modo a abranger suas características (efeitos de rede, economia digital, ecossistema e rizoma); b) apresentar as idiosincrasias do neoliberalismo, respaldando-se em como a racionalidade neoliberal foi consolidada na sociedade brasileira; c) tecer reflexões a respeito das especificidades dos conceitos de campo em Pierre Bourdieu e hegemonia em Antonio Gramsci, articuladamente ao referencial do capitalismo de plataforma e às particularidades do neoliberalismo; d) promover uma discussão acerca do fenômeno da plataformização do ensino, por meio de uma perspectiva teórico-crítica, recorrendo às plataformas mencionadas. Os referenciais teóricos da pesquisa se concentram nas reflexões de Bourdieu (2011a), Gramsci (1999) e demais comentadores, bem como em Srnicek (2017). Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativa, valendo-se da pesquisa bibliográfica e, em alguns momentos, da documental. Os resultados evidenciam que as plataformas se pautam nos ideários de qualidade, soluções tecnológicas e inovações, ao consolidarem conectividades rizomáticas em busca de ampliar efeitos de rede e extrair dados para prognosticar maneiras de sociabilidade. Concluimos que as cinco plataformas analisadas implantam condutas hegemônicas de que resolverão complexidades educacionais; há disputas por ascensões e, em meio a isso, a educação fica condicionada à característica de produto, e não como um bem público, com práticas de benchmarking digital que instituem formas para o almejo da diferenciação.

Palavras-chave: capitalismo de plataforma; conectividade rizomática; neoliberalismo digital; plataformização do ensino.

BALIEIRO, Luan Tarlau. **EDUCATION AND PLATFORM CAPITALISM: DIGITISATION AND RHIZOMATIC CONNECTIVITY IN EDUCATION – ON-SCREEN VIRTUALITY**. 165 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2022.

ABSTRACT

We are situated in a virtual culture. With the covid-19 pandemic started in 2020, this circumstance has become avigoroed. The growth of the platforms, considering the prominence of the platform of teaching within the field of education, made possible the creation of an economic and social value on a large scale, from ecosystems that drive the digital economy. In this sense, two questions constitute the problematization of this study: what is at stake in the educational field with the establishment of the platform teaching ecosystem? Does platformism equate to the new hegemony of digital neoliberalism? Based on the above, we emphasize that the theme of this research is the platform of teaching in the context of a neoliberalism that we can understand a digital in times of platform capitalism. Our object of study is the phenomenon of platformization, focusing on the educational scenario from the following platform projects: 1) Canvas, 2) Learning Always, 3) Apprenticeship, 4) Youtube Edu and 5) Resolve Yes. In order to answer the questions presented, we set as our central objective to analyze the consequences of the phenomenon of the platformization of education, through the particularities of platform capitalism and digital neoliberalism. Specifically, we seek: a) to understand the emergence of platform capitalism in order to cover its characteristics (network effects, digital economy, ecosystem and rhizome); b) to present the idiosyncrasies of neoliberalism, based on how neoliberal rationality was consolidated in Brazilian society; c) to reflect on the specificities of the concepts of field in Pierre Bourdieu and hegemony in Antonio Gramsci, articulated with the referential of platform capitalism and the particularities of neoliberalism; d) promote a discussion about the phenomenon of the platform of teaching, through a theoretical-critical perspective, using the aforementioned platforms. The theoretical references of the research focus on the reflections of Bourdieu (2011a), Gramsci (1999) and other commentators, as well as on Srnicek (2017). Methodologically, this is an exploratory study with a qualitative approach, using bibliographic research and, in some moments, documental research. The results show that the platforms are based on quality ideas, technological solutions and innovations, by consolidating rhizomatic connectivities in order to expand network effects and extract data to predict ways of sociability. We conclude that the five analyzed platforms implement hegemonic behaviors that will solve educational complexities; there are disputes for ascension and, in the midst of this, education becomes conditioned to the characteristic of a product, and not as a public good, with practices of digital benchmarking that institute forms for the longing of differentiation.

Keywords: platform capitalism; rhizomatic connectivity; digital neoliberalism; educational platform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação cômica das plataformas <i>Instagram</i> , <i>Google</i> e <i>Facebook</i>	25
Figura 2 – Plataformas de negócios em nível internacional.....	39
Figura 3 – Representação de um rizoma.....	45
Figura 4 – Parcerias firmadas entre a Fundação Itaú Social e municípios/estados/entidades em 2020.....	65
Figura 5 – Diagrama: espaço das posições sociais e espaço dos estilos de vida.....	86
Figura 6 – O funcionamento do campo.....	90
Figura 7 – Título de notícia acerca das plataformas <i>Canvas</i> e <i>Blackboard</i>	92
Figura 8 – O pensamento hegemônico em exercício.....	104
Figura 9 – Página inicial da plataforma <i>Blackboard</i>	105
Figura 10 – O retrato de uma sociedade neoliberal (monitorada, gerenciada, controlada)	110
Figura 11 – Página inicial da <i>Instructure</i> , com informações acerca da plataforma <i>Canvas</i> na seção referente ao Ensino Superior.....	115
Figura 12 – Efeitos de rede da plataforma <i>Canvas</i>	120
Figura 13 – Página inicial da plataforma <i>Aprendendo Sempre</i>	126
Figura 14 – Página inicial da plataforma <i>AprendeZAP</i>	128
Figura 15 – <i>AprendeZAP</i> para alunos e professores.....	128
Figura 16 – <i>AprendeZAP</i> em ação.....	129
Figura 17 – <i>AprendeZAP</i> Professores: conversa automática.....	131
Figura 18 – Parceiros da plataforma <i>AprendeZAP</i>	133
Figura 19 – <i>EduTuber</i> : a nova geração de educadores.....	134
Figura 20 – Alguns canais provenientes do <i>YouTube Edu</i>	137
Figura 21 – Página inicial da plataforma <i>Resolve Sim</i>	140
Figura 22 – Como estudar na plataforma <i>Resolve Sim</i>	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Plataformas: descrição e exemplos, com base em Srnicek (2017)	47
Quadro 2 – Mecanismos que corroboraram com o distanciamento do Estado às atividades sociais.....	56
Quadro 3 – Sínteses de informações acerca do processo de reforma do aparelho do Estado e de efetivação dos princípios neoliberais na fase de autonomia relativa do Estado brasileiro...	57
Quadro 4 – Pesquisas sobre as plataformas digitais em contexto de neoliberalismo abrangendo o período de 2006-2020.....	72
Quadro 5 – Informações sintetizadas a respeito das plataformas analisadas.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das pesquisas por regiões brasileiras e por esfera administrativa/instituição.....	73
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – *Action By Churches Together*

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

BA – Bahia

BCE – Banco Central Europeu

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEIPE – Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais

CEO – *Chief Executive Officer*

CESE – Coordenaria Ecumênica de Serviço

CETIC – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

CIEB – Centro de Inovação para a Educação Brasileira

COE – Comitê de Orientação Estratégia

DNA – *Deoxyribonucleic acid*

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDEF – Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério

FUSP – Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo

GE – *General Electric*

GEDUC – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica e Superior

IA – Inteligência Artificial

IEA – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LMS – *Learning Management System*

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores sem Teto
NGP – Nova Gestão Pública
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PAD – Processo de Articulação e Diálogo Internacional
PAE – Políticas de Ajuste Estrutural
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE – Plano Nacional de Educação
PNGP – Pós-Nova Gestão Pública
PPE – Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP – Parceria Público-Privada
PR – Paraná
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RJ – Rio de Janeiro
RS – Rio Grande do Sul
SEDUC-RS – Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul
SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SP – São Paulo
TDICs – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TECSUP – *Instituto de Educación Superior en Perú*
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
US – *United States*
USP – Universidade de São Paulo
UTH – Universidade Técnica de Honduras
UTP – Universidad Tecnológica del Perú
VC – *Venture Capital*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. CAPITALISMO DE PLATAFORMA: EM BUSCA DE COMPREENSÕES AO FENÔMENO	25
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO EM TRÊS MOMENTOS: A RECESSÃO DE 1970, O “BOOM” DE 1990 E A CRISE ECONÔMICA DE 2008.....	28
2.2 PLATAFORMAS: CARACTERÍSTICAS E DEFINIÇÕES	35
2.2.1 Efeitos de rede, economia digital, ecossistema e rizoma: aspectos motivadores para o que se pode entender como o ‘universo das plataformas’	40
3. A CONSOLIDAÇÃO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA: NOVOS RUMOS À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CAPITALISMO DE PLATAFORMA	51
3.1 RACIONALIDADE NEOLIBERAL: UMA GOVERNANÇA DE SUBJETIVIDADES	58
3.1.1 O avanço do capitalismo sob novos moldes	66
3.2 EDUCAÇÃO DE PLATAFORMA EM UM CONTEXTO DE NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	70
4. OS CONCEITOS DE CAMPO EM PIERRE BOURDIEU E HEGEMONIA EM ANTONIO GRAMSCI: PERSPECTIVAS TEÓRICO-CRÍTICAS QUANTO AO FENÔMENO DA PLATAFORMIZAÇÃO	80
4.1 A SOCIOLOGIA CRÍTICA DE PIERRE BOURDIEU: COMPREENSÕES ACERCA DAS ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO SOCIAL E CAMPO	84
4.1.1 Objetos em disputa: o que está em jogo no campo educacional com o estabelecimento do ecossistema de ensino plataformizado?.....	90
4.2 ANTONIO GRAMSCI E O CONCEITO DE HEGEMONIA: REFLEXÕES SOBRE A INSTAURAÇÃO DE UM PENSAMENTO HEGEMÔNICO	100
4.2.1 Plataformização: a nova hegemonia de um neoliberalismo digital?	106

5. PLATAFORMIZAÇÃO DO ENSINO: EFEITOS DE REDE, CONECTIVIDADE RIZOMÁTICA E CONTROLE SOCIAL	115
5.1 PLATAFORMA CANVAS E SEUS EFEITOS DE REDE NO CAMPO EDUCACIONAL: ORIGEM, ATUAÇÃO NO BRASIL E EM OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	117
5.2 FUNDAÇÃO LEMANN E SEUS PROJETOS DE EDUCAÇÃO DE PLATAFORMA EM MEIO À PANDEMIA	124
5.2.1 Plataformas <i>Aprendendo Sempre</i> e <i>AprendiZAP</i> : curadoria de conteúdos e uso de robôs pelo <i>WhatsApp</i>	125
5.2.2 <i>YouTube Edu</i> e a resignificação do professor para <i>EduTuber</i> : uma parceria entre <i>Google</i> e Fundação Lemann	134
5.3 PLATAFORMA <i>RESOLVE SIM</i> E A PARCERIA COM A SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (SEDUC-RS): PARA ONDE VÃO OS DADOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA?	140
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	153

1. INTRODUÇÃO

Pela Internet 2

[...]
 Estou preso na rede
 Que nem peixe pescado
 É zap-zap, é like
 É Instagram, é tudo muito bem bolado
 O pensamento é nuvem
 O movimento é drone
 O monge no convento
 Aguarda o advento de Deus pelo iPhone
 Cada dia nova invenção
 É tanto aplicativo que eu não sei mais não
 What's app, what's down, what's new
 Mil pratos sugestivos num novo menu
 É Facebook, é Facetime, é Google Maps
 Um zigue-zague diferente, um beco, um CEP

[...] (Gilberto Gil, 2018)¹.

Em 1996, Gilberto Gil lançou a canção “Pela Internet”; foi o primeiro artista brasileiro a ter sua apresentação transmitida ao vivo pela internet, que estava começando a se popularizar. Quase 22 anos depois do lançamento original, o cantor apresentou uma nova versão da música, a qual selecionamos para introduzir este trabalho. Com a mesma base instrumental e melódica da canção original, Gil menciona redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*, aplicativos, como *Google Maps* e *Facetime*, e se propõe a tecer críticas à abundância de informações em que estamos imersos. Tem-se uma nítida atualização da música, já que adentramos em uma nova Era: a digital.

Convenientemente, em uma entrevista concedida no início de fevereiro de 2018 e redigida pelo jornalista Pedro Henrique Pinheiro ao site *Tenho mais discos que amigos!*, o artista profere: “Nessa nova letra, a dose apologética diminuiu e a crítica aumentou. É natural que assim seja, porque a internet virou um pandemônio, um estímulo a esse narcisismo individualista que se desdobra em política de ódio” (PINHEIRO, 2018, *on-line*)². É inevitável não concordar com o músico e com os dizeres atualizados da canção. Tudo é *like*, o movimento é como drone, o pensamento é nuvem. Em outras palavras: as pessoas buscam pela aceitação nas redes, precisam se destacar; nossos movimentos são gerenciados,

¹ Disponível em: <https://www.kboing.com.br/gilberto-gil/pela-internet-2/>. Acesso em: out. 2021.

² Disponível em: <https://www.tenhomaisdiscosqueamigos.com/2018/02/01/gilberto-gil-atualiza-a-musica-pela-internet-21-anos-apos-lancamento-da-original/>. Acesso em: out. 2021.

performáticos; nossos pensamentos, na mesma lógica, são coordenados e dispostos a serem compartilhados, extraídos, alcançando quantidades extraordinárias de usuários. Trata-se de um cenário plataformizado. Inclusive, conforme lemos no Dicionário Enciclopédico Brasileiro Solar (1971, p. 1768), a palavra ‘usuário’ significa: “[...] Que serve para ser usado; dizia-se do escravo do qual se tinha o uso, mas não a propriedade”. Com essa definição e a direcionando para o atual contexto, refletimos que somos dominados pelas redes, de modo a nos tornar dependentes delas. Essa é a realidade que Gilberto Gil, de forma bem sagaz, evidencia em sua canção, ao afirmar logo no início: “Estou preso na rede”. Estamos presos, dependentes e subordinados a uma imensidão de recursos, meios e ferramentas tecnológicas.

Diante das informações apresentadas, cumpre destacar que o presente trabalho está situado na linha de pesquisa História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas³ do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), vinculando-se ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Básica e Superior – GEDUC – cadastrado no diretório do CNPq⁴, cuja temática é a plataformização do ensino em contexto de um neoliberalismo que podemos entender como digital em tempos de capitalismo de plataforma. Nosso objeto de estudo é justamente o fenômeno da plataformização, focando-se no cenário educacional por meio dos seguintes projetos de plataforma: 1) *Canvas*, 2) *Aprendendo Sempre*, 3) *AprendiZAP*, 4) *YouTube Edu* e 5) *Resolve Sim*⁵. Ponderamos que o crescimento das plataformas, considerando a proeminência da plataformização do ensino dentro do campo da educação, possibilita a criação de um valor econômico e social em grande escala, a partir de ecossistemas que impulsionam a economia digital. Nesse sentido, duas indagações constituem a problematização da pesquisa: o que está em jogo no campo educacional com o estabelecimento do ecossistema de ensino plataformizado? A plataformização equivale à nova hegemonia de um neoliberalismo digital?

A fim de responder a esses questionamentos, estabelecemos como objetivo central analisar as consequências do fenômeno da plataformização do ensino, por meio das

³ A partir de 2022, o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) readequou suas linhas de pesquisa; até 2021, o Programa se dividia em três linhas: Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores; História e Historiografia da Educação; Políticas e Gestão em Educação. Atualmente, segmenta-se em duas linhas: História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas; Ensino, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. No que tange ao exposto e tendo em vista a entrega final desta pesquisa em 2022, optamos por já considerar a atualização feita pelo PPE. Mais informações podem ser consultadas no seguinte *link*: <http://www.ppe.uem.br/sobre-nos.htm>

⁴ Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4798284105765392>. Acesso em: out. 2021.

⁵ Disponíveis em: 1) <https://www.instructure.com/pt-br/canvas>, 2) <https://aprendendosempre.org>, 3) <https://www.aprendizap.com.br>, 4) https://www.youtube.com/channel/UCs_n045yHUiC-CR2s8AjIwg e 5) <https://www.resolvecim.com.br>. Acesso em: out. 2021. Ressaltamos que os endereços eletrônicos serão novamente apresentados à medida que as plataformas forem discutidas.

particularidades do capitalismo de plataforma e do neoliberalismo digital. Para tanto, quatro objetivos específicos foram elencados. São eles:

a) entender o surgimento do capitalismo de plataforma com base na teoria de Srnicek (2017), de modo a nos concentrar em aspectos históricos e nas características das plataformas abrangendo as definições de: efeitos de rede, economia digital, ecossistema e rizoma;

b) apresentar as idiossincrasias do neoliberalismo, centrando-se em como uma racionalidade neoliberal é consolidada em uma sociedade (neste caso, a brasileira);

c) tecer reflexões a respeito das especificidades dos conceitos de campo em Pierre Bourdieu (1930-2002) e hegemonia em Antonio Gramsci (1891-1937), articuladamente ao referencial do capitalismo de plataforma e às idiossincrasias do neoliberalismo;

d) promover uma discussão a respeito do fenômeno da plataformização do ensino, por meio de uma perspectiva teórico-crítica, recorrendo a plataformas que contribuem para a consolidação e expansão de uma nova forma do capitalismo.

Concernente ao exposto, partimos da premissa de que as plataformas desenvolvem monopólios digitais em um processo que consiste no ato de coletar e analisar dados para, posteriormente, vender o resultado por intermédio de uma conectividade rizomática⁶ (SRNICEK, 2017); podemos pressupor que a educação plataformizada se alicerça a um capital educador, que a determina como um serviço restrito às ações de oferecer, adquirir e investir.

Neste momento, verificamos a prudência de registrar que este trabalho se justifica sob três eixos: pessoal, social e científico. A respeito do primeiro, peço licença para discursar na primeira pessoa do singular. Em 2019, concluí a Especialização *lato sensu* em Docência na Educação Superior em uma instituição de ensino privada. No curso, tive uma disciplina referente às tecnologias digitais e a questão da plataformização foi objeto de discussão em uma das aulas. O assunto muito me instigou. Assim, incentivado por um amigo, prestei o processo de seleção para o Mestrado em Educação do PPE e, para minha felicidade, fui aprovado em dezembro do ano referido. Inicialmente, o projeto desta pesquisa se centrava na ideia das competências tecnológicas da Base Nacional Comum Curricular (a BNCC)⁷ e na

⁶ A partir de Srnicek (2017), entendemos a conectividade rizomática como um fenômeno que tem a finalidade de intensificar efeitos de rede; no caso das plataformas, os resultados positivos que elas alcançam – por exemplo, fidelizar uma quantidade expressiva de usuários em função de algum produto ou serviço comercializado – precisam ser proliferados para que o alcance seja cada vez maior, consolidando-se, assim, um efeito de rede infundável.

⁷ “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento

maneira como a tecnologia é abordada nas políticas educacionais curriculares para a educação básica. Todavia, após as aulas finalizadas na pós-graduação, especialmente as disciplinas ministradas pelo professor Mário, que orienta esta pesquisa, denominadas “Introdução às categorias de pensamento de Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu: contribuições ao campo da educação” e “*Platform Capitalism and the Field of Education*”, o projeto avançou sob a temática da plataformização. As teorias destacadas contribuíram de forma vital para o aperfeiçoamento das reflexões, bem como para as discussões que efetuamos ao longo desta dissertação.

Em relação ao segundo eixo, o social, não podemos deixar de salientar que esta pesquisa foi redigida em contexto de pandemia⁸ no qual as plataformas se afluíram intensamente. Fomos submetidos a uma nova sociabilidade e com a necessidade de nos adaptar. Nesse sentido, desenvolver uma pesquisa sobre plataformização em pleno contexto pandêmico favoreceu as inquietações que motivaram os desdobramentos desta pesquisa, já que esse contexto reforça o discurso de que devemos nos inserir, cada vez mais, em espaços digitais para a condução de nossas atividades diárias. Ademais, essa situação contribuiu para evidenciar a relevância social deste trabalho: mesmo que estejamos condicionados às plataformas, faz-se pertinente propor investigações que nos levem a refletir sobre nossas próprias práticas na condição de docentes, estudantes, pesquisadores, sujeitos históricos que passam a experienciar um novo estágio de civilidade: as relações remotas.

Vinculado ao segundo eixo, destacamos o terceiro, o científico, que nos permite afirmar que a temática deste estudo é pouco explorada no âmbito acadêmico, especialmente se considerar os referenciais teóricos trabalhados e a tarefa de mostrar que a plataformização se delinea como um processo hegemônico do neoliberalismo, revestido em uma faceta digital. Aliás, na terceira seção do estudo, com a apresentação da revisão de literatura empreendida, a relevância científica estará bem elucidativa.

Quanto às características metodológicas da pesquisa, salientamos que se trata de um estudo teórico-crítico com abordagem qualitativa (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). No que tange à natureza, remete-se a uma pesquisa pura (teórica) (FERRARI, 1982).

normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)” (BRASIL, 2018, p. 7).

⁸ Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, exigindo o distanciamento social. Assim, inúmeras atividades tiveram de ocorrer em espaços *on-line* (trabalhos passaram a se desenvolver na estrutura de *home office*; a educação, em seus variados níveis, tornou-se remota; dentre outras situações).

Referente à análise dos dados, a pesquisa perpassa por um viés exploratório e, em relação aos procedimentos, é bibliográfica (GIL, 2008), com um breve respaldo, também, na pesquisa documental (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019).

Faz-se importante aclarar que optamos pela abordagem qualitativa, uma vez que, nessa abordagem, “[...] o processo de indagação é mais flexível e se move entre as respostas e o desenvolvimento da teoria. Seu propósito consiste em “reconstruir” a realidade, da mesma forma como ela é observada pelos atores de um sistema social previamente definido” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 34). Neste estudo, propomo-nos adentrar em um contexto plataformizado, de modo a verificar significados, perspectivas, possíveis normas predominantes em um determinado espaço social – e, por certo, digital. A fim de conferir um caráter teórico-crítico à pesquisa, consideramos que o método de investigação qualitativo seja pertinente para a materialização de nossas ponderações no tocante ao fenômeno da plataformização.

Mais especificamente em relação à natureza deste estudo, Ferrari (1982) apresenta a aceção de que a pesquisa teórica procura ampliar o próprio conhecimento. Isso significa contribuir, compreender e explicar fenômenos. Nesse tipo de pesquisa, podemos entender que os sujeitos trabalham para conceber novas teorias – ou aperfeiçoá-las. Como enfatizado, a nossa temática é recente no campo da educação, especialmente quando a relacionamos com os referenciais teóricos de Bourdieu, Gramsci e Srnicek. Estabelecemos o esforço, portanto, de propiciar reflexões fulcrais para abrir espaços de discussões epistemológicas cada vez mais consistentes, solidificadas e refinadas à área da Educação.

Nesse âmbito, adotamos a análise de dados exploratória, a qual, de acordo com Gil (2008, p. 27), tem “[...] como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Arelado a esses aspectos, optamos pelo procedimento de análise bibliográfica, pois, segundo o mesmo autor, “[...] Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas” (GIL, 2008, p. 50). Na sequência, faz uma complementação em suas ponderações ao evidenciar a vantagem da análise bibliográfica, que “[...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (*ibidem*).

Além do enfoque bibliográfico, pontuamos que a nossa pesquisa perpassa, mesmo que brevemente, por uma característica documental, já que, no decorrer de nossas reflexões, trazemos para a discussão fontes como relatórios, um manifesto, uma portaria e um decreto, todos esses materiais relacionados à nossa temática. Evangelista e Shiroma (2019, p. 101)

expõem reflexões pertinentes no que tange ao que podemos entender de uma abordagem documental. Leiamos:

Documentos são produtos de informações selecionadas, de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico. Assim, ao se tratar de textos políticos, é preciso ter clareza de que eles não expõem as “verdadeiras” intenções de seus autores e nem a “realidade”. Como fontes de concepções, permitem captar a racionalidade da política, desde que adequadamente interrogados.

As ponderações das autoras são essenciais a serem destacadas, pois, como será perceptível, muitas indagações foram proferidas como meios de reflexão no decorrer da pesquisa e isso se efetivou justamente para interrogar a nossa realidade e o contexto no qual nos inserimos enquanto sujeitos históricos. Ademais, conforme mencionado nos objetivos específicos, o presente trabalho abarca três referenciais teóricos, quais sejam: o conceito de campo em Pierre Bourdieu (2011a; JOURDAIN; NAULIN, 2017); o conceito de hegemonia em Antonio Gramsci (1999; COSTA, 2011; DIAS, 2006); e as informações apreendidas por Srnicek (2017) em relação às características do capitalismo de plataforma, ao mostrar os seus modos de atuação na sociedade. Os referenciais escolhidos são imprescindíveis para respondermos às duas questões delimitadas na problematização, bem como para ratificar a premissa aventada.

Para fins didáticos, anunciamos ao leitor como estruturamos esta dissertação. A segunda seção é intitulada “Capitalismo de plataforma: em busca de compreensões ao fenômeno”. Nela, o objetivo específico ‘a’ é contemplado, uma vez que, para entender o surgimento do capitalismo de plataforma, propomo-nos a perpassar historicamente e de modo conciso por três momentos (SRNICEK, 2017) que o concebem: a recessão de 1970; o “boom” de 1990; e a crise econômica de 2008, para, na sequência, concentrar a nossa atenção em como podemos caracterizar as plataformas, tendo em vista as definições de: efeitos de rede, economia digital, ecossistema e rizoma.

Na terceira seção, intitulada “A consolidação da racionalidade neoliberal na sociedade brasileira: novos rumos à educação em tempos de capitalismo de plataforma”, apresentamos as particularidades do neoliberalismo, respaldando-nos na forma como uma racionalidade neoliberal se institui na sociedade, a saber, na brasileira, com vistas a abarcar o objetivo específico ‘b’.

Na oportunidade, demarcamos que a quarta seção, sob o título “Os conceitos de campo em Pierre Bourdieu e hegemonia em Antonio Gramsci: perspectivas teórico-críticas quanto ao fenômeno da plataformização”, tem a finalidade de propiciar reflexões acerca das especificidades das teorias mencionadas, articulando-as ao referido capitalismo de plataforma, o qual, a nosso ver, expande-se sobre a oferta de bens públicos – no caso, a educação. O objetivo específico ‘c’ é abrangido nessa seção.

Após perpassar por todas essas reflexões, o leitor chegará à quinta seção, a qual recebe o título de “Plataformização do ensino: efeitos de rede, conectividade rizomática e controle social”. Aqui, com o intento de cumprir o objetivo específico ‘d’, temos a cautela de proporcionar uma discussão de natureza teórico-crítica no que compete ao fenômeno da plataformização do ensino. As plataformas salientadas (*Canvas, Aprendendo Sempre, AprenderZAP, YouTube Edu* e *Resolve Sim*) equivalerão a elementos centrais para o entendimento da dinâmica de uma nova configuração do capitalismo em uma cultura intrinsecamente digital, informatizada, tecnológica.

Com esta pesquisa em nível de mestrado, esperamos ensejar um espaço epistemológico de discussões, análises, exames e ponderações a respeito da temática da plataformização, já que os nossos gestos, ações e práticas estão totalmente voltados a ‘viver em rede’ e operar a uma racionalidade que pode – e deve – ser contestada, interrogada, investigada e aprofundada. Desejamos ao leitor uma excelente apreciação da pesquisa e um convite a embarcar em nossas reflexões.

2. CAPITALISMO DE PLATAFORMA: EM BUSCA DE COMPREENSÕES AO FENÔMENO

Ao finalizar uma pesquisa de determinado produto em um dispositivo móvel, certamente, é comum notar inúmeros anúncios aparecendo em redes sociais ou em outros mecanismos de busca exatamente do produto que se cogitou adquirir. Afinal, como explicar essa ação? Procurando uma resposta a essa pergunta – e, em meio a isso, expressar uma forma de humor –, verifiquemos a Figura 1⁹, a qual pode ser entendida como um *meme*¹⁰.

Figura 1 – Representação cômica das plataformas *Instagram*, *Google* e *Facebook*

Your phone when you say you want
to buy something



Fonte: Reddit (2021)¹¹.

Nela, observamos que os personagens estão tentando ouvir uma conversa, de maneira a assumir o papel de ‘espiões’. Eis o ponto: os efeitos que grandes plataformas, a exemplo

⁹ Nessa figura, lemos: “Your phone when you say you want to buy something”, cuja tradução é: “Seu telefone quando você diz que quer comprar algo”. Esse *meme* se utiliza de uma cena do famoso *Sitcom* americano *Friends*, com os personagens Chandler, Phoebe e Monica. Vemos Chandler representando a plataforma *Instagram*; Phoebe ilustrando a plataforma *Google*; e Monica representando a plataforma *Facebook*.

¹⁰ Trata-se de um termo grego cujo significado é imitação. É interessante observar que um *meme* remete ao fenômeno de “viralização” de uma informação, ora de um vídeo, de uma imagem, ora de uma frase, de uma música, que se espalham entre diversos usuários rapidamente, de modo a atingir uma explícita popularidade.

¹¹ Disponível em: <https://i.kym-cdn.com/photos/images/original/001/854/863/958.jpg>. Acesso em: maio 2021. Para explicação: Reddit é um agregador social de notícias, fundado por Steve Huffman e Alexis Ohanian, em 2005; nele, os usuários podem divulgar conteúdo da *Web*, como *links*, postagens, imagens e vídeos, em que outros usuários votam de forma positiva ou negativa nos conteúdos divulgados, propiciando uma exibição de destaque na sua página inicial.

Instagram, Google e Facebook, podem ocasionar em nossas rotinas, o que nos permite ratificar, em um primeiro momento, que nossas práticas estão essencialmente plataformizadas. Torna-se oportuno demarcar que não é nossa intenção, de modo algum, tratar do assunto desta seção de forma cômica. O *meme* apresentado, a nosso ver, ilustra muito bem uma das características das plataformas instaladas em dispositivos móveis: há uma espécie de controle de dados.

Em uma tentativa de retomar a pergunta realizada anteriormente, assinalamos que a explicação para essa prática de ‘espionagem’ que o *meme* nos evidencia pode estar relacionada à questão da Inteligência Artificial (IA). Para compreender esse cenário, recorreremos, primeiramente, a Pierre Lévy (1997), um dos estudiosos que analisou o fenômeno da sociedade em rede, mas sob o nome de “cibercultura”¹². Lévy (1997) previa que, dentro de alguns anos, o ciberespaço, com sua proliferação de conexões e redes distribuídas, comunidades virtuais, simulações, imagens e textos, seria o novo mediador da inteligência coletiva da humanidade. Desse modo, identificou que, com as tecnologias digitais, encaminhávamos para um novo movimento de mudança.

Duas décadas após as previsões de Lévy, presenciamos a mobilidade das conexões via internet, ainda mais com a propagação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (doravante TDICs¹³), e é justamente aí que as plataformas se consolidam em nossas vidas a partir de múltiplas práticas: compras de produtos abstratos ou concretos, acesso a aplicativos de relacionamento e redes sociais, cadastro em plataformas de estudos, de trabalho e inúmeras situações mediadas por tecnologias.

Subsidiados nos postulados de Lévy (1997), pensando em um contexto de ciberespaço/cibercultura, compreendamos a IA como um conjunto de *software*, lógica, computação e filosofia com projeção para permitir que os computadores e demais dispositivos desempenhem funções que, antes, eram consideradas exclusivas dos humanos, como sentir o significado da linguagem escrita ou falada, aprender e reconhecer expressões faciais.

¹² Expomos uma passagem elucidativa de Lévy (1997, p. 17) quanto ao significado que podemos depreender desse fenômeno: “O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

¹³ Sinteticamente, compreendamos as TDICs como um conjunto de mídias que emprega a tecnologia digital, a lógica binária para a sua propagação. Exemplos de TDICs que podemos mencionar são: computador, *tablets*, celulares etc.

Assim, quando tencionamos comprar um livro no intuito de verificar preços e, para tanto, acessamos vários perfis no *Instagram* de editoras que estendem as vendas para além de seus sites, recorrendo-se a plataformas de grande alcance popular, como a mencionada, podemos entender que a IA opera de forma fulcral: nosso perfil, de algum modo, passa a ficar registrado em uma espécie de ‘banco de dados’ da plataforma para, na sequência, depararmos com anúncios nas páginas iniciais de nossos perfis pessoais do *Instagram*, na famosa *Timeline*¹⁴ do *Facebook* ou, simplesmente, por meio dos mecanismos de buscas que o *Google* nos possibilita. No cerne dessa conjuntura, faz-se prudente refletir que a IA é um conceito atraente para muitas partes envolvidas em negócios, ciências e governo. Em termos econômicos, há uma abundante vantagem em ter máquinas que possam efetuar tarefas que habitualmente precisariam de seres humanos.

Evidentemente, vivenciamos uma nova era. Em especial, com a pandemia ocasionada pela disseminação do vírus SARS-CoV-2, no ano de 2020¹⁵, acelerou-se o uso de plataformas, tendo em vista o predomínio de uma cultura efetivamente caracterizada como digital. Assim, dado o contexto de pandemia instaurado, as relações passaram a ser remotas; em outras palavras, podemos tecer a reflexão, a priori, de que diversas técnicas digitais intensificaram as relações sociais, tornando-as, por certo, remotas. Se já vivíamos em uma era de grande transformação antes do momento de pandemia (em uma sociedade em rede, uma cibercultura, reportando-se à teoria de Lévy), a tendência, a cada ano, é perpassar por inovações. Logo, em um contexto de renovação das relações sociais, não podemos ter a ingenuidade de imaginar que o capital não se avançará sob novos moldes, formas e singularidades.

Com a ascensão das TDICs, a reprodução continua de forma muito bem orquestrada: por intermédio das mencionadas plataformas. Na oportunidade, salientamos que o verbo escolhido para integrar o objetivo central/geral desta pesquisa remete à ação de ‘analisar’. Afinal, adentramos em uma temática ainda pouco explorada na área das humanidades, conforme apresentaremos em nossa revisão de literatura situada na subseção 3.2; por isso, compete-nos ter cautela para analisar um fenômeno em evidente expansão: o capitalismo de plataforma. Aliás, a Figura 1, revestida de uma perspectiva cômica, como já aventamos, trouxe um aspecto bem pontual concernente ao fenômeno em pauta, no caso, o direcionamento à compra de produtos a partir de recursos instrumentados pela IA.

¹⁴ A expressão *Timeline* (em português, linha do tempo) é um recurso da plataforma *Facebook* que consiste em trazer todas as informações das páginas que curtimos, das publicações de nossos amigos (mensagens, compartilhamentos de vídeos, imagens, textos) e outras ações, logo que acessamos à plataforma com a inserção de nossos dados (*login* e senha).

¹⁵ A nota 8 apresenta informações acerca do contexto de pandemia, caso o leitor queira retomar algum aspecto.

À vista disso, pretendemos estudar o capitalismo de plataforma, centrando-se, mais detidamente, nos postulados de Nick Srnicek¹⁶, autor da obra “*Platform Capitalism*”¹⁷, publicada em 2017. No livro, o autor se preocupa em perceber que, nas questões econômicas, há a propriedade e o lucro. Pondera que tudo se reporta ao capitalismo, o qual tem como intuito ampliar nichos, rendimentos, ganhos. Nessa seara, o capitalismo de plataforma compõe um desenvolvimento histórico do capitalismo popularmente estudado. As plataformas estão para ganhar dinheiro e facilitar que outros também ganhem; elas vendem, para além da publicidade, o jeito de usar os dados. Se não tivermos um *login*¹⁸, uma forma de acesso às plataformas, por exemplo, não conseguiremos adentrar nelas, no seu universo.

Diante do exposto, estabelecemos como objetivo, nesta seção, perpassar historicamente e de modo conciso por três momentos que concebem o capitalismo de plataforma, com base em Srnicek (2017): a recessão de 1970; o “boom” de 1990; e a crise econômica de 2008, para, na sequência, concentrar a nossa atenção em como podemos caracterizar as plataformas, a fim de propiciar um entendimento mais profícuo acerca do assunto.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO EM TRÊS MOMENTOS: A RECESSÃO DE 1970, O “BOOM” DE 1990 E A CRISE ECONÔMICA DE 2008

O que caracterizou a situação do pós-guerra nas economias de alta renda? Para nossos objetivos, dois elementos são cruciais (embora não exaustivos): o modelo de negócios e a natureza do emprego. Após a devastação da Segunda Guerra Mundial, a manufatura americana estava em uma posição dominante global. Foi marcada por grandes fábricas construídas em linhas fordistas, tendo a indústria automobilística funcionando como paradigma. [...] (SRNICEK, 2017, p. 8, tradução nossa)¹⁹.

Em conformidade com Srnicek (2017), refletimos que as plataformas equivalem a um novo modelo de negócio para as empresas capitalistas em um cenário no qual os dados

¹⁶ Escritor e Professor de Economia Digital no Departamento de Humanidades Digitais do King’s College London. Seus estudos se vinculam à teoria política do aceleracionismo e a uma economia pós-escassez.

¹⁷ Para esta dissertação, utilizamos a versão digital da obra.

¹⁸ “[...] abreviação para o termo em inglês “*logging in*”, que significa “se conectar”. Ele é o resultado de várias credenciais que servem para identificar usuários de um *site*, rede social ou *e-mail*. Essa identificação permite o acesso de um usuário a um *site* da *web*, e também concede a ele todas as autorizações necessárias para que modificações sejam feitas em sua conta” (VELASCO, 2020, *on-line*).

¹⁹ What characterised the postwar situation of the high-income economies? For our purposes, two elements are crucial (though not exhaustive): the business model and the nature of employment. After the devastation of the Second World War, American manufacturing was in a globally dominant position. It was marked by large manufacturing plants built along Fordist lines, with the automobile industry functioning as the paradigm.

correspondem à matéria-prima a ser extraída e empregada pelo capitalismo avançado vigente. Ao ter em vista que, em tempos de crise, o capitalismo tende a se reestruturar a partir de novas tecnologias e novos modos de exploração, o autor explicita três momentos que fomentaram as bases para o que podemos designar como capitalismo de plataforma.

Começamos pela recessão dos anos 1970. O momento de construção do Estado de bem-estar social e da legitimação dos direitos econômicos e sociais atravessou longos períodos, atingindo os anos iniciais da década de 70 do século 20. No entanto, os primeiros anos foram os momentos mais complexos para o Estado de bem-estar social; também equivalem ao momento em que a jornada social e democrática começou a descender. Conforme expõem Bedin e Nielsson (2011), as complexidades foram motivadas pelos seguintes aspectos: i) intensa estagnação da sociedade capitalista e da economia do período; ii) progressão da taxa de inflação; e iii) primeira grande crise do petróleo.

Ponderamos que a crise em questão não foi mais uma crise circunstancial e efêmera, assim como outras tantas que ocorreram no transcorrer do século 20. Pelo contrário: tratou-se de uma crise que desenvolveu uma explícita virada histórica e uma ampla mudança da tendência preponderante nas sociedades capitalistas. Em relação à ampla mudança, podemos notar que ela fomentou, em especial, a otimização de um novo padrão tecnológico, com respaldo nas descobertas da microeletrônica e no crescimento da informática, e um novo modelo de produção identificado como toyotista.

No âmago dessa compreensão, centremos em Antunes e Alves (2004), que postulam sobre três formas de organização do trabalho: taylorista, fordista e toyotista²⁰. Sumariamente, compreendemos que, no modelo taylorista, há a divisão de tarefas fragmentadas de forma muito pequena e verticalizada. Há, portanto, um controle do tempo, mas sem recorrer a máquinas. É o trabalhador/operador que realiza as atividades. Por sua vez, no modelo fordista, tem-se um controle de tempo do trabalho, mas pela máquina e pela gerência, considerando as transformações tecnológicas já vigentes. Quanto ao modelo toyotista, Antunes e Alves (2004, p. 345) apresentam um postulado bem pertinente para reflexão:

O toyotismo restringe o nexa da hegemonia do capital à produção, recompondo, a partir daí, a articulação entre consentimento operário e

²⁰ “[...] no taylorismo e no fordismo, a “integralização” da subsunção da subjetividade operária à lógica do capital, a “racionalização total”, ainda era meramente *formal*, já que, como salientou Gramsci, na linha de montagem, as operações produtivas reduziam-se ao “aspecto físico maquinal” [...]. Em contrapartida, o toyotismo não possui a pretensão de instaurar uma sociedade “racionalizada”, mas apenas uma “fábrica racionalizada”. É a partir do processo de produção intrafábrica (e na relação entre empresas) que ele procura reconstituir a hegemonia do capital, instaurando, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade operária pela lógica do capital. [...]” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 344-345).

controle do trabalho. É por isso que, mais do que nunca, salienta-se a centralidade estratégica de seus protocolos organizacionais e institucionais. É apenas sobre eles que se articula a hegemonia do capital na produção. Este é, com certeza, seu “calcanhar-de-aquiles”, na medida em que, ao reduzir o nexos da hegemonia do capital apenas à esfera intrafabril (ou entre empresas), não o ampliando para além da cadeia produtiva central, para o corpo social total, o toyotismo permanece limitado em sua perspectiva política, principalmente se o compararmos ao arranjo fordista. Por isso, sob o toyotismo, agudiza-se a contradição entre racionalidade intra-empresa e irracionalidade societal.

Acerca do exposto, tendo como base a consolidação de uma hegemonia do capital voltada à produção, depreendemos que o capitalismo efetua a separação entre trabalhadores e meios de produção, de modo a adentrar, como bem chama atenção Antunes (2020), na segmentação entre a produção que atende às necessidades da sociedade humana e a produção que atende à propagação, em grande escala, do capital. Além disso, Marx (2013, 2014, 2017), na maior parte de suas obras, emprega o conceito de metabolismo social para evidenciar a verídica interação metabólica entre os humanos e a natureza. Inclusive, a partir dos postulados de Marx, podemos compreender que o papel da tecnologia no capitalismo expressa que a relação interpessoal estabelecida com a natureza tem um aspecto positivo no tocante ao conhecimento. Assim, verifica-se um aspecto positivo no controle das forças da natureza, ao representar o desenvolvimento da produtividade; em contrapartida, constata-se, ao mesmo tempo, um aspecto negativo, já que a ciência e a tecnologia são fomentadas e concebidas para a elevação da produtividade do trabalho e, por consequência, da taxa de exploração.

Dessa forma, com o intuito de sintetizar os postulados de Antunes e Alves (2004) no que tange ao modelo toyotista, consideremos que, em um momento pós-fordismo, ocorreram estas situações: i) produção em pequenos lotes; ii) produção flexível; iii) dispersão, desconcentração; iv) trabalho flexível, resultando em uma maior qualificação; v) poder financeiro e individualismo; vi) concepção de Estado neoliberal ao invés de Estado de bem-estar social. Sobre a mencionada virada histórica, Bedin e Nielsson (2011, p. 54-55) esclarecem

[...] que a crise referida levou, por um lado, a uma crescente relativização das ideias socialistas, a uma forte crítica da participação do Estado na economia e à refutação das principais teses desenvolvidas por John Maynard Keynes – ou seja, conduziu ao abandono de tudo aquilo que estruturou o período histórico responsável pela construção do Estado de Bem-Estar e pelo reconhecimento dos direitos econômicos e sociais – e, por outro, à adoção das ideias neoliberais, à defesa da tese do Estado mínimo e à supremacia das ideias monetaristas. Daí, portanto, em síntese, a substancial diferença existente entre a crise dos anos 70 do século 20 e as demais crises

conjunturais do mesmo século: ela nos conduziu a uma nova hegemonia política, econômica e social – designada de neoliberal – e a um novo modelo de sociedade – chamado de pós-moderno.

Assim, uma nova hegemonia política, econômica e social, propiciada com a crise dos anos 70, efetivou-se nos anos seguintes ao início dessa crise, em virtude, especialmente, da insuficiência do Estado de bem-estar social em dar uma resposta às investidas de ideais neoliberais e à sua perdurável crise fiscal, que tornou o Estado debilitado frente às ágeis demandas da sociedade.

A crise de 1970 modificou o jeito de trabalhar. Tem-se, com isso, a reorganização do mundo do trabalho, ou seja, a sua flexibilidade. Srnicek (2017) assevera que a década de 1970 construiu um espaço para a durável queda na lucratividade da indústria que, desde então, tem sido o cerne das economias avançadas. Como enuncia o autor:

Um período de crescimento saudável da manufatura nos Estados Unidos começou quando o dólar foi desvalorizado no Plaza Accord (1985); mas a manufatura caiu novamente quando o iene e o marco foram desvalorizados devido ao temor do colapso japonês. E, embora o crescimento econômico tenha se recuperado de seus pontos baixos da década de 1970, os países do G7 viram uma tendência de queda tanto no crescimento econômico quanto na produtividade (SRNICEK, 2017, p. 11, tradução nossa)²¹.

Nesse contexto, Srnicek (2017) enfatiza que a única ressalva visível foi o “boom das pontocom”²² na década de 1990 e seu êxtase concernente às situações propiciadas pela internet. Na realidade, o “boom” da década de 1990 enaltece uma parte significativa do encanto atual pela economia compartilhada, a internet das coisas e demais negócios habilitados para a tecnologia. Portanto, a crise dos anos 90 possibilitou: uma intensificação do uso de *softwares*, programação; o mundo da internet; o “boom” das tecnologias na telecomunicação.

Torna-se necessário assinalar que o “boom” em questão simboliza eficazmente a comercialização infortunada do que tinha sido, até aquele momento, uma internet abrangentemente não comercial. Srnicek (2017) destaca que se tratou de uma era movida por uma especulação financeira, a qual, por seu turno, foi incentivada por significativas quantidades de capital de risco ou *Venture Capital* (VC), demarcando-se em altos níveis de

²¹ A period of healthy manufacturing growth in the United States began when the dollar was devalued in the Plaza Accord (1985); but manufacturing slumped again when the yen and the mark were devalued over fears of Japanese collapse. And, while economic growth recovered from its 1970s lows, nevertheless the G7 countries have all seen both economic and productivity growth trend downwards.

²² Concedeu-se essa nomeação em virtude do crescimento e do estouro da bolha das empresas de tecnologia da época.

valorização de ações. Como apresenta o autor, à medida que a manufatura dos Estados Unidos começou a estagnar após a reversão do Plaza Accord²³, o setor de telecomunicações constituiu a saída favorita de capital financeiro no final dos anos de 1990. Ademais, Srnicek (2017) postula que a animação com o novo setor se demonstrou uma injeção maciça de capital nos ativos fixos da internet. Apesar de o investimento em tecnologia da informação ter se efetivado por anos, o nível de investimento no período entre 1995 e 2000 permanece sem precedentes até os dias atuais. O autor expõe que, em 1980, o nível de investimento anual em computadores e equipamentos periféricos era de US\$ 50,1 bilhões; em 1990, atingiu US\$ 154,6 bilhões; e, em 2000, atingiu um pico insuperável de US\$ 412,8 bilhões (SRNICEK, 2017). Conforme analisa o professor:

Essa foi uma mudança global também: nas economias de baixa renda, as telecomunicações foram o maior setor de investimento estrangeiro direto na década de 1990 – com mais de US\$ 331 bilhões investidos nisso. Empresas começaram a gastar quantias extraordinárias para modernizar sua infraestrutura de computação e, em conjunto com uma série de mudanças regulatórias introduzidas pelo governo dos Estados Unidos, isso lançou as bases para a integração da internet nos primeiros anos do novo milênio (SRNICEK, 2017, p. 12-13, tradução nossa)²⁴.

Mais adiante, Srnicek (2017) afirma que, em 2006, os preços das moradias nos Estados Unidos chegaram a um ponto de inflexão; a queda, nesse sentido, começou a pesar sobre o restante da economia. A riqueza das famílias reduziu simultaneamente, o que conduziu à diminuição do consumo e, por último, a muitas inadimplências de hipotecas. Como o sistema financeiro se tornou mais associado ao mercado hipotecário, era implacável que a queda nos preços das moradias conferisse prejuízos ao setor financeiro. As tensões se suscitaram em 2007, quando dois fundos de hedge²⁵ entraram em colapso após se envolverem em títulos propagados em hipotecas. Como apresenta Srnicek (2017), toda a estrutura dobrou

²³ Acordo assinado em 22 de setembro de 1985 no Plaza Hotel, em Nova Iorque, entre França, Alemanha Ocidental, Japão, Reino Unido e Estados Unidos, a fim de depreciar o dólar dos EUA em relação ao franco francês, ao marco alemão, ao iene japonês e à libra esterlina britânica por intervenção nos mercados de câmbio.

²⁴ This was a global shift as well: in the low-income economies, telecommunications was the largest sector for foreign direct investment in the 1990s – with over \$331 billion invested in it. Companies began spending extraordinary amounts to modernise their computing infrastructure and, in conjunction with a series of regulatory changes introduced by the US government, this laid the basis for the mainstreaming of the internet in the early years of the new millennium.

²⁵ Equivalem a um fundo multimercado com o intuito de limitar os riscos de mercado à procura de uma maior rentabilidade, independentemente da circunstância do mercado financeiro. Fayh (2020, *on-line*) informa que os fundos de hedge têm como características mais substanciais “a versatilidade, utilizando de todas as possibilidades de investimentos e os mais variados instrumentos e técnicas”.

em setembro de 2008, quando o *Lehman Brothers*²⁶ entrou em colapso e uma crise de forte intensidade se aflorou.

Além disso, Srnicek (2017) menciona que os Estados Unidos da América comandaram o uso de uma flexibilização quantitativa em novembro de 2008, enquanto o Reino Unido seguiu essa ação em março de 2009. O Banco Central Europeu (BCE), em razão de sua situação única como banco central de muitos países, demorou mais para agir, como mostra o autor, apesar de ter começado a adquirir títulos do governo em janeiro de 2015. No início de 2016, os bancos centrais de todo o mundo adquiriram mais de US\$ 12,3 trilhões no valor de ativos (SRNICEK, 2017). O argumento central para empregar a flexibilização quantitativa é que ela deve diminuir os rendimentos de outros ativos, pois: “Se a política monetária tradicional opera principalmente alterando a taxa de juros de curto prazo, a flexibilização quantitativa procura afetar as taxas de juros de ativos de prazo mais longo e alternativos” (SRNICEK, 2017, p. 16, tradução nossa)²⁷.

Mais notadamente sobre a crise econômica de 2008, com início nos Estados Unidos e, posteriormente, atingindo a economia real, ao se ampliar para a Europa e os países emergentes, tecemos a reflexão de que houve a ocorrência de uma profusão de políticas de austeridade com danosas consequências humanas. Segundo Andrade (2019, p. 115): “Seus efeitos foram falências, desemprego (atingindo dramaticamente os jovens), redução de salários, precarização do trabalho, endividamento público e privado, desmonte de serviços públicos, aumento da desigualdade social, dificuldades econômicas e sofrimento social”.

Entendida como um efeito da contradição do atual regime de acumulação, a crise econômica em discussão evidenciaria a essência insubsistente de uma estratégia caracterizada como neoliberal. No que concerne ao assunto, Duménil e Lévy (2014) explanam que a crise proveria da dinâmica pela procura de altos rendimentos, da habilidade limitada de administrar a macroeconomia e de um percurso de acumulação declinante, o que propiciaria uma degradação paulatina da hegemonia dos Estados.

De acordo com Srnicek (2017), o quadro atual dessa situação é, pois, um produto de orientações de longo prazo e movimentos alternados. O autor, de modo crítico, realça que continuamos a viver em uma sociedade capitalista na qual a competição e a procura pelo lucro apresentam os preceitos ecumênicos de nosso mundo. Contudo, Srnicek (2017) aclara que a

²⁶ A título de esclarecimento ao leitor, *Lehman Brothers* foi um banco de investimento e provedor de outros serviços financeiros, com atuação global e sediado em Nova Iorque; realizou negócios no campo de investimentos de capital em renda fixa e gestão de investimento. Seu negociante central era o tesouro americano no mercado de valores mobiliários. Com a crise, declarou falência em 2008.

²⁷ If traditional monetary policy operates primarily by altering the short-term interest rate, quantitative easing seeks to affect the interest rates of longer term and alternative assets.

década de 1970 gerou uma significativa mudança dentro desses preceitos, distanciando-se do emprego seguro e de gigantes industriais maciços para um trabalho flexível e modelos de negócios precisos. Durante a década de 1990, uma revolução tecnológica foi instaurada quando as finanças conceberam uma bolha na nova indústria da internet, conduzindo a um investimento firme para a época.

A seguir, consideramos oportuno enfatizar os dizeres de Srnicek (2017, p. 18-19, tradução nossa) no que tange à resposta à crise econômica de 2008:

[...] a América estava definitivamente desistindo de sua base de manufatura e voltando-se para o keynesianismo do preço dos ativos como a melhor opção viável. Esse novo modelo de crescimento levou à bolha imobiliária no início do século XXI e impulsionou a resposta à crise de 2008. Assolados por preocupações globais com a dívida pública, os governos recorreram à política monetária para amenizar as condições econômicas. Esta, combinado com o aumento da poupança das empresas e com a expansão dos paraísos fiscais, liberou um vasto excesso de dinheiro, que tem buscado taxas de investimento decentes em um mundo de taxas de juros baixas²⁸.

Dessa forma, os trabalhadores passaram por momentos complexos com a crise, ficando extremamente vulneráveis a condições laborais exploradoras; a necessidade não poderia ser outra: ganhar uma renda. Todos esses aspectos ilustram o cenário para a economia atual. Alicerçados em Srnicek (2017), observamos que há o enfraquecimento da organização dos trabalhadores, de modo a conceder as condições finais para a existência de um capitalismo entendido como de plataforma (um capitalismo com base, como veremos, em plataformas digitais, de terceirização, rapidez, corretagem).

Por intermédio do exposto, compete realizar a pergunta: qual foi a função dessa crise que preparou o capitalismo de plataforma? Nela, determinaram-se os caminhos para os quais esse capitalismo foi engendrado. Houve todo um trabalho de colocar dinheiro no mercado. Com a crise, refletimos, também, que o neoliberalismo passou a se reconfigurar, a se reorganizar. E, ao se reorganizar, passou a se alimentar da própria crise para arredar direitos. Nesse sentido, frases com o teor ‘temos de fazer a reforma da previdência porque estamos em crise’ ou ‘temos de fazer a reforma do funcionalismo público porque estamos em crise’ são comuns de serem ouvidas, porque tudo se justifica com a crise. Poderíamos, então,

²⁸ [...] America was definitively giving up on its manufacturing base and turning towards asset-price Keynesianism as the best viable option. This new model of growth led to the housing bubble of the early twenty-first century and has driven the response to the 2008 crisis. Plagued by global concerns over public debt, governments have turned to monetary policy in order to ease economic conditions. This, combined with increases in corporate savings and with the expansion of tax havens, has let loose a vast glut of cash, which has been seeking out decent rates of investment in a low-interest rate world.

conjecturar que o coordenador da vida em sociedade é a lógica de mercado, já que os parâmetros de mercado determinam e coordenam a vida social, tendo em vista que, atualmente, não se conclui que ‘com a crise de 2008, o mercado não foi capaz de coordenar nada’. Há, portanto, o discurso de que o Estado falhou enquanto coordenador da vida social, e não necessariamente o mercado, com a crise mencionada. Talvez poderíamos realizar essa reflexão, considerando que o capital pensa a longo prazo, sempre à procura por uma solução para sua crise, com vistas a continuar com a sua possibilidade de acumulação.

Vivemos em uma sociedade capitalista, a qual prioriza o ganho de lucros. Precisamos ter ciência de que o capitalismo tem uma lei: se o capital não circular, o sistema (capitalista) entra em crise. Na subseção seguinte, adentraremos na questão das plataformas, uma nova forma do capitalismo (notoriamente identificada por Srnicek como ‘capitalismo de plataforma’) que se aperfeiçoa em uma economia caracterizada sob uma composição digital.

2.2 PLATAFORMAS: CARACTERÍSTICAS E DEFINIÇÕES

A economia digital está se tornando um modelo hegemônico: as cidades devem se tornar inteligentes, as empresas devem ser inovadoras, os trabalhadores devem ser flexíveis e os governos devem ser enxutos e inteligentes. Nesse ambiente quem trabalha muito pode aproveitar as mudanças e sair vitorioso. Ou assim nos disseram (SRNICEK, 2017, p. 5, tradução nossa)²⁹.

Como bem argumenta Srnicek (2017), podemos orientar nosso pensamento à compreensão de que a economia digital se robustece por meio de uma hegemonia que proclama a noção de inovar, empreender, operar à lógica de um capital cada vez mais avançado e ampliado. A economia digital corresponde a um setor dinâmico que muda constantemente; a tecnologia digital atravessa, pois, todos os setores da economia contemporânea. Nesse sentido, as plataformas emergem como um novo modelo de negócio capaz de controlar uma quantidade imensa de dados. Com isso, é certo pensarmos que há um forte crescimento de empresas com projetos de monopolização de negócios por intermédio do fenômeno da plataformização.

Teoricamente, compreendemos que Srnicek (2017) foca na centralidade dos dados e no processo de plataformização, que são as características basilares do que ele denomina ‘capitalismo de plataforma’. O processo de extração, o encadeamento e a análise de

²⁹ The digital economy is becoming a hegemonic model: cities are to become smart, businesses must be disruptive, workers are to become flexible, and governments must be lean and intelligent. In this environment those who work hard can take advantage of the changes and win out. Or so we are told.

informações pessoais velozmente constituíram uma força motriz para grupos de mídia contemporâneos. Se os dados são a nova matéria-prima para promover o capitalismo contemporâneo, então a plataforma é um ótimo dispositivo que fomenta circunstâncias para a coleta de dados, processamento e extração de valor.

Por esse ângulo, Srnicek (2017) entende a plataformização como uma realização completa do modelo capitalista. Mais especificamente, o autor examina que as plataformas equivalem a ações sistemáticas para tornar consecutivo o processo de produção-coleta-análise de dados à procura da hegemonia do mercado. Nesse sentido, plataformas como *Google*, *Facebook*, *Amazon*, *Uber*, *Airbnb*, dentre outras, são arquitetadas para relacionar monopólios e dependências, instituindo modos de acumulação de capital e reorganização do mercado de trabalho, emprego e estrutura organizacional de empresas.

Em uma conferência realizada no mês de setembro de 2016³⁰, Srnicek expôs a reflexão de que uma economia de compartilhamento tem como premissa a grande massa de exploração de pessoas e, em virtude disso, o trabalho se torna mais precário justamente por causa da flexibilização. Antunes (2020) analisa que, com a flexibilização, adentramos em um cenário de precarização estrutural do trabalho, principalmente se considerarmos um contexto altamente informacional-digital-financeiro. Para uma elucidação a respeito da complexidade da flexibilização, o autor salienta quatro exemplos:

- [...] 1) a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e sua substituição pelas diversas formas de trabalho atípico, precarizado e “voluntário”;
- 2) a criação das “falsas” cooperativas, visando dilapidar ainda mais as condições de remuneração dos trabalhadores, solapando os seus direitos e aumentando os níveis de exploração da sua força de trabalho;
- 3) o “empreendedorismo”, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado, fazendo proliferar as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa;
- 4) a degradação ainda mais intensa do trabalho imigrante em escala global (ANTUNES, 2020, p. 80).

Na acepção de Antunes (2020), a informatização do trabalho e o seu *design* polimórfico se tornam, aparentemente, as características basilares da acumulação de capital em nossa época. E, nesse contexto de acumulação de capital, retomando as observações de Srnicek (2016) na conferência já aludida, as plataformas podem ser entendidas como intermediárias. São, também, infraestruturas e tipos de captação. Em primeiro lugar, as plataformas, como explicou o autor, são intermediárias entre grupos diferentes. A fim de que

³⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YxT59mXDLDI>. Acesso em: maio 2021.

esses grupos sejam intermediários, eles devem reunir compradores, vendedores, anunciantes, usuários, pilotos de desenvolvedores etc. Com as tecnologias digitais, o mercado passou a ser multifacetado. *Facebook*, por exemplo, é uma plataforma transnacional que aproxima consumidores e anunciantes para trocar bens e serviços (SRNICEK, 2016).

Quando se pensa nas plataformas como infraestruturas, Srnicek (2016) pondera que elas são efetivamente uma infraestrutura para uma interação entre todos os grupos que se reúnem. Para que possamos compreender o assunto de modo mais inteligível, centremos na plataforma *Uber*. Trata-se de uma infraestrutura para motoristas e pessoas que querem ser conduzidas a um determinado lugar. Cria-se, assim, um espaço para esse tipo de interação. Nessa circunstância, implanta-se a ideia de interagir e trocar serviços. Para Srnicek (2016; 2017), estas são as características de uma plataforma: ser intermediária e uma infraestrutura. Como infraestrutura, as plataformas também permitem que grupos construam coisas. Um bom exemplo disso, conforme pondera o autor tanto na conferência quanto em sua obra, é a construção de aplicativos na *App Store*, exemplo de *software* para um sistema operacional que cria *videogames* para uma chamada. Trata-se de um protótipo de fornecimento de infraestrutura, de maneira a permitir que as pessoas desenvolvam coisas a partir dessa infraestrutura.

Srnicek (2016) pontua que, nas plataformas, a intermediação não é neutra, ou seja, não é um espaço vazio quando as pessoas se reúnem, por exemplo, no *Facebook*. Isso significa que as plataformas contêm intrinsecamente uma política. Manipulam, pois, a oferta e a demanda para tentar obter mais lucros. Em meio à exposição dos postulados do autor, não podemos deixar de recorrer, exatamente neste parágrafo, ao significado da palavra ‘plataforma’. Para o leitor que acompanha nossas reflexões, lançamos à questão: afinal, o que é uma plataforma? Como podemos significá-la? Em uma rápida pesquisa na internet³¹, é possível se deparar com informações de que a palavra ‘plataforma’ é originada do Francês, da expressão *plate-forme* (apoio horizontal amplo). Também provém do Latim vulgar *plattus*, do Grego *platôs* (achatado e largo, de superfície com pouco relevo), bem como do Latim *forma* (aspecto, aparência, molde).

No Dicionário Enciclopédico Brasileiro Solar, é encontrada a informação de que o significado popular da palavra aponta para algo como um simulacro, uma aparência, além de apresentar um sentido político. Vejamos: “PLATAFORMA, s. f. [...] *Pop.* Simulacro; aparência. *Bras.* Programa de governo; o discurso solene em que o candidato expõe esse

³¹ Há muitos sites que evidenciam a origem da palavra “plataforma”. Como sugestão, indicamos o site “Origem da Palavra”, disponível em: <https://origemdapalavra.com.br>. Acesso em: maio 2021.

programa. [...]” (SOLAR, 1971, p. 1366). Com essa definição, é inegável não pensarmos que vivemos tempos de plataformas políticas, dada a intensificação do capitalismo de plataforma. Novamente tendo o *Facebook* como exemplo, percebemos que essa rede social é o melhor recebimento de dinheiro público do Brasil (LARA, 2019)³², pois, ali, é onde as informações circulam, bem como onde os políticos encontram seus eleitores. Trata-se essencialmente (e literalmente) de uma plataforma política, assim como o *Instagram*, que vem se consolidando, em virtude da pandemia, como uma plataforma midiática de maior audiência que a mencionada, segundo dados divulgados em maio de 2021³³.

Ainda sobre o significado de plataforma, Parker, Alstynne e Choudary (2018), estudiosos que discutem sobre economia digital e modelos de negócios de plataformas, observam que o conceito da palavra em foco está alterando profundamente o mundo dos negócios, inclusive a economia e a sociedade. O argumento que se suscita é o de que grandes marcas estejam condicionadas a plataformas de negócios (de uma forma mais incisiva, podemos, até mesmo, substituir a palavra ‘condicionadas’ por ‘dominadas’). Para ratificar essa questão, os autores se respaldam no seguinte cenário:

[...] em 2014, três das cinco maiores empresas do planeta mensuradas por capitalização de mercado – Apple, Google e Microsoft – constituíam modelos de plataforma de negócio. O Google debutou como empresa de capital aberto em 2004. A Apple quase falira poucos anos antes, quando ainda se configurava como um modelo de negócio fechado. Agora, até gigantescas corporações tradicionais – de Walmart e Nike a John Deere, GE e Disney – correm para adotar em seus negócios a abordagem da plataforma. [...] (PARKER; ALSTYNE; CHOUDARY, 2018, p. 12).

Recorrer à abordagem da plataforma tem se tornado uma necessidade. As plataformas, em uma sociedade consolidada pela tecnologia digital, estabelecem influências e poderes. Então, qual é o poder das plataformas? A resposta pode se encaminhar ao fato de que novos modelos de negócios surgem, de forma a usarem, cotidianamente, a tecnologia para conectar pessoas, instituições e recursos em um ecossistema interativo; nesse ecossistema, são concebidas e correspondidas quantidades extraordinárias de valores. “Airbnb, Uber, Alibaba e Facebook são apenas quatro exemplos de uma lista de plataformas revolucionárias, entre as quais figuram Amazon, YouTube, Wikipédia, iPhone, Upwork, Twitter, Kayak, Instagram e

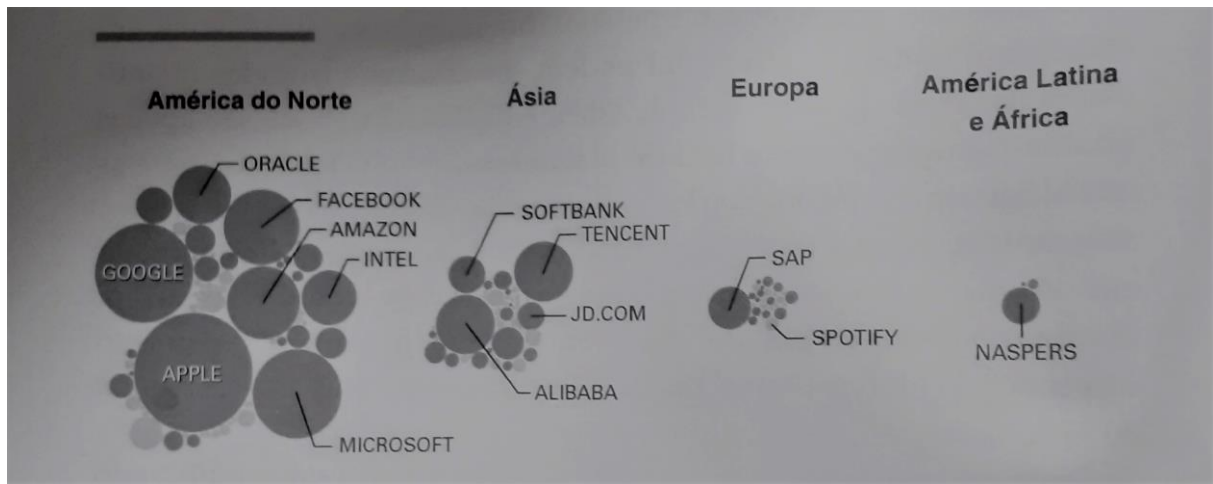
³² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/deputados-gastam-r-100-mil-de-verba-publica-com-anuncios-no-facebook/>. Acesso em: fev. 2022.

³³ “De acordo com o estudo Social Media Trends Report Q3 2020, realizado pela Socialbakers, o Instagram é mais popular que o Facebook e, inclusive, ampliou a audiência durante a pandemia de covid-19. Os dados revelam que a liderança da plataforma de fotos já é 34,7% maior do que a rede social criada por Mark Zuckerberg” (HENRIQUE, 2021, *on-line*). Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/05/23/internet-e-redes-sociais/instagram-maior-que-facebook-audiencia/>. Acesso em: maio 2021.

Pinterest” (PARKER; ALSTYNE; CHOUDARY, 2018, p. 11). Importa salientar que cada uma dessas redes se concentra em um mercado e campo de atividade própria. Entretanto, todas elas, conforme analisam Parker, Alstyne e Choudary (2018), tiveram a percepção de dominar o poder das plataformas, instituindo alterações em uma fração da economia global.

Com base no exposto, depreendemos que a instauração das plataformas constitui uma realidade em vários âmbitos. Podemos, sem exageros, sistematizar nosso pensamento a compreender a situação como uma revolução. A nova realidade que a plataformização implanta veio para permanecer, dada a progressão das TDICs. Referente ao crescimento das plataformas em nível internacional, convidamos o leitor a observar a Figura 2.

Figura 2 – Plataformas de negócios em nível internacional



Fonte: Evans *apud* Parker, Alstyne e Choudary (2018, p. 12).

Notamos que, em termos de valor de mercado, a América do Norte apresenta mais plataformas comerciais para a geração de valores em comparação a qualquer outra região do mundo. No amplo mercado asiático, as plataformas se desenvolvem de forma acelerada. Por sua vez, na Europa, verifica-se um mercado mais fracionado, uma vez que o seu valor é inferior a um quarto do valor dos norte-americanos, uma circunstância não muito distinta das regiões em crescimento da América Latina e África.

Ao ter em vista o poder transformador de uma plataforma, consideremos as definições explanadas por Srnicek (2017) e Parker, Alstyne e Choudary (2018) a seguir.

O que são plataformas? No nível mais geral, as plataformas são infraestruturas digitais que permitem a interação de dois ou mais grupos. Posicionam-se, portanto, como intermediárias que reúnem diferentes usuários: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, fornecedores e até objetos físicos. Na maioria das vezes, as plataformas

também vêm com uma série de ferramentas que permitem que seus usuários criem seus próprios produtos, serviços e mercados (SRNICEK, 2017, p. 25, tradução nossa)³⁴.

Uma *plataforma* é uma empresa que viabiliza interações que criam valor entre produtores e consumidores externos. A plataforma oferece uma infraestrutura para tais interações e estabelece condições de funcionamento para elas. O propósito primordial da plataforma é consumir o contato entre usuários e facilitar a troca de bens, serviços ou “moedas sociais”, propiciando assim a criação de valor para todos os participantes (PARKER; ALSTYNE; CHOUDARY, 2018, p. 13-14, grifo dos autores).

Infraestruturas digitais, viabilização de interações, criação de mercados e de valores. Tanto Srnicek (2017) quanto Parker, Alstynne e Choudary (2018) entendem o fenômeno da plataformização como um meio de fomento à interação, com a potência de gerar ecossistemas que fazem prosperar mercados para que usuários dialoguem e estabeleçam relações de trocas (bens, serviços, cotações)³⁵. Por serem caracterizadas como intermediárias e infraestruturas, fazendo-se imperar em uma economia precipuamente digital, chama-nos atenção alguns aspectos que conferem às plataformas a sua propagação: efeitos de rede, ecossistemas digitais e uma analogia ao rizoma, que discutiremos na subseção seguinte.

2.2.1 Efeitos de rede, economia digital, ecossistema e rizoma: aspectos motivadores para o que se pode entender como o ‘universo das plataformas’

Com os efeitos de rede, uma tendência à monopolização é construída no DNA das plataformas: quanto mais numerosos são os usuários que interagem em uma plataforma, mais valiosa toda a plataforma se torna para cada um deles. Além disso, os efeitos de rede tendem a significar que as vantagens iniciais se solidificam como posições permanentes de liderança no setor. As plataformas também têm uma capacidade única de se conectar e consolidar vários efeitos de rede. O Uber, por exemplo, também se beneficia dos efeitos de rede de mais e mais motoristas a partir dos efeitos de rede de mais e mais passageiros (SRNICEK, 2017, p. 53-54, tradução nossa)³⁶.

³⁴ What are platforms? At the most general level, platforms are digital infrastructures that enable two or more groups to interact. They therefore position themselves as intermediaries that bring together different users: customers, advertisers, service providers, producers, suppliers, and even physical objects. More often than not, these platforms also come with a series of tools that enable their users to build their own products, services, and marketplaces.

³⁵ Outra definição de plataforma é encontrada nos escritos de Scholz (2016): trata-se do ambiente em que intermediários cooperativos oferecem seus serviços ou conteúdos.

³⁶ With network effects, a tendency towards monopolisation is built into the DNA of platforms: the more numerous the users who interact on a platform, the more valuable the entire platform becomes for each one of them. Network effects, moreover, tend to mean that early advantages become solidified as permanent positions of industry leadership. Platforms also have a unique ability to link together and consolidate multiple network effects. Uber, for instance, benefits from the network effects of more and more drivers as well as from the network effects of more and more riders.

Mais estritamente sobre as características das plataformas, Srnicek (2017) aclara que há a solidificação de efeitos de rede – de forma mais sintética, a expressão em foco perpassa pelo significado de que, quanto mais pessoas usam uma plataforma, mais valiosa ela se tornará para todos. O autor menciona a plataforma *Uber*, analisando que se trata de uma plataforma com a influência de estender seus efeitos de rede, ao ter em vista que: “As vantagens na coleta de dados significam que, quanto mais atividades uma empresa tem acesso, mais dados ela pode extrair e mais valor ela pode gerar a partir desses dados e, portanto, mais atividades ela pode ter acesso” (SRNICEK, 2017, p. 54, tradução nossa)³⁷.

Uber, a título de exemplo, tornou-se uma plataforma tecnológica de transporte extremamente popular, com a solicitação de dados para demarcar mais interação com o usuário. A estrutura dessa plataforma inspirou outros modelos³⁸, que concorrem diretamente no ramo do transporte. Gostaríamos de destacar ao leitor que não nos referimos à plataforma *Uber* como um aplicativo de transporte, mas como uma plataforma tecnológica. E por qual motivo adotamos essa menção? Pelo simples motivo de se tratar de uma plataforma tecnológica em que os motoristas atuam como parceiros em uma economia compartilhada. Aqui, compete-nos a indagação: o que é uma economia compartilhada? Com base em Srnicek (2017), refletimos que a economia compartilhada corresponde a um modelo econômico alicerçado no uso comum de bens, de forma gratuita ou paga, vinculada ou não a alguma prestação de serviço. Importa enfatizar: o uso, e não a propriedade dos bens, é a proeminente diretriz de uma economia compartilhada.

Pensemos em outra situação concernente aos efeitos de rede, relacionando-se à monopolização. Ao nos cadastrarmos em um site de mídia social (*Instagram*, por exemplo), podemos não demonstrar certo apreço pela plataforma, mas, ao mesmo tempo, temos conhecimento de que muitas pessoas estão no site, então nos cadastramos de qualquer maneira. Isso é um notório exemplo de tendência de monopólios em circunstâncias plataformizadas (neste caso, em virtude da disseminação das tecnologias digitais). Com tantas modernidades, a economia também passa por ressignificações, e somos direcionados, neste momento, a refletir acerca da expressão ‘economia digital’.

De acordo com Mcclaskey (2021, p. 22):

³⁷ Advantages in data collection mean that the more activities a firm has access to, the more data it can extract and the more value it can generate from those data, and therefore the more activities it can gain access to.

³⁸ Outras plataformas tecnológicas de transporte surgiram após a entrada do *Uber* no mercado. Podemos destacar brevemente: *99Pop*, *EasyTáxi*, *Cabify*, *BlaBlaCar*, dentre outras.

[...] as nuances do contexto da sociedade da informação acabaram por refletir nos mais distintos setores da vida humana, relacionando-se, dessa maneira, com as mudanças ocorridas ao longo dos últimos séculos no ambiente econômico internacional em virtude da transição de uma realidade de mercado tangível a uma conjuntura de negócios imaterial ou despersonalizada.

Nesse âmbito, com a eclosão da Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0³⁹, as pessoas perceberam que os usos massivos de tecnologia da informação, da internet e de invenções tecnológicas consideradas destrutivas para o processo de produção poderiam trazer paradigmas econômicos tangíveis por meio da lógica da globalização, o que afetaria, por certo, as relações econômicas de uma forma sem precedentes. Dadas as muitas demandas do mercado na competição e tributação, Mcclaskey (2021) destaca que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de reconhecer a realidade tecnológica, justificando-a pela entrada de dispositivos, como *softwares* e *hardwares* e na digitalização dos negócios, busca, no decorrer dos últimos anos, definir paradigmas para o que conjectura ser a economia digital.

Ainda segundo Mcclaskey (2021, p. 22), o *hardware* e o *software*, como uma parcela da progressão da digitalização na vida humana, são compreendidos, para a OCDE, “como a espinha dorsal da economia”. Isso se constata por intermédio do crescimento da interferência das tecnologias de informação na economia, do gerenciamento do comércio por meios eletrônicos, da sujeição dos estabelecimentos comerciais de estruturas eletrônicas e de uma predileção dos negócios por soluções eletrônicas com objetivos de alocação de recursos financeiros e humanos.

Referente ao assunto, Srnicek (2017) afirma que, no intuito de discorrer sobre economia digital, precisamos considerar que se trata de algo mais amplo do que apenas o setor de tecnologia definido em consonância com classificações padronizadas. Podemos entendê-la como uma espécie de economia que, assiduamente, contempla a tecnologia da informação, dados e internet para modelos de negócios. Trata-se de um segmento que

³⁹ Ferreira, Moreira e Volsi (2020) refletem que a Indústria 4.0 propicia um intenso e vigente crescimento tecnológico equivalente ao aprimoramento dos processos de automação e operacionalização por meio do controle digital da informação. Também reduz, significativamente, a demanda por mão de obra, apesar de atingir países remotos e centrais de maneiras distintas. Nas palavras das autoras: “Trata-se de outras modalidades da acumulação de bases flexível toyotista, que mantém continuidade e descontinuidade com o modelo taylorista-fordista, amplia o desemprego e aprofunda a exploração da força de trabalho ao incorporar de um lado, um número bem reduzido de trabalhadores muito qualificados que atuam no âmbito informacional e cognitivo e, de outro, uma massa cada vez maior de desempregados ou de submetidos ao trabalho precarizado, terceirizado, informal, intermitente e desregulamentado em termos de direitos sociais. Processo intensificado pela era digital que criou um novo proletariado de serviços extremamente precarizado que atua em *call center*, *telemarketing*, redes de *fastfood*, *shoopings*, *Uber*, entre outros” (FERREIRA; MOREIRA; VOLSI, 2020, p. 22, grifos das autoras).

perpassa por todos os setores tradicionais (manufatura, serviços, transporte, telecomunicações etc.), demarcando-se como imprescindível para uma grande parte da economia atual. Nas reflexões do autor:

Entendida desta forma, a economia digital é muito mais importante do que uma simples análise setorial pode sugerir. Em primeiro lugar, parece ser o setor mais dinâmico da economia contemporânea – uma área da qual a inovação constante está supostamente emergindo e que parece estar direcionando o crescimento econômico para a frente. A economia digital parece ser uma luz principal em um contexto econômico bastante estagnado. Em segundo lugar, a tecnologia digital está se tornando sistematicamente importante, da mesma forma que as finanças. Como a economia digital é uma infraestrutura cada vez mais difundida para a economia contemporânea, seu colapso seria economicamente devastador. Por último, devido ao seu dinamismo, a economia digital é apresentada como um ideal que pode legitimar o capitalismo contemporâneo de forma mais ampla (SRNICEK, 2017, p. 4-5, tradução nossa)⁴⁰.

Aqui, cabe retomarmos a citação apresentada no início desta subseção, na qual Srnicek entende a economia digital como um modelo hegemônico. No decorrer desta dissertação, serão evidenciadas ao leitor as especificidades que moldam o conceito de hegemonia, tendo como suporte as interpretações proferidas por Antonio Gramsci, renomado intelectual situado no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Por ora, fiquemos com a reflexão de que, como as plataformas são pautadas na extração de dados e na criação de efeitos de rede, determinadas tendências são suscitadas da dinâmica competitiva: expansão da extração, convergência de mercados e fechamento de ecossistemas (SRNICEK, 2017). Essas tendências passam a se instaurar em nossos sistemas econômicos; logo, depreendemos que as plataformas se consubstanciam em ecossistemas digitais.

A definição de ecossistemas, sumariamente, reporta-se a um conjunto de populações que vivem em uma determinada região e interagem entre si e com o meio. Considerando que o efeito de rede representa um novo fenômeno propiciado pelo aperfeiçoamento computacional/digital, as tecnologias em desenvolvimento estimulam, progressivamente, as plataformas. Estabelecem, em um cenário vertiginosamente digital, limites organizacionais e agilidades operacionais. As plataformas materializadas em ecossistemas digitais progridem

⁴⁰ Understood in this way, the digital economy is far more important than a simple sectoral analysis might suggest. In the first place, it appears to be the most dynamic sector of the contemporary economy – an area from which constant innovation is purportedly emerging and that seems to be guiding economic growth forward. The digital economy appears to be a leading light in an otherwise rather stagnant economic context. Secondly, digital technology is becoming systematically important, much in the same way as finance. As the digital economy is an increasingly pervasive infrastructure for the contemporary economy, its collapse would be economically devastating. Lastly, because of its dynamism, the digital economy is presented as an ideal that can legitimate contemporary capitalism more broadly.

significativamente na condição de um modelo de negócio promissor para a economia digital. Ademais, para que compreendamos o funcionamento das plataformas no ecossistema em foco, temos de considerar que um ecossistema definido como bem-sucedido funcionará em rede, isto é, como um grupo de organizações que colaboram e formam ofertas conjuntas, com a finalidade de destinar um valor expressivo a todos os envolvidos no processo.

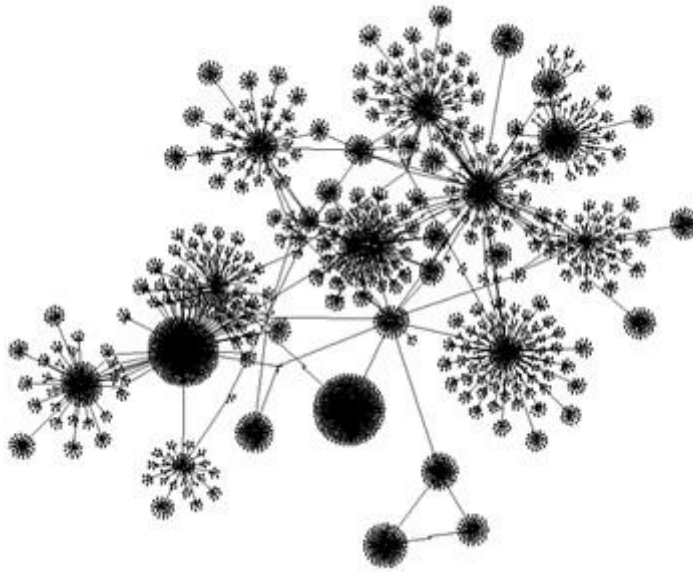
A partir das ponderações de Srnicek (2017), inferimos que, nos ecossistemas digitais, distintos grupos de usuários se conectam e interagem, valendo-se de ferramentas e recursos disponibilizados pelas plataformas. Ao invés de caminhar de modo nivelado (dos produtores aos consumidores), as plataformas geram valores que podem ser alterados, substituídos e consumidos por várias maneiras e em muitos lugares em razão de suas conexões. Centremos nos exemplos apresentados por Srnicek (2017, p. 25, tradução nossa⁴¹):

[...] A App Store da Apple e seu ecossistema associado (XCode e iOS SDK) permitem que os desenvolvedores criem e vendam novos aplicativos aos usuários; o mecanismo de busca do Google fornece uma plataforma para anunciantes e provedores de conteúdo direcionarem as pessoas que procuram informações; e o aplicativo de táxi do Uber permite que motoristas e passageiros troquem viagens por dinheiro. Em vez de ter que construir um mercado do zero, uma plataforma fornece a infraestrutura básica para mediar entre grupos diferentes [...].

Assim, para evitar a arquitetura de um mercado essencialmente principiante, as plataformas, dado o seu crescimento respaldado pelos efeitos de rede, optam por oferecer uma infraestrutura basilar para mediar entre grupos distintos, o que conduz à expansão de mercados já existentes. O que tencionamos expor, até o momento, é que cada plataforma se operacionaliza de maneira heterogênea, atraindo diversos tipos de usuários, ao contribuir para a criação de diferentes formas de valores. Conforme bem analisou Srnicek (2017), as plataformas têm “DNA”, de modo a apresentar todas as suas informações de funcionamento. E, para elas se manterem avivadas, precisam subtrair elementos, sendo que este é o aspecto que constitui a natureza das plataformas: extração de dados. Convidamos o leitor a observar a Figura 3.

⁴¹ [...] Apple’s App Store and its associated ecosystem (XCode and the iOS SDK) enable developers to build and sell new apps to users; Google’s search engine provides a platform for advertisers and content providers to target people searching for information; and Uber’s taxi app enables drivers and passengers to exchange rides for cash. Rather than having to build a marketplace from the ground up, a platform provides the basic infrastructure to mediate between different groups [...].

Figura 3 – Representação de um rizoma



Fonte: Milharal (2021)⁴².

No campo da botânica, a palavra ‘rizoma’ remete ao caule polimorfo capaz de dar origem a distintos ramos (floríferos, folíferos ou raízes), ordinariamente localizados abaixo da terra e contemplados de um crescimento horizontal. Acreditamos ser pertinente enfatizar que, em 1980, Giles Deleuze e Félix Guattari, autores responsáveis pela escrita da obra “*Mille Plateaux*”, valem-se do rizoma em seu sentido botânico para materializar um sistema filosófico destituído de raízes fundantes que se relaciona como uma rede integrada em que todos os elos, concomitantemente, apoiam-se e se originam dos demais. Trata-se de uma teoria complexa, mas fiquemos com a ideia da consolidação de visões rizomáticas em uma sociedade. Tais visões decorrem de uma multiplicidade. Expliquemos: a multiplicidade se aflora na forma de linhas independentes que simbolizam dimensões, lugares da realidade, maneiras inventadas e reinventadas de se edificar realidades, maneiras estas que podem ser desconstruídas.

Em uma tentativa de tornar o assunto mais inteligível ao leitor, recorreremos novamente a Deleuze e Guattari (1995), os quais elucidam que o rizoma abarca apenas demarcações, amplitudes e dimensões que não podem progredir sem que altere a natureza. No âmago desse pensamento, somos conduzidos a compreender que o rizoma concorda com uma perspectiva de expansão. E, ao assumir tal perspectiva, ampliam-se os seus ‘ramos’. É exatamente isto que, a nosso ver, ocorre com as plataformas: ao coletarem dados, automaticamente, elas passam a analisá-los, com o intuito de vender o resultado por meio de uma conectividade

⁴² Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/2012/07/01/rizoma-apresentacao/>. Acesso em: maio 2021.

rizomática. Para a efetivação dessa ação, é imperioso o desdobramento dos efeitos de rede, os quais tendem a se materializarem em uma proliferação ávida e constante.

Sem o intento de demarcar pensamentos, exponhamos, demasiados, parece-nos que o fenômeno do capitalismo de plataforma trabalha com uma plasticidade neuronal, isto é, os dados apurados são operacionalizados/verificados/examinados de maneira rizomática. Tendo por base a noção de que a plasticidade neuronal consiste na capacidade do cérebro em desenvolver novas **conexões** sinápticas entre os neurônios, tudo por meio da experiência e do comportamento do sujeito, interessa-nos a aplicação da palavra ‘conexões’, a qual propositalmente demarcamos em negrito: para que o capitalismo de plataforma se expanda, é preciso haver conexões entre empresas, usuários e entre as próprias plataformas. Uma das técnicas para fortalecer conexões equivale à coleta e à análise de dados. No tocante a esse pensamento, salientamos um postulado de Srnicek (2017, p. 56-57, tradução nossa⁴³) que possibilita confirmar essa ideia:

Se a coleta de dados é uma tarefa fundamental das plataformas, a análise é o correlato necessário. A proliferação de dispositivos geradores de dados cria um vasto novo repositório de dados, o que requer armazenamento cada vez maior e sofisticado e ferramentas de análise, conduzindo, ainda mais, a centralização das plataformas. Se expandir a capacidade de coleta de dados é um imperativo competitivo para as empresas, desenvolver meios de análise correspondentes é outra. Avanços em hardware, organização de banco de dados e infraestrutura de rede, portanto, desempenham papéis significativos na obtenção de vantagens de velocidade e percepção sobre os concorrentes. Muito do sucesso inicial do Google, por exemplo, resultou de seu trabalho pioneiro de criação de software interno útil e arquitetura de hardware inovadora. De maneira única, o Google projeta e constrói seus próprios servidores personalizados em vez de comprar servidores padrão do mercado – novamente, em um esforço para obter vantagem competitiva.

Quanto ao exposto por Srnicek (2017), constatamos que, ao projetar e construir os seus próprios servidores, considerando um cenário superabundante de competitividade, o *Google* passa a impulsionar efeitos de rede circunscritos em ecossistemas digitais, multiplicando-os. Ao ter novamente como respaldo o conceito filosófico de Deleuze e Guattari (1995), ponderamos a prevalência de redes rizomáticas que se fortalecem à medida

⁴³ If data collection is a key task of platforms, analysis is the necessary correlate. The proliferation of data-generating devices creates a vast new repository of data, which requires increasingly large and sophisticated storage and analysis tools, further driving the centralisation of these platforms. If expanding the capacity to collect data is one competitive imperative for these companies, developing corresponding means of analysis is another. Advances in hardware, database organisation, and network infrastructure therefore all play significant roles in gaining speed and insight advantages over one’s competitors. Much of Google’s initial success, for instance, stemmed from its pioneering work of creating useful internal software and innovative hardware architecture. Rather uniquely, Google designs and builds its own custom servers rather than purchasing standard servers off the market – again, in an effort to gain competitive advantage.

que os dados são angariados e averiguados, e os seus resultados comercializados, para que mais plataformas se proliferem e construam redes cada vez mais assentadas. Resignificam-se mercados; resignificam-se relações sociais; resignificam-se modos de produção. Os mercados se inovam, as relações sociais se tornam remotas e os modos de produção (as vastas formas de trabalho que permeiam a sociedade) se ornamentam de discursos e valores utilitários, mecânicos e que carecem de acompanhar as transformações tecnológicas para funcionar a uma racionalidade dominante.

As plataformas digitais, como bem apresentamos a partir de Srnicek (2017), produzem e dependem de efeitos de rede. A ideia é sempre esta: quanto mais numerosos forem os usuários que recorrem a uma plataforma, mais valiosa ela se torna para todos os demais. Mais valiosa essa plataforma passa a ser para o mundo. É como se cada ramo do rizoma representado na Figura 3 fosse um usuário interagindo dentro de uma plataforma. Vamos além: é como se cada ramo do rizoma corresponda a uma plataforma que se prolifera em nível internacional, captando usuários, instituições, parceiros, conglomerados. Efeitos de rede infindáveis.

Como exposto, as plataformas se caracterizam como intermediárias, infraestruturas e capazes de fomentar efeitos de rede. No decorrer desta seção, mencionamos alguns nomes; por isso, neste momento, faz-se oportuno evidenciar ao leitor que as plataformas, com apoio em Srnicek (2017), segmentam-se em cinco formas: plataformas de publicidade, de nuvem, industriais, de produto e enxutas. O Quadro 1 condensa essas formas, no intuito de descrevê-las e apresentar exemplos.

Quadro 1 – Plataformas: descrição e exemplos, com base em Srnicek (2017)

Plataformas	Descrição	Exemplos
Plataformas de publicidade	Consistem nas primeiras tentativas de construção de um modelo apropriado à era digital. Estimularam, direta e indiretamente, o surgimento das tendências tecnológicas mais recentes – da economia compartilhada à internet industrial. Essas plataformas precisam expandir suas coletas de dados. Querem competir entre si e desejam obter dinheiro de publicidade.	<i>Google, Facebook</i>

Plataformas de nuvem	Constituem a etapa que consolidou a plataforma como um modelo de negócios único e poderoso. Essas plataformas estão se tornando uma grande parte da economia de plataforma.	<i>Amazon, Salesforce</i>
Plataformas industriais	À medida que a coleta, o armazenamento e a análise de dados se tornam frequentemente mais baratos, várias empresas tentam trazer plataformas para o campo da manufatura tradicional. A mais significativa dessas tentativas segue o tema 'a internet industrial das coisas' ou, simplesmente, 'a internet industrial'. No nível mais básico, a internet industrial compreende a incorporação de sensores e chip de computador no processo de produção, além de rastreadores no processo de logística, todos interligados por meio de conexões via internet. Aqui, é provável conectar itens do mundo a uma espécie de internet local ou ampla. Há uma internet industrial. Isso aumenta a produtividade e melhora a flexibilidade.	<i>General Electric (GE), Siemens</i>
Plataformas de produto	Transformam bens em serviços que podem ser alugados. Essa é uma das principais maneiras em que o capitalismo está, na verdade, tentando recuperar bens informativos gratuitos.	<i>Rolls-Royce, Spotify</i>
Plataformas enxutas	Os serviços dessas plataformas são ressignificados, logo, a concorrência passa a ser maior. Para tanto, os custos são terceirizados. A parte mais notória das plataformas enxutas é a terceirização de trabalhadores. Elas variam de empresas especializadas para uma multiplicidade de serviços (limpeza, transporte, hospedagem, visitas domiciliares de médicos, compras de supermercado etc.) a mercados mais gerais que	<i>Uber, Airbnb</i>

	fornecem tal variedade. Todos esses serviços, no entanto, tentam se estabelecer como uma plataforma em que usuários, clientes e trabalhadores podem se encontrar.	
--	---	--

Fonte: elaboração própria.

Na concepção de Srnicek (2017), cada uma dessas plataformas enfrenta um conjunto de restrições. Ou seja: cada uma obtém sua receita de uma fonte diferente. Ademais, qualquer uma delas expressa uma dinâmica ligeiramente distinta. Concernentes às plataformas, mais especificamente na conferência em 2016, o autor analisa que nos encaminhamos para três futuros possíveis: 1) plataformas de monopólio, que assumem funções tradicionalmente políticas, ou seja, funções do governo público; 2) cooperativismo de plataforma, em que as plataformas são criadas e controladas pelos trabalhadores; 3) plataformas públicas – aqui, convém a pergunta: quem tem recursos para competir com *Uber*, *Google*, *Facebook* e *Amazon*? Importa-nos aclarar, respaldados no autor, que os Estados poderiam administrar as plataformas ao interesse público; poderiam regulá-las para o bem comum; poderiam transformá-las efetivamente em plataformas públicas. O problema é o que dizer do Estado de Segurança, ou seja, como separamos a declaração de plataforma estatal do Estado de Segurança que deseja todos esses dados como bem. Partindo das reflexões de Srnicek (2017), somos levados a um cenário de ‘banco imobiliário’⁴⁴.

No que tange a todo o exposto, verificamos que o fenômeno compreendido como capitalismo de plataforma determina um grupo de participantes empresariais (plataformas) que apenas se apresentam como intermediários de uma comunicação técnica e esclarecem os serviços e as relações comerciais entre indivíduos ou instituições. Privilegiam-se as ações de fechar e privatizar os dados. Fiquemos, portanto, com a seguinte reflexão: as ações das plataformas são enfáticas e abarcam os feitos de coletar, analisar e vender. A partir desses feitos, as plataformas se constroem por meio dos seus efeitos de rede, os quais se fortalecem em uma economia digital, fomentando ecossistemas mediante conectividades rizomáticas.

⁴⁴ Podemos relacionar o jogo popularmente conhecido como ‘banco imobiliário’ com o ecossistema formado pelas plataformas. Partindo da ideia de que o ‘banco imobiliário’ consiste na compra e venda de propriedades (bairro, casas, hotéis, empresas), de modo que vença o jogador que não for à falência ou aquele que tiver mais propriedades adquiridas em mãos, situação similar ocorre com as plataformas: por meio de conectividades rizomáticas, vemos que o intuito é justamente o de fortalecer efeitos de rede para tornar as plataformas mais valiosas e conhecidas em nível internacional; sendo valiosas e conhecidas por diferentes usuários, grandes empresas que lidam com plataformas robustecem, cada vez mais, seus capitais, suas propriedades, seus ganhos. É necessário intensificar os efeitos de rede para, em hipótese alguma, ir à falência.

Esses aspectos contribuem para a instituição do universo das plataformas, os seus meios. Para ter futuro, elas precisam se expandir (assim como o capital). Continuar a expansão se faz imprescindível.

Nessa esfera, depreendemos que, no capitalismo de plataforma: i) as plataformas ganham acesso aos nossos dados e conseguem ter acesso às ‘regras do jogo’ (adiante, retomaremos essa ideia), ou seja, às regras desses dados; ii) os efeitos em rede constituem um ciclo virtuoso, eficiente; iii) as plataformas são aparatos de extração de dados, isto é: são donas essencialmente de *softwares* (centros de processamento de dados), montadas a partir de programações abertas, *softwares* abertos. *Facebook* e *Instagram*, por exemplo, têm bases abertas, uma vez que podemos realizar publicidades por essas redes.

Nada mais coerente, dessa maneira, do que direcionarmos a questão das plataformas para o campo educacional. Com a pandemia, a prática educacional, que já começara a se alinhar às mudanças tecnológicas vigentes, resignificou-se de forma imensurável. Em outras palavras, passou a ser ‘plataformizada’. Logo, consideramos prudente articular a teoria do capitalismo de plataforma à educação, por intermédio das ações do neoliberalismo nesse campo, de modo a compreender a consolidação de uma racionalidade neoliberal, o assunto da próxima seção.

3. A CONSOLIDAÇÃO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA: NOVOS RUMOS À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CAPITALISMO DE PLATAFORMA

[...] o neoliberalismo se tornou hegemônico como **modalidade de discurso** e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo (HARVEY, 2008, p. 13, grifos nossos).

Iniciamos esta seção com respaldo em Harvey (2008). Nosso objetivo, aqui, é apresentar as idiosincrasias do neoliberalismo, centrando-se em como uma racionalidade neoliberal é consolidada em uma sociedade (neste caso, a brasileira). Chama-nos atenção o fato de o autor caracterizar o neoliberalismo como uma modalidade de discurso, constituindo-se, pois, em uma hegemonia, uma crença capaz de afetar nossas práticas cotidianas, nossos pensamentos, nossos ideários. Adiante, Harvey é enfático ao ponderar que, por ser uma modalidade de discurso a partir da instauração de uma hegemonia, o neoliberalismo orienta interpretações, vivências e compreensões acerca do mundo, da sociedade, do Estado.

É exatamente por intermédio dessas informações que chegamos à noção de que os preceitos neoliberais se condensam em uma doutrina que altera subjetividades, a ponto de reproduzir discursos que privilegiam demasiadamente a vida individual, o incentivo à competição, à máxima de resultados, ou seja, tem-se, ainda, a consolidação da ideia de que as privatizações são necessárias para almejar a tão aspirada qualidade. Com isso, a noção de bem comum é atenuada cada vez mais, de forma a prevalecer o consenso de que o público é ineficaz, infrutífero. Nesse sentido, o conceito de educação como bem público⁴⁵ perde sua essência, o que nos leva a uma realidade deveras preocupante: a educação se tornou uma mercadoria, um produto, remetendo-se à indagação: quanto vale a educação, afinal?

Frente ao exposto, Mascaro (2013, p. 124) profere significativas reflexões sobre o neoliberalismo, ao postular que “[...] não é uma política dos capitais contra os Estados, é uma política dos capitais passando pelos Estados. Os graus de liberalização são empreendidos por meio de políticas econômicas estatais”. A partir disso, verificamos que, no modelo de desenvolvimento pós-fordista, o número de ocorrências de bens atingidos é superior ao número de ocorrências de operações realizadas no modelo fordista. Ao explorar novas

⁴⁵ No decorrer desta seção, será apresentada a definição de bem público; por ora, é importante elucidar que a “[...] educação, em todos os seus níveis e etapas, é um direito fundante da gramática cidadã. Isso é o que torna a educação, em sentido teórico e prático, um bem público” (AZEVEDO, 2021, p. 104).

tecnologias, que vão da eletrônica à biologia e genética, a natureza apreende mercadorias como uma restrição mais ampla. Em um contexto globalizado, no qual o capitalismo avança com o advento da Indústria 4.0, e se considerarmos, sobretudo, todas as complexidades vivenciadas na pandemia ocasionada pela covid-19, a educação recebe novos contornos, sendo, a título de exemplo, ‘plataformizada’ e ‘neoliberalizada’ com o discurso da qualidade, da gestão por resultados e da eficiência proclamado por instituições empresariais, as quais reforçam conceitos como os de empregabilidade, empreendedorismo, competências para competir, dentre outros.

O que precisamos ponderar neste momento é que o Estado envolve negociações sociais. Há relações de poder, mas também há as contrarrelações de poder. O Estado não é um ente abstrato; é uma instituição capturada por uma classe que se utilizará de seu poder para impor seus interesses unilateralmente sobre toda sociedade, porém sempre em uma relação conflitual e contraditória. O Estado desempenha diferentes papéis, mas devemos pensar: o que está em jogo quando consideramos interesses econômicos? Logo, pensar a ideia de sociedade é, indubitavelmente, pensar em um sistema de relações, que são modos de existir do ser social. A sociedade sempre é produto da ação recíproca dos homens. É uma relação objetiva e subjetiva; é individual e coletiva. Produzimos as condições. Nesse âmbito,

[...] o Estado não representa um poder que paira acima da sociedade; pelo contrário, é expressão política da estrutura de classes inerente à produção. Embora se coloque como representante dos interesses gerais, o Estado constitucional não está acima dos conflitos, mas profundamente envolvido neles, ou seja, insere-se e define-se pelos próprios conflitos e contradições da vida material, sendo simultaneamente um fator de coesão e regulamentação social (CARVALHO, 2016, p. 82).

Concordamos com Carvalho (2016), em especial quanto à aceção de o Estado se equivaler a uma estrutura política, que se sobrepõe à sociedade, mas faz parte dela. Assim, depreendemos que, em uma situação de luta de classes, esta é conformada pelo Estado, que molda costume, modos de vida, formas de sociabilidade. O Estado não é só um aparelho de repressão, mas também de constituição social, influenciando na constituição das subjetividades. Dessa maneira, o neoliberalismo engendra a noção de que o campo educacional é o espaço central para a formação de valores e o desenvolvimento de atitudes basilares frente às novas condições sociais da expansão capitalista. Para um entendimento mais efetivo, passemos aos pressupostos teóricos atinentes à reforma do Estado e à instauração do neoliberalismo. Leiamos:

O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15, grifos dos autores).

Dardot e Laval (2016) evidenciam, em princípio, que o neoliberalismo se assume como uma construção histórica e norma geral de vida. Para tanto, faz-se pertinente perpassarmos pela sua legitimação, a fim de compreender suas nuances. Como nos demais países da América Latina, o processo de legitimação do neoliberalismo no Brasil foi conduzido pela reforma do aparelho do Estado⁴⁶, recomendada pelas Políticas de Ajuste Estrutural (PAE) do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, o neoliberalismo passou a operar por intermédio do Estado brasileiro. A reforma foi direcionada por meio da defesa de que esse seria o caminho mais apropriado para tornar o Estado uma instituição apta, competente.

De acordo com o Banco Mundial (1997), a eficiência do Estado equivaleria ao componente central para a ascensão do desenvolvimento sustentável e do enfrentamento às dificuldades sociais. Ademais, no Relatório intitulado “O Estado num mundo em transformação”, publicado em 1997, o Banco Mundial, ao atribuir um enfoque à atuação das agências internacionais quanto às reformas estatais nos países periféricos, demarcou que “[...] o apoio externo pouco pode realizar quando falta a disposição interna de reformar” (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 16). Por sua vez, no Brasil, essa “disposição interna de reformar” não fora escassa aos governantes eleitos a partir da década de 1990. No documento “Brasil: um projeto de reconstrução nacional”, divulgado em 1991, as orientações gerais para a admissão do ideário neoliberal no país já se consignavam no decorrer do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992).

Todavia, o neoliberalismo é efetivado, de fato, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003) e tem seu prosseguimento por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-). Na acepção de Boito Júnior (2003), o neoliberalismo se instaura no Brasil aos moldes

⁴⁶ No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, verificamos que tal reforma concerne à “[...] administração pública em sentido amplo, ou seja, à estrutura organizacional do Estado, em seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e três níveis (União, Estados-membros e Municípios). O aparelho do Estado é constituído pelo governo, isto é, pela cúpula dirigente nos três Poderes, por um corpo de funcionários, e pela força militar” (BRASIL, 1995, p. 12).

da Terceira Via⁴⁷. Importa-nos, neste momento do texto, apresentar a seguinte informação: Luiz Carlos Bresser-Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, compreendendo o período de 1995 a 1998, viajou para a Inglaterra e, posteriormente, voltou preparado para aplicar os princípios da Terceira Via no processo de reforma do Estado brasileiro⁴⁸. Essa forma de neoliberalismo, com respaldo na proposta do “capitalismo humanizado”, foi intensificada, em certa medida, pelos governos de Lula e Dilma, caracterizando-se como uma espécie de “terceira via da periferia” (BARBIERI, 2018). Contudo, a continuidade do ideário neoliberal nesses governos não significa homogeneizá-los. Apesar de partilharem dos princípios neoliberais, há distinções substanciais entre eles.

Centremos no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nele, é possível assinalar que o maior desafio consistia em estabilizar a economia⁴⁹. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas a reforma e a privatização de empresas estatais (particularmente empresas estatais nos setores de telecomunicações e mineração). Nesse período, as ações governamentais se condensaram à aprovação da “Lei de Responsabilidade Financeira” (LRF), além da principal política de superávit para apoiar o pagamento da dívida, a qual, acentuadamente, cresceu quando FHC estava em evidência. Faz-se prudente, nesse contexto, salientar que o governo em questão passou a ser caracterizado pela aplicabilidade de uma política neoliberal mais árdua. Como bem ressalta Favaro (2014, p. 375), de uma política na qual “[...] o empresariado atuou de forma intensa na sociedade civil, expandindo-se para o campo antes exclusivo das políticas públicas”. No campo educacional, por exemplo, o enfoque do governo FHC se direcionou às políticas do ensino fundamental, a saber: o Fundo

⁴⁷ “Tendo como principal referência Anthony Giddens, a Terceira Via é caracterizada por criticar o neoliberalismo ortodoxo (proposto por Hayek e Friedman), bem como o socialismo (que, para a Terceira Via, teria chegado ao fim com a queda do muro de Berlim) e se apresentar como uma perspectiva localizada para além da esquerda e da direita, voltada à promoção de um “capitalismo humanizado” (GIDDENS, 1998). De modo geral, o que propõe essa forma mais acabada do neoliberalismo é a combinação de uma economia de mercado com valores de justiça social” (BARBIERI, 2018, p. 38).

⁴⁸ “Ainda que julgue que o serviço público só se justifica quando temos a coragem de inovar e mudar, sei também que a prudência é outra qualidade essencial dos homens públicos. Por isso, e dadas as limitações óbvias de meu ministério, decidi concentrar-me na reforma da administração pública, ou, um pouco mais amplamente, do aparelho do Estado. [...] Conhecia muito bem a administração pública burocrática, conhecia a teoria e a prática da administração de empresas, e tinha uma ideia da administração que eu chamaria um pouco adiante de ‘gerencial’ através da leitura do livro de Osborne e Gaebler, *Reinventando o Governo*. Mas precisava conhecer muito mais a respeito das novas ideias. E foi o que fiz, viajando para a Inglaterra logo no início do governo e começando a tomar conhecimento da bibliografia que recentemente havia se desenvolvido, principalmente naquele país, a respeito do assunto” (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 4, grifos do autor).

⁴⁹ Entretanto, em uma notícia publicada pelo jornalista Gustavo Patú, veiculada na Folha de São Paulo em 1998, tem-se a informação de que a dívida pública dobrou em apenas três anos da gestão de FHC. Leiamos este excerto da notícia: “Em 1º de janeiro de 95, primeiro dia do mandato de FHC, União, Estados, municípios e estatais, juntos, deviam R\$ 153,163 bilhões em valores da época, segundo cálculo publicado pelo Banco Central em 96. Após três anos consecutivos de déficit público, a dívida fechou 97 em R\$ 306,494 bilhões. [...]” (PATÚ, 1998, *on-line*).

de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (FUNDEF), a TV Escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

No que concerne ao exposto, depreendemos que a reforma do aparelho do Estado e a legitimação do neoliberalismo no Brasil foram intercedidas por um conjunto de atores sociais (ora nacionais, ora internacionais). Para Robertson (2012, p. 291), apesar de ser “[...] tentador pensar no neoliberalismo como uma arquitetura reguladora global imposta de cima para baixo [...], como todos projetos políticos, o neoliberalismo requer um trabalho contínuo por meio de atores socialmente situados”. A partir disso, determina-se que o principal documento orientador da reforma do aparelho do Estado no Brasil foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, divulgado em 1995. Conforme postula o documento, o qual é essencialmente motivado pelas recomendações do Banco Mundial, o descontrole fiscal ocorrido no Brasil durante a década de 1980 foi designado pela “[...] redução das taxas de crescimento econômico, aumento do desemprego e elevados índices de inflação” (BRASIL, 1995, p. 10), sendo tudo originado da atuação infrutífera do Estado desenvolvimentista.

A solução para esse hipotético descontrole fiscal consistiria na efetivação de reformas nas instituições estatais, com o objetivo de substituir o modelo de gestão burocrática dos países em desenvolvimento por um modelo de gestão gerencial alicerçado na lógica empresarial. A adoção desse modelo aumentaria a eficiência da administração pública, pois permitiria ao Estado fornecer serviços públicos de alta qualidade a “clientes cidadãos” a baixo custo (BRASIL, 1995). O argumento pela institucionalização das reformas parte da premissa de que essa seria a forma de modernizar o país e integrar o Brasil, como analisam Melo e Falleiros (2005), à era da globalização.

Assim, como um produto da anuência ao modelo de administração gerencial, “[...] o Estado abandona o papel de executor ou prestador direto de serviços [...]”, permanecendo-se, porém, “[...] no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento [...]” (BRASIL, 1995, p. 13). Desse modo, na direção de uma concepção neoliberal ortodoxa, o Estado deveria se restringir a proporcionar as condições basilares para a coesão social na forma de políticas públicas direcionadas, pois estas constituiriam a maneira mais eficaz de investimento social.

Referente ao assunto, Hayek (1990, p. 124), um expoente de uma das escolas do neoliberalismo (Escola Austríaca), explana que o “[...] tratamento irrefletido dessas questões [sociais] poderia criar problemas políticos graves e mesmo perigosos”. No ideário do estudioso, “[...] não há dúvida de que, no tocante à alimentação, roupas e habitação, é possível garantir a todos um mínimo suficiente para conservar a saúde e a capacidade de trabalho”

(HAYEK, 1990, p. 124). O distanciamento do Estado no que tange à provisão direta das políticas sociais e a instauração do Estado mínimo não ratificam o entendimento de que o neoliberalismo propiciou a retirada do Estado do campo econômico. O que tencionamos afirmar é que a lógica neoliberal conduziu a mudanças na forma de intervenção do Estado na sociedade.

No intuito de colaborar com esses postulados, Santos (2011, p. 38) destaca que “[...] o retraimento do Estado [no campo das políticas sociais] não pode ser obtido senão através da forte intervenção estatal. O Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação”. Expondo de outra forma, o autor aventa que “[...] desregular implica uma intensa atividade regulatória do Estado para pôr fim à regulação estatal anterior e criar as normas e as instituições que presidirão ao novo modelo de regulação social” (SANTOS, 2011, p. 41-42). No âmago dessa teorização, Mascaro (2013, p. 118, grifo do autor) aclara que o “[...] neoliberalismo não é uma retirada do Estado da economia, mas um específico modo de *presença* do Estado na economia”. Na sequência, enuncia, também, que não é a “[...] retirada do Estado do cenário econômico, político, social e cultural de hegemonia, mas, sim, é uma presença massiva da forma política estatal, variando no caso os meios e os horizontes de sua atuação” (MASCARO, 2013, p. 124).

Ao ter em vista os mecanismos projetados para o distanciamento do Estado à ascensão direta dos serviços sociais, o Quadro 2 tem o objetivo de condensá-los.

Quadro 2 – Mecanismos que corroboraram com o distanciamento do Estado às atividades sociais

I) Privatização: compreende-se como a transferência do domínio de bens públicos à esfera privada.
II) Publicização: concerne ao processo de descentralização aos setores públicos não estatais das ações de desenvolvimento de serviços que não abarcam o exercício do poder do Estado, porém “[...] devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica” (BRASIL, 1995, p. 18).
III) Estímulo ao Terceiro Setor ou sociedade civil ativa: representam-se, especialmente, por Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais promovem serviços sociais com respaldo em ações voluntárias.

Fonte: adaptado do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995).

Com o objetivo de expandir a Terceira Via e a sociedade civil ativa na Nova Gestão Pública, Barroso (2013, p. 14) afirma que “[...] é dada uma maior atenção e visibilidade, na retórica política, ao ‘local’ que passa a ser visto, sobretudo, como lugar de inovação e de mobilização”. Essas são, portanto, as maneiras de o Estado determinar o seu novo parâmetro

de intervenção social. Para Montañó e Duriguetto (2011), as medidas demarcadas pela reforma requisitaram mudanças substanciais direcionadas, em específico, à liberação dos mercados, à privatização de indústrias e serviços, à flexibilização e desregulação do mercado de trabalho e ao crescimento do Terceiro Setor.

Conforme as diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, apenas deveria continuar a cargo do Estado: “[...] a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias”, bem como “o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica, o serviço de emissão de passaportes etc.” (BRASIL, 1995, p. 41). Se direcionarmos a discussão ao campo das políticas educacionais brasileiras, verificamos que as organizações internacionais se encarregam da tarefa de regulamentadoras, uma vez que elaboram documentos de políticas de repercussão mundial, e de reguladoras, tendo em vista que controlam o processo de aplicação das diretrizes presentes nos documentos.

Consequentemente, entendemos que a reforma do aparelho do Estado e a institucionalização da lógica neoliberal no Brasil conduziram ao aperfeiçoamento da capacidade desse Estado de intermediar os interesses do capital internacional imperialista em meio à redução da autonomia relativa do Estado brasileiro no planejamento e à regulação das políticas nacionais. Também com o intuito de sintetizar as informações teorizadas até o momento, consideremos o Quadro 3.

Quadro 3 – Sínteses de informações acerca do processo de reforma do aparelho do Estado e de efetivação dos princípios neoliberais na fase de autonomia relativa do Estado brasileiro

Síntese 1	Descentralização das ações sociais do Estado à sociedade civil (setores privados e população no global).
Síntese 2	Centralização das deliberações políticas no Estado.
Síntese 3	Expansão dos setores privados e estruturação da “sociedade civil ativa”.
Síntese 4	Delegação fragmentária do poder de escolha política do Estado nacional às “instâncias de regulação supranacional”.
Síntese 5	Diminuição da autonomia relativa do Estado nacional brasileiro e aperfeiçoamento de seu papel mediador quanto às disposições do capital internacional imperialista.

Fonte: elaboração própria.

Ao ter como base os postulados da reforma do aparelho do Estado no Brasil, tecemos a reflexão de que o papel de mediação do Estado brasileiro foi aprimorado de acordo com os interesses do capital internacional. Cada vez mais, a supervisão das políticas públicas brasileiras é terceirizada para instituições internacionais. A transferência do poder regulatório é uma moeda de troca para a integração do Brasil na política global. Notoriamente, esse fato

conduziu a uma redução da autonomia relativa do país e a uma melhoria da sua natureza de mediação em termos de interesses do capital internacional.

Munidos das informações expostas, ponderamos que o Estado neoliberal não vislumbra a educação como um bem público, conforme é perceptível, até mesmo, na Declaração de Incheon (ONU, 2015); a educação, do ponto de vista do Estado neoliberal, é como uma fonte adicional de despesa social que deve, na medida do possível, ser reduzida. Compartilhamos da ideia de que a educação é um bem público, valendo-nos das teorizações de Hirschman (1973) e Azevedo (2019). Na concepção do primeiro autor, os bens públicos “[...] são definidos como bens consumidos por todos os membros de uma dada comunidade, país, ou área geográfica, sem que seu consumo ou uso por um membro impeça o consumo ou uso por outro” (HIRSCHMAN, 1973, p. 102). Já para Azevedo (2019, p. 874):

[...]. A necessidade de precisar o que é bem público reside no fato de que o sistema capitalista é um sistema baseado na produção e na troca de mercadorias, porém há bens que, tendo em vista o bem comum, não podem tornar-se mercadorias. Assim, a definição de bem público é uma forma de sinalizar que, mesmo no sistema capitalista, há bens que são produzidos, protegidos e disponibilizados por intermédio da esfera pública do Estado e não podem (ou não deveriam) ser objeto de mercadorização, de terceirização ou concessão em Parceria Público-Privada (PPP).

Por essa razão, bens públicos e bens comuns, como educação e conhecimento, quando inadequadamente considerados mercadorias ou bens pessoais, são submetidos a leis de mercados, de maneira a ilustrar modos de privatização, mercadorização, expropriação e “cercamento” (*enclosure*) (AZEVEDO, 2019). Na subseção seguinte, adentraremos, com mais ênfase, na discussão acerca da racionalidade neoliberal, com o intuito de compreender suas especificidades.

3.1 RACIONALIDADE NEOLIBERAL: UMA GOVERNANÇA DE SUBJETIVIDADES

O neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Ele não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19).

Conforme elucidam Dardot e Laval (2016), não podemos pensar o neoliberalismo apenas como uma doutrina que objetiva a acumulação do capital. A discussão vai além disso. Quando nos propomos a refletir sobre a racionalidade neoliberal, acreditamos ser necessário

nos reportar às subjetividades (como demarcado no título desta subseção, em uma ‘governança’ de subjetividades). Na acepção dos referidos autores, tem-se que o utilitarismo se constitui como a fonte do sujeito econômico racional, porém não é a forma literal de ‘empacotá-lo’. Sem abandonar o fundamento do utilitarismo, o liberalismo do século XIX se transmutou no neoliberalismo do século XX. Se o próprio indivíduo virtual passou por certas mudanças, então o individualismo e o egocentrismo não serão abandonados. Como uma calculadora engenhosa, o otimizador ainda é o alicerce racional para alocar recursos limitados entre alternativas. Presumivelmente, essa proposição se condensa nas atividades de economistas.

Embora o sujeito econômico permaneça como sendo a base do discurso dominante, na segunda metade do século XX, um novo sujeito racional apareceu, e o sujeito econômico passou a ser uma empresa do capital humano. Como o capital industrial, ele precisa ser constantemente valorizado. Podemos definir isso como uma nova narrativa que reavalia a competição capitalista real, já que a teoria neoclássica⁵⁰ a suprimiu por meio do conceito de competição perfeita. Não há mais uma máquina em estado estacionário que tende a se equilibrar como o próprio mercado. Temos, atualmente, um sujeito empreendedor com o intuito de criar um desequilíbrio, quebrar convenções, produzir inovação, sempre permanecendo com a capacidade de se adaptar ao fluxo sustentável do capital (DARDOT; LAVAL, 2016).

Assim, é pertinente depreender que o novo sujeito econômico⁵¹ se enxerga subjetivamente como uma empresa. Essa nova história se desproveu da racionalidade total e considerou uma racionalidade limitada pela impossibilidade de adquirir informações plenas no que compete às condições em que a prática econômica deveria ser realizada. Tal sujeito ainda é uma pessoa que busca, de maneira inextinguível, mais utilidade, dispêndio, fortuna e mais capital. Tendo em vista que a lógica do capital confere por causar mais danos ao mundo

⁵⁰ Essa teoria, como pontuam Hinkelammert e Mora (2005, p. 118, tradução nossa), “trata a vida humana abertamente como secundária frente à reprodução do aparato produtivo”. Assim, refletimos que um programa neoliberal depende, em sua ideologia, de assumir as inferências neoclássicas vinculadas à ideia de que uma instituição social, mediada essencialmente pelo mercado, é sempre a alternativa mais eficaz.

⁵¹ “Na Teoria Neoclássica, o indivíduo é abordado sob o pressuposto do *homo economicus*, ou seja, considerando somente a sua faceta econômica, preocupado com a maximização de sua satisfação, é um agente racional e calculista, que toma as decisões considerando os custos e benefícios de cada alternativa. Essa abordagem apresenta um papel passivo e impessoal aos indivíduos, que reagem as circunstâncias que lhes são impostas. Impessoal, pois características importantes para a singularidade destes indivíduos (como gostos, preferências, moral, experiência de vida etc.) são abstraídas da análise, assim como outras motivações além dos interesses materiais (do seu autointeresse). Passivo, pois estes indivíduos não têm capacidade (ou necessidade), nem interesse, em realizar transformações nas estruturas socioeconômicas. [...]” (IZEPÃO; BRITO; BERGOCE, 2020, p. 70-71).

natural e social, o consumismo e a lógica de mais consumo aniquilam até os próprios seres vivos.

Logo, a discussão nos conduz a refletirmos que os consumidores são produtos do governo impostos pela publicidade e pelo *marketing*; nesse âmbito, a mídia corporativa tem trabalhado, de modo demasiado, para clamar por ‘liberdade’ e ‘democracia’, sempre propagando esses elementos continuamente. Com isso, destrói-se a verdadeira liberdade e democracia, já que se cogita uma determinada autonomia dos sujeitos e a constituição de um desejo formado por suas interações.

No que concerne ao exposto, vê-se que o “neoliberalismo equivaleria, assim, à mercantilização implacável de toda a sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21). Na realidade, como expõem os teóricos, é o que

[...] Duménil e Lévy sustentam quando escrevem: “*Finally neoliberalism is indeed the bearer of a process of general commodification of social relationships*” [“em última análise, o neoliberalismo é o portador de um processo de mercantilização generalizada das relações sociais”] (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21, grifos dos autores).

Destarte, é válida a reflexão de que o neoliberalismo se engendra como uma racionalidade política, cujo papel é ampliar ao máximo a lógica do valor. Isso também significa que sua lógica ilimitada se espalhou por todas as áreas da vida social, tornando as relações, de fato, mercantilizadas. No cerne dessa questão, Carvalho (2020, p. 110) aclara:

O neoliberalismo pode até ser entendido como resposta aos problemas de ordem econômica, política e social atual e mesmo como uma resposta hegemônica, mas não é a única ou a mais adequada resposta. As relações humanas são contraditórias e, por isso mesmo, marcadas por conflitos e oposições sociais, podendo produzir alternativas aos desafios da sociedade atual, especialmente no sentido de superar as limitações geradas pelo individualismo e pela competição.

Diante desses postulados, constatamos que o desenvolvimento da sociabilidade é assinalado por contradições e por momentos de instabilidade estrutural. Nesse âmbito, o capitalismo responde a esses momentos, isto é, encontra um novo ciclo de instabilidades que permite a reprodução no campo social, político e econômico. As crises cíclicas marcaram a nossa sociedade, desafiando-a pela busca por mecanismos de recomposição para continuar a reprodução. A partir disso, refletimos que as crises são sempre de superprodução. Como podemos perceber, a tendência do capital é a competição, a recorrência a novos mercados, por novas mercadorias e por torná-las mais atrativas aos consumidores; em meio a esse processo,

há contradições. Inclusive, há contradições e conflitos no âmbito político, mas que perpassam, antes de tudo, pela sociedade, especialmente se pensarmos na aplicação da gestão empresarial dentro da gestão pública.

Na concepção de Dardot e Laval (2016), o sistema neoliberal desintegrou o movimento democrático como nunca antes, o que nos levou ao que se denomina “era pós-democrática”, como os autores refletem. Um dos indícios mais enfáticos dessa ação corresponde a uma modificação no conceito de bem público e de seus preceitos de distribuição. Os direitos relativos à cidadania e aqueles consagrados na história como fruto lógico da democracia política têm sido indagados por uma acepção consumista de serviço público de um indivíduo que não tem obrigação alguma com a sociedade. Tendo isso em mente, direcionamos nossa reflexão às práticas efetivas do neoliberalismo, com o seguinte postulado de Harvey (2011, p. 177):

As práticas efetivas do neoliberalismo [...] sempre implicaram claro apoio para o capital financeiro e para as elites capitalistas (geralmente com base na teoria de que as instituições financeiras devem ser protegidas a todo custo e que é dever do poder do Estado criar um ambiente agradável para os negócios, o que resultaria em mais lucro). Fundamentalmente, nada mudou. Tais práticas são justificadas pelo apelo à proposição duvidosa de que uma “maré crescente” do empreendimento capitalista “levantaria todos os barcos”, ou seja, que os benefícios do crescimento composto trariam, como em um passe de mágica, benefícios a toda população [...].

Essa citação de Harvey (2011) possibilita que pensemos nos nossos papéis circunscritos na sociedade. Nossas relações são permeadas por contradições, como bem chama atenção Carvalho (2020). Não são lineares. São relações marcadas por desigualdades, uma exclusão. Quando nos deparamos com a informação de que benefícios seriam concedidos à população, temos a consciência de que não é exatamente dessa forma que ocorre. É preciso ponderar que a desigualdade decorre a partir de alguns que detêm a propriedade, e outros, não. Isso produz diferenciações sociais. A distribuição não ocorre de forma igualitária à sociedade, manifestando-se, evidentemente, em outros campos.

Dessa maneira, podemos pressupor, subsidiados em Dardot e Laval (2016), que “a nova razão do mundo” introduz uma forma subjetiva sem precedentes e constitui um desafio político e ideológico. Uma razão que aponta para nossas formas de sociabilidade, pensamentos hegemônicos e ações operacionalizadas. Nesse sentido, o debate sobre o neoliberalismo e seus impasses precisa ser analisado com clareza, sem que deixemos de nos

enganar quando o discurso recai na noção de que o sujeito pode ser livre, um empreendedor de si mesmo. Conforme atestam os estudiosos em questão, a estratégia neoliberal

[...] consistirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios (privatização, criação de concorrência dos serviços públicos, “mercadorização” de escola e hospital, solvência pela dívida privada) a “obrigação de escolher” para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como “realidade”, isto é, como única “regra do jogo”, e assim incorporem a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder “no jogo” e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 212).

Dardot e Laval (2016) evidenciam uma profunda reflexão ao mencionar a expressão “capital pessoal”. Afinal, como podemos entender a ideia de que a acumulação se estrutura em uma espécie de lei geral da vida, tendo como base a noção de capital pessoal? A título de exemplo, consideremos a clássica frase que compreende o slogan do Banco Itaú: “*Feito para você*”⁵². Notamos que a lógica neoliberal, a partir das teorizações já explanadas, muda a nossa forma de pensar, modifica as nossas subjetividades. Quando pensamos na frase em pauta, imediatamente, questionamos: o sujeito é o centro? Logo, respondemos: não é. A justificativa é solene: se temos capital, somos reconhecidos; com isso, inferimos que não há neutralidade nas relações humanas.

No que tange ao exposto, reafirmamos que o capital busca formas de reprodução. Na sociedade capitalista, todas as pessoas e coisas foram tornadas mercadorias; no mercado, trocamos – é uma relação de trocas. Quanto às leis do mercado, independentemente de quem detém o capital, percebemos que, quando o outro compra a nossa força de trabalho, tem-se o controle de passar pelas mãos do Estado – este como esfera política, jurídica, que assegura os direitos dos sujeitos livres, iguais, para contratar. Quando as trocas se generalizam é que nós vemos a esfera política que garante juridicamente os direitos dos sujeitos. A política está identificada com os indivíduos singulares e é como se o Estado fosse o guardião desses direitos. Em última instância, assegura-se o cumprimento dos vínculos e a defesa da propriedade privada, contribuindo, desse modo, para a reprodução das formas sociais.

Por esse motivo, conforme preconizam Dardot e Laval (2016), o conhecimento e a crítica ao neoliberalismo são fundamentais, uma vez que apenas o entendimento dessa racionalidade pode fazer com que a resistência real se oponha e suscite outra razão no mundo.

⁵² Essa frase é perceptível de ser localizada no próprio site do banco (disponível em: <https://www.itaubank.com.br/>. Acesso em: fev. 2021), com suas variações (“*Tudo pra você*”, por exemplo).

Como já mencionado, o neoliberalismo fomenta um processo de mercantilização das relações sociais. A seguir, centremos a discussão no campo educacional, considerando, de forma mais pontual, esse processo, a partir da atuação do empresariado e suas consequências:

[...]. Os empresários são motivados pela busca do lucro; as autoridades governamentais se orientam pelo desejo de serem reeleitas. As empresas recebem dos clientes a maior parte dos seus recursos; os governos são custeados pelos contribuintes. As empresas normalmente trabalham em regime de competições; os governos usam habitualmente o sistema do monopólio (OSBORNE; GOEBLER, 1998, p. 21).

Osborne e Goebler (1998) salientam um aspecto fundamental em relação à questão do empresariado: a busca pelo lucro. A competição se faz presente em meio a essa procura, de modo a estimular os sujeitos a sobreviverem no mercado de trabalho regido pela lógica do capital. Uma situação deveras preocupante é a forma como o neoliberalismo interpreta a educação:

Educação é um serviço como outro qualquer, alguém oferece e alguém adquire, alguém investe e alguém paga por aquilo. Educação não é um direito no sentido que a sociedade deve prover ao indivíduo. O direito à educação significa que qualquer um que puder pagar para adquirir conhecimento não pode ser impedido. Educação é como um hambúrguer, quem quiser matar a fome entra no estabelecimento de sua preferência e paga de acordo com o preço que estão vendendo [...] (RACHEWSKY, 2019 *apud* PERONI; LIMA, 2020, p. 10).

Como a educação pode ser comparada a um hambúrguer? Trata-se de um serviço qualquer, o qual é oferecido a alguém à semelhança de um produto disponível na prateleira de um mercado? São indagações dessa natureza que nos permitem observar o quanto o caráter humanitário da educação passa a ser atenuado cada vez mais. Referente à institucionalização do neoliberalismo, Peroni e Lima (2020, p. 5) afirmam que

[...] tem uma dimensão política que envolve a concepção de Estado empresarial e governança corporativa; uma dimensão econômica que envolve a financeirização, a desassalarição e reformas pensionistas; uma dimensão cultural que propõe uma cidadania corporativa, despolitização e des-solidariedade. O foco principal desse processo de institucionalização é o empreendimento. É importante destacarmos que não se trata só do Estado empreendedor, é um Estado empresarial: ele não vai ser empreendedor do pequeno empreendedor, ele vai ser o Estado empresarial no sentido de mercado.

Dessa forma, reiteramos que as mudanças no papel do Estado são profundas, já que ele não passa mais a ser o executor das políticas, porém o controlador dos resultados, promovendo a ideologia da empresa e transferindo responsabilidades individuais para os sujeitos (PERONI; LIMA, 2020). Ao colaborar com a discussão sobre o individualismo, Carvalho (2020, p. 31) pondera que “[...] a sociedade civil seria um campo de luta de interesses privados e um espaço de desigualdades naturais e o individualismo, um dos fundamentos da sociedade moderna”. Se o individualismo constitui o cerne de uma sociedade moderna, globalizada, a noção de educação como um bem público, equivalendo-se ao bem comum, é substituída pela concepção de educação como mercadoria ou, em termos mais literais, como uma mercadorização⁵³, significando que os produtos seguem uma forma de competição de mercado. Para Peroni, Caetano e Lima (2017, p. 417), essa concepção

[...] também não é uma abstração; ela ocorre via sujeitos e processos. Sujeitos individuais e coletivos [...] que estão cada vez mais organizados, em redes do local ao global, com diferentes graus de influência e que falam de diferentes lugares: setor financeiro, organismos internacionais, setor governamental. Algumas instituições têm fins lucrativos e outras não (ou não claramente), mas as redes são sujeitos (individuais e coletivos) em relação, com projeto de classe [...].

Com esses postulados em evidência, afirmamos que os grandes grupos econômicos brasileiros, bancos e empreiteiros apontaram para a importância estratégica de instruir a direção da educação no Brasil. Peroni e Lima (2020, p. 3) já nos alertaram: “[...] o privado atua com o aval do público, que tem a mesma perspectiva política de classe e, por isso, o contrata. É o que temos tratado como a privatização como política pública”. Isto é: o empresariado pratica essa ação justamente como uma política de classe, como uma classe com objetivos estruturais, projetos e conceitos de formação expressivos para transformar sujeitos em capital humano. A título de exemplo, verifiquemos a Figura 4.

⁵³ Referente à mercadorização, Azevedo (2012a, p. 9) apresenta significativos postulados quanto a esse processo associado à educação e ao conhecimento: “Esse processo de mercadorização do conhecimento e da educação parece ser possuído pelo mesmo fenômeno que Marx descreve como sendo da fetichização da mercadoria. Fenômeno que Marx diz encobrir ou esconder as relações sociais pressupostas na produção e na circulação de mercadorias. No caso do conhecimento e da educação, a fetichização também é fundamental para cobrir o processo de transformação em mercadoria dessa especial atividade nervosa de produção e de distribuição do conhecimento acumulado pela humanidade”. Ademais, o autor complementa: “O modo de produção capitalista pressupõe a mercadorização da atividade física e neural humana e, por isso, ocorre, pela formação de um mercado de trabalho, sua transmutação em mercadoria fictícia” (AZEVEDO, 2012a, p. 9).

Figura 4 – Parcerias firmadas entre a Fundação Itaú Social e municípios/estados/entidades em 2020



Parcerias com o poder público – 2020

Município/Estado/Entidade	Objeto da Parceria	Contrato	Vigência	Situação da Prestação de Contas
Município de Andaraí	Implementação do Programa Melhoria da Educação	Acordo de cooperação	01/03/2019 a 31/12/2020	Prazo para entrega: 31/12/2020
Município de Itapeverica da Serra	Implementação do Programa Melhoria da Educação	Acordo de cooperação	01/03/2019 a 31/12/2020	Prazo para entrega: 31/12/2020
Município de Itapevi	Implementação do Programa Melhoria da Educação	Acordo de cooperação	01/03/2019 a 31/12/2020	Prazo para entrega: 31/12/2020
Município de Juazeiro	Implementação do Programa Melhoria da Educação	Acordo de cooperação	01/03/2019 a 31/12/2020	Prazo para entrega: 31/12/2020
Município de Paulista	Implementação do Programa Melhoria da Educação	Acordo de cooperação	01/03/2019 a 31/12/2020	Prazo para entrega: 31/12/2020
Município de São Vicente	Implementação do Programa Melhoria da Educação	Acordo de cooperação	01/03/2019 a 31/12/2020	Prazo para entrega: 31/12/2020
Município de Seabra	Implementação do Programa Melhoria da Educação	Acordo de cooperação	01/03/2019 a 31/12/2020	Prazo para entrega: 31/12/2020
Município de Suzano	Implementação do Programa Melhoria da Educação	Acordo de cooperação	01/03/2019 a 31/12/2020	Prazo para entrega: 31/12/2020
Município de Lauro de Freitas	Implementação do Programa Melhoria da Educação	Acordo de cooperação	01/03/2019 a 31/12/2020	Prazo para entrega: 31/12/2020
Município de Várzea Grande	Implementação do Programa Melhoria da Educação	Acordo de cooperação	01/03/2019 a 31/12/2020	Prazo para entrega: 31/12/2020

Fonte: Fundação Itaú Social (2021)⁵⁴.

Trazemos à discussão a Fundação Itaú Social, a qual criou a plataforma *Polo de Desenvolvimento Educacional*⁵⁵, cujos serviços se intensificaram durante o contexto de pandemia e que tem o objetivo de desenvolver diversos programas empenhados em melhorar a educação pública brasileira. A Figura 4 ilustra a primeira página de um documento disponível na plataforma da Fundação, que pode ser consultado ao acessar o item “Parceiros” e, na sequência, assinalar “Parcerias com o Poder Público”. Assim, a partir da figura exposta, verificamos, ao menos, 10 municípios que são parceiros da Fundação. É pertinente destacar que o objeto da parceria consiste na implementação do Programa Melhoria da Educação. Vejamos sua finalidade:

O programa Melhoria da Educação proporciona formação continuada para gestores educacionais. As formações abordam tanto o eixo da gestão pedagógica quanto o da gestão administrativo-financeira. Dessa forma, os profissionais se preparam de maneira ampla para desempenhar suas funções. Os princípios do programa são: aliar teoria e prática; partir “da” e valorizar a

⁵⁴ No final de 2018, a Fundação Itaú Social firmou uma parceria com o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA), lançando a Cátedra de Educação Básica: “Reunir medidas que subsidiem políticas para o ensino básico com foco na formação de professores, a partir da análise de experiências inovadoras, de debates com os atores e de estudos de campo. Esse é o principal objetivo da Cátedra de Educação Básica, sediada no IEA e lançada no dia 21 de fevereiro em cerimônia no Museu de Arte Contemporânea da USP. A cátedra é resultado de um convênio firmado no final de 2018 entre a USP, o Itaú Social – patrocinadora da iniciativa – e a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fusp). [...] O Itaú Social destinou verba de R\$ 5 milhões para as atividades da cátedra, dividida em aportes anuais de R\$ 1 milhão. [...]” (BELESSA, 2019, *on-line*).

⁵⁵ Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/>. Acesso em: fev. 2021.

experiência do território; ressaltar o protagonismo das equipes das secretarias de educação na realização dos trabalhos; promover colaboração e troca de experiências inter e intra territórios; articular parcerias valorizando diferentes conhecimentos; promover a redução das desigualdades na aprendizagem (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2021, *on-line*).

Como podemos perceber, o ato de propiciar uma diminuição de desigualdades em contexto de aprendizagem intensifica um projeto de classe, com o discurso de que a educação pública será melhorada ao enfatizar protagonismos, promover parcerias, unir teoria e prática e combater as mazelas sociais. No ideário de Peroni, Caetano e Lima (2017, p. 421): “[...] as parcerias interferem no conteúdo da educação pública, na elaboração do currículo, na formação dos professores, na gestão escolar e no comportamento dos alunos”. Considerando a Fundação Itaú Social, averiguamos que o público-alvo de seus conteúdos recai justamente nos trabalhadores da educação, agindo na formação deles, de modo a consolidar a visão de instituição (isto é, a visão da classe burguesa, em particular, de sua fração financeira) concernente à ação pedagógica da escola pública e do trabalho docente.

Quais são, portanto, os novos rumos à educação, tendo em vista um contexto essencialmente neoliberal, globalizado e plataformizado? Com projetos de classe instaurados, valendo-se da ideia de que a educação pública brasileira, para alcançar resultados satisfatórios, precisa se aliar ao setor privado e, assim, reforçar avidamente práticas de competitividade, empregabilidade e empreendedorismo, a educação funciona à lógica de um “capital educador” (EVANGELISTA, [2021], no prelo)⁵⁶. Como bem frisa Mészáros (2005), a transformação social, para a superação da ordem do capital, requer uma concepção vital no campo da educação, ou seja, uma educação que vai “além do capital”, o qual se alastra sob uma nova moldagem, conforme discutiremos na próxima subseção.

3.1.1 O avanço do capitalismo sob novos moldes

[...] a estratégia neoliberal consistiu e ainda consiste em orientar sistematicamente a conduta dos indivíduos como se estes estivessem sempre e em toda a parte comprometidos com relações de transação e concorrência no mercado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 235).

⁵⁶ Valemo-nos da expressão “capital educador” postulada no artigo por ora intitulado “De protagonistas a obstáculos: Aparelhos Privados de Hegemonia e conformação docente no Brasil”, de Olinda Evangelista. No dia 6 de novembro de 2020, a autora proferiu uma palestra à disciplina “Sociedade, Estado e Educação”, com o objetivo de compartilhar resultados de seus estudos. O texto está em vias de publicação, por isso recebeu a demarcação ‘no prelo’.

Quando pontuamos que a racionalidade neoliberal equivale a uma governança de subjetividades, o nosso intuito é justamente demarcar que há uma orientação sistemática de valores, condutas e comportamentos de sujeitos que operam à lógica do capital. Aliás, é preciso considerar que a própria noção de governança perpassa pelo aspecto de gerir um conflito. Concordamos com Dardot e Laval (2016) ao ponderarem que a estratégia neoliberal fomenta práticas alicerçadas ao individualismo, de modo que cada sujeito se enxergue como um empreendedor capaz de enfrentar desafios e solucionar problemas. Lembremos, portanto, que a ideia de governança vem fortemente com a noção de “governo empreendedor” (OSBORNE; GOEBLER, 1998). Sobre essa ideia, reproduzimos a contextualização feita pelos próprios autores:

Quando começou a recessão, em 1990, os déficits das grandes cidades e estados cresceram ao nível dos bilhões de dólares. Por fim, desesperados, até mesmo os políticos convencionais se puseram a buscar novas soluções. Os candidatos a cargos eletivos falavam de “reestruturação”, “definição da escala ideal” e “parcerias”. O democrata Lawton Chiles, senador veterano de três mandatos, elegeu-se governador da Florida prometendo “reinventar o governo”. O republicano Bill Weld, novo governador de Massachusetts, prometeu executar um “governo empreendedor”, que promovesse a competição e focalizasse “resultados, não normas de procedimento”. O republicano George Voinovich, de Ohio, declarou no seu discurso inaugural que: “Já passaram os dias em que os administradores públicos eram avaliados pela escala dos gastos feitos para resolver um problema. As novas realidades fazem com que as autoridades sejam julgadas em função da sua capacidade de trabalhar mais e melhor, de fazer mais com menos recursos”. [...]” (OSBORNE; GOEBLER, 1998, p. 19-20).

Diante do exposto, um “governo empreendedor” pode estar vinculado à ideia de cidadão-cliente (não mais cidadão de direitos), já que o foco recai na promoção de competições e na busca por resultados. Isso deixa clara a noção de individualidade, uma vez que o cidadão-cliente procura no mercado a seguinte ‘mercadoria/produto’: a educação.

É com a intensificação capitalista na era moderna que teremos o surgimento de uma forma política apartada dos indivíduos e das classes. Trata-se de uma forma construída a partir das novas relações econômicas que foram se solidificando em resposta às necessidades de sobrevivência. Assim, centrando-se no campo educacional, refletimos que o neoliberalismo conduz a educação a uma mercadorização (AZEVEDO, 2012a), na qual os produtores seguem uma forma de competição de mercado. É preciso sempre termos em mente que estamos em um sistema sociometabólico do capital, por isso a importância de mostrar, na condição de pesquisadores, como o capitalismo se movimenta estrategicamente em tempos tão

globalizados. Ademais, afirmamos que uma proposta de individualização é, por certo, a materialização do neoliberalismo em oposição ao coletivo. Essa materialização não se efetiva apenas nos governantes, mas também nos governados – nesse caso, confirmamos a premissa de que o neoliberalismo altera significativamente nossas subjetividades.

Até o momento, tivemos a finalidade de apresentar reflexões a respeito de como se consolidou a racionalidade neoliberal na sociedade brasileira. Por isso se fez imprescindível perpassar pelas especificidades que constituem a reforma do aparelho do Estado no Brasil e a legitimação do neoliberalismo, para, posteriormente, adentrar na racionalidade neoliberal entendida como uma governança de subjetividades, a qual se faz perceptível com a atuação do empresariado no campo educacional. Inclusive, a ideia de “capital educador” postulada por Evangelista (2021), alicerçada às teorizações de Peroni, Caetano e Lima (2017), orienta-nos a pensar que há projetos de políticas de privatização (quer sendo diretamente, quer sendo indiretamente) respaldados no ideário da qualidade, no fomento às parcerias público-privadas e na propagação de uma hegemonia calcada em um discurso transformador, moderno, autônomo e utilitarista.

Ademais, tendo como base a ideia enfatizada por Carvalho (2020), de que as relações humanas são contraditórias, faz-se pertinente demarcar que o discurso neoliberal é revestido de complexidades. Por essa razão, torna-se importante pensá-lo para além dos princípios do Consenso de Washington⁵⁷, por exemplo. É um processo marcado por diferentes estratégias, com várias faces. Acerca desse assunto, importa-nos a seguinte passagem de Bourdieu (1998, p. 136-137):

Efetivamente, o discurso neoliberal não é um discurso como os outros. [...] é um “discurso forte”, que só é tão forte e tão difícil de combater porque tem a favor de si todas as forças de um mundo de relações de força, que ele contribui para fazer tal como é, sobretudo orientando as escolhas econômicas daqueles que dominam as relações econômicas e acrescentando assim a sua força própria, propriamente simbólica, a essas relações de força.

Bourdieu (1998) destaca a contradição da lógica fundada na concorrência e submetida à regra da competitividade. Assim, colocam-se em risco todas as estruturas produtivas capazes de resistir à lógica do mercado, fomentando o emprego de contratos individuais.

⁵⁷ “A abordagem de Washington para a crise da América Latina vem se definindo e se solidificando através dos anos 80. [...] Williamson (1990), um proeminente economista do Institute for International Economics, escreveu um artigo que serviu de base para um seminário internacional e para a publicação de um livro, no qual definiu o que chamou de o “consenso de Washington”. [...] o fato é que existe, em Washington e mais amplamente nos países desenvolvidos da OCDE, uma espécie de consenso sobre a natureza da crise latino-americana e sobre as reformas que são necessárias para superá-la” (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 5).

Diante dos postulados do sociólogo, inferimos que a concorrência e a competência se converteram à nova razão do mundo, do Estado, das instituições e do mercado. O próprio Estado se submete à norma da concorrência, às normas do mercado, que atingem diretamente os indivíduos com as suas relações consigo mesmos (sujeitos-empresa/sujeitos-cliente: essa é a nova caracterização, por intermédio de um Estado empreendedor). A empresa é movida por um modelo de subjetivação, a partir de um capital que deve se fazer frutíferar (tornar-se produtivo).

O Estado organiza o mercado, tornando-se o polo do desenvolvimento do capital. Deprendemos que Estado e capital estão ligados um ao outro tanto institucional quanto pessoalmente. O primeiro é um espaço de contradição, em que se associam interesses privados, privado-mercantis e públicos. Deve ser considerado uma condensação material de correlação de forças na qual se expressam contrariedades, embates e disputas, revestindo-se por uma luta e frações de classes em uma época, de modo específico. O segundo, por sua vez, avança sob novos moldes, a fim de continuar sua reprodução; se pensarmos no campo educacional, concordamos com Ball (1999, p. 126) ao asseverar que é perceptível um fenômeno de “crescente colonização da política educacional pelos imperativos da economia”. Esse fenômeno representa a principal base teórica em algumas organizações internacionais e em muitos países⁵⁸. Em diversos casos, a política educacional está sujeita à aprendizagem ao longo da vida, a qualificações, a um valor econômico substituído por competências.

A educação, enfim, ressignifica-se sob a racionalidade neoliberal e, em novo turno, recebe significações e práticas em tempos de um “capitalismo de plataforma” (SRNICEK, 2017). Seus rumos [da educação] conduzem a um processo de mercadorização (AZEVEDO, 2012a), distanciando-se de uma prática humanitária, de um direito efetivamente social. Como muito bem ilustram Dardot e Laval (2016, p. 387), temos conhecimento

[...] que é mais fácil fugir de uma prisão do que sair de uma racionalidade, porque isso significa livrar-se de um sistema de normas instaurado por meio de todo um trabalho de interiorização. Isso vale em particular para a racionalidade neoliberal, na medida em que esta tende a trancar o sujeito na pequena “jaula de aço” que ele próprio construiu para si. Assim, a questão é, primeiro e acima de tudo, como preparar o caminho para essa saída, isto é, como resistir aqui e agora à racionalidade dominante.

⁵⁸ A educação, a partir dos imperativos da economia, como bem ressalta Ball (1999), expressa-se de maneira autorreferencial e se transforma em um produto para consumo. Considerando a perspectiva da política educacional brasileira, podemos verificar que muitas técnicas de performance provêm diretamente do mundo da produção e dos negócios, por exemplo, a noção de qualidade total.

Para resistirmos a uma racionalidade dominante, valemo-nos da nossa condição de estudiosos da área da Educação, assiduamente promovendo conscientizações que nos permitem pensar para além do senso comum, de maneira a instigar posturas críticas e, assim, colocar em exercício nossa civilidade política, por intermédio da criação de “*formas de subjetivação alternativas ao modelo da empresa de si*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 387, grifos dos autores). Precisamos nos libertar das “jaulas de aço” impostas por uma sociedade essencialmente conflituosa. Na subseção seguinte, destacaremos a revisão de literatura da pesquisa subsidiada em uma análise quantitativa e qualitativa dos estudos encontrados.

3.2 EDUCAÇÃO DE PLATAFORMA EM UM CONTEXTO DE NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

Após perpassarmos por algumas especificidades das teorias de Pierre Bourdieu e Antonio Gramsci (voltaremos a tecer reflexões sobre essas teorias nas subseções posteriores), bem como dos postulados atinentes à consolidação da racionalidade neoliberal na sociedade brasileira, pretendemos, nesta subseção, detalhar como realizamos o levantamento bibliográfico a partir da temática de nosso estudo.

Toledo e Vieira (2011), em um capítulo dedicado à delimitação de um roteiro para a elaboração de projetos de pesquisa, no livro “Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas”, salientam a importância de o pesquisador realizar um levantamento bibliográfico preliminar para conhecer a área de estudo em que o tema do trabalho se insere, além de se familiarizar com as pesquisas já desenvolvidas acerca da temática a ser estudada. Conforme postulam os autores: “Somente após conhecer as principais obras sobre o tema é que o estudante poderá problematizar seu tema de maneira clara, objetiva e de tal forma que possa ser equacionado por meio do método proposto” (TOLEDO; VIEIRA, 2011, p. 29). Nesse mesmo sentido, Luna (2000) profere significativas contribuições ao trabalho de revisão de literatura, ao afirmar que se trata de uma atividade a ser compreendida enquanto um compromisso com a assídua crítica em relação às pesquisas já desenvolvidas, com vistas a contribuir para o aprimoramento da ciência, bem como uma forma de respeito ao trabalho de outros estudiosos que discutem aspectos similares à temática de nossas pesquisas.

Assim, com base nas informações expostas, pautamo-nos, a princípio, em uma análise quantitativa, a fim de evidenciar a quantidade de dissertações e teses produzidas entre um período de quatorze anos, e a distribuição das pesquisas encontradas por região e programas

de pós-graduação; na sequência, centramo-nos em uma análise qualitativa, com o intuito de estabelecer categorias de análise, as quais nos permitem definir agrupamentos dos assuntos encontrados nas pesquisas.

Para desenvolver o levantamento bibliográfico, recorreremos ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵⁹, considerando apenas pesquisas *stricto sensu*⁶⁰. Ao ter em vista a temática “Plataformização do ensino em um contexto de neoliberalismo digital”, buscamos por diferentes combinações de palavras que se relacionam a ela, tais como: “Educação de plataforma e Neoliberalismo”, “Neoliberalismo e Plataformas”, “Plataformas educacionais e Neoliberalismo”, “Plataformas digitais e Neoliberalismo”. Poucos resultados de pesquisa apareceram. Em um momento posterior, tentamos os seguintes descritores: “Privatizações e plataformas digitais”, “Tecnologias digitais e plataformas”. Uma quantidade significativa de trabalhos foi localizada, porém com abordagens distintas em relação ao que propomos em nossa pesquisa. Mais especificamente, recorreremos aos descritores “Educação de plataforma e campos sociais”, “Educação de plataforma e hegemonia”, todavia os estudos encontrados contemplavam questões direcionadas ao capital econômico, não necessariamente perpassando pelos ideários neoliberais de maneira reflexiva e seus impactos tanto para o trabalho quanto para a educação. Por essa razão, voltamos aos descritores iniciais, centrando-se neles, pois conseguimos localizar estudos que adentrassem na temática da plataformização, com vistas a tecer relações com os aspectos do neoliberalismo. Assim, estabelecemos, como recorte temporal, o período entre 2006 e 2020, já que percebemos, em um primeiro momento, a escassez de trabalhos a respeito da temática em pauta, por isso o recorte foi longo. A partir dessa pesquisa, localizamos 4 teses e 3 dissertações.

Começamos pela análise quantitativa. Para isso, elaboramos o Quadro 4, com a quantidade de teses e dissertações encontradas, evidenciando seus respectivos títulos, autores, ano da defesa, estado, região e instituição.

⁵⁹ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: set. 2020.

⁶⁰ O levantamento realizado consiste em uma revisão de literatura do tipo Estado do Conhecimento, com a finalidade “de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos ou dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado [...]” (FERREIRA, 2002, p. 257).

Quadro 4 – Pesquisas sobre as plataformas digitais em contexto de neoliberalismo abrangendo o período de 2006-2020

TESES			
Título	Autor(a)	Ano da defesa	Estado/Região/Instituição/ Programa de Pós-Graduação
1. Do lúdico ao lucro: o trabalho da audiência do <i>Facebook</i> e do <i>Youtube</i> na acumulação do capital	Gabriela Dalila Bezerra Raulino	2018	Rio de Janeiro/Rio de Janeiro/UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura
2. Dá um <i>like</i> , se inscreve no canal e compartilha o vídeo: um estudo sociológico sobre o trabalho e as novas tecnologias digitais no <i>Youtube</i> Brasil	Lucas Hertzog	2019	Rio Grande do Sul/Porto Alegre/UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia
3. Tecnologia, informação e poder: das plataformas <i>online</i> aos monopólios digitais	Jonas Chagas Lúcio Valente	2019	Brasília/Distrito Federal/UnB/Programa de Pós-Graduação em Sociologia
4. Capitalismo de plataforma e direito do trabalho: <i>crowdwork</i> e trabalho sob demanda por meio de aplicativos	Renan Bernardi Kalil	2019	São Paulo/São Paulo/USP/Programa de Pós-Graduação em Direito
DISSERTAÇÕES			
1. Neoliberalismo e os cursos superiores de tecnologia no Brasil	Ciro Francisco Burgos Fernandez	2006	Paraná/Curitiba/PUC/Programa de Pós-Graduação em Educação
2. (Im)possibilidades da construção de uma educação emancipadora em cursos tecnológicos: uma abordagem a partir de dois cursos localizados em Goiânia e	Francisco Pereira	2008	Goiás/Goiânia/PUC/Programa de Pós-Graduação em Educação

Anápolis			
3. Trabalho docente em tempos de neoliberalismo	Juliana Fonseca Duarte	2011	Brasília/Distrito Federal/UnB/Programa de Pós-Graduação em Educação
TOTAL: 7			
4 teses (2018 e 2019)		3 dissertações (2006, 2008 e 2011)	

Fonte: elaboração própria, considerando as teses e dissertações pesquisadas no Catálogo da CAPES (2020).

Conforme o quadro apresentado, selecionamos para análise 3 dissertações, com defesas realizadas em 2006, 2008 e 2011, e 4 teses, sendo uma defendida em 2018 e três em 2019, um aspecto que nos permite observar que a temática quanto às plataformas digitais, ora para o trabalho, ora para educação, é atual. Não localizamos nenhuma dissertação ou tese nos anos de 2007, 2009, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2020 sobre essa temática.

Na Tabela 1, apresentamos a distribuição das pesquisas por região e esfera administrativa/instituição.

Tabela 1 – Distribuição das pesquisas por regiões brasileiras e por esfera administrativa/instituição

Regiões brasileiras	Teses	Dissertações	Total	Esferas Administrativas			Total
				Públicas Estaduais	Públicas Federais	Privadas	
Norte	-	-	-	-	-	-	
Nordeste	-	-	-	-	-	-	
Centro-Oeste	1	2	3	-	2	1	3
Sudeste	2	-	2	1	1	-	2
Sul	1	1	2	-	1	1	2
TOTAL	4	3	7	1	4	2	7

Fonte: elaboração própria, considerando as teses e dissertações pesquisadas no Catálogo da CAPES (2020).

Dentre as sete pesquisas encontradas, três correspondem à região Centro-Oeste, duas à região Sudeste e duas à região Sul. Ademais, é possível observar que, em relação às esferas administrativas, uma pesquisa é proveniente de instituição pública estadual (USP); quatro de instituições públicas federais (2 trabalhos da UnB, 1 trabalho da UFRJ e outro da UFRGS); e duas de instituições privadas (1 trabalho da PUC/Goiás e outro da PUC/Paraná).

No que tange aos programas de pós-graduação em que as pesquisas foram elaboradas, três delas provêm de Programas de Pós-Graduação em Educação, no caso, as três dissertações localizadas; duas foram realizadas em Programas de Pós-Graduação em Sociologia; uma foi

feita em um Programa de Pós-Graduação em Direito; e uma foi realizada em um Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura.

Quanto aos referenciais teóricos de nosso estudo, verificamos que, dentre os sete trabalhos encontrados e que se aproximam, em certa medida, de nossa temática, duas pesquisas se utilizam da sociologia crítica de Bourdieu (RAULINO, 2018; HERTZOG, 2019), duas mencionam os postulados de Srnicek concernentes ao capitalismo de plataforma (HERTZOG, 2019; KALIL, 2019) e nenhuma contempla integralmente o conceito de hegemonia em Gramsci, sendo que o foco recai, em sua maior parte, na teoria marxiana do valor-trabalho, adentrando na questão do capital humano. Diante disso, ponderamos o diferencial de nossa pesquisa frente àquelas encontradas: poucas efetivamente se utilizam dos conceitos propostos por Bourdieu e Gramsci quando a temática é concernente à educação de plataforma em uma sociedade neoliberal, bem como das reflexões de Srnicek em relação ao capitalismo de plataforma.

Nesse sentido, na sequência, evidenciamos nossa análise qualitativa, com vistas a estabelecer três categorias de análise para agrupar os assuntos encontrados: i) a primeira categoria compete às tecnologias no campo da educação e sua relação com o neoliberalismo; ii) a segunda, por sua vez, refere-se às plataformas digitais para o campo do trabalho, considerando a mesma relação; iii) a terceira diz respeito à relação entre trabalho docente e neoliberalismo. É pertinente realçar que pensamos nessas categorias, pois, além de pesquisas situadas na área da Educação, há trabalhos, como já aludido, provenientes da área de Sociologia, outros situados na área de Direito e Comunicação e Cultura. Assim, quando nos propomos a pesquisar trabalhos que perpassam pela temática da educação de plataforma, em especial o uso de plataformas digitais, os campos de trabalho e educação se acentuam de forma significativa, já que ambos, nessa circunstância, estão inter-relacionados, tendo em vista a recorrência de estudos direcionados à mercantilização da educação.

No que compete à categoria: as tecnologias no campo da educação e sua relação com o neoliberalismo, dois estudos se situam nela: Fernandez (2006) e Pereira (2008). Vejamos informações a respeito desses trabalhos, com mais especificidades, a seguir.

Fernandez (2006) procurou, em sua dissertação, identificar a relação existente entre as diretrizes curriculares dos cursos superiores de tecnologia e o ideário neoliberal. Metodologicamente, recorreu à pesquisa de campo. Logo nas páginas iniciais de seu estudo, o pesquisador explanou que o trabalho foi realizado em quatro instituições de ensino superior, utilizando-se como instrumento de coleta de dados o questionário com alunos de Cursos Superiores de Tecnologia, além de estudos documentais e bibliográficos. Como resultados, o

autor nos evidenciou que os dados coletados e analisados indicam que os cursos em questão têm um perfil de muita afinidade com o ideário neoliberal por se tratar de uma formação continuada, uma reprodução do conhecimento para aplicação imediata, em termos mais diretos, a aquisição de conhecimento de curta duração, de consumo imediato. De acordo com Fernandez, esse perfil é percebido tanto pelo caráter institucional e estrutural do curso quanto pelo perfil dos estudantes que os procuram. Tratam-se, na acepção do autor, de estudantes com pouca herança cultural, de origem mais humilde e que escolheram esses cursos, em sua maioria noturnos, na perspectiva da profissionalização imediata. Para entender as implicações do neoliberalismo na América Latina, em particular no Brasil, o pesquisador se centrou teoricamente em autores como Friedman (1983) e Drucker (1997), mas sem menções à sociologia crítica de Bourdieu ou às teorizações de Gramsci. Consideramos o presente trabalho uma fonte adequada para a discussão sobre a associação estabelecida entre o ideário neoliberal e o uso da tecnologia no campo da educação.

Nesse mesmo contexto, encontra-se a dissertação de Pereira (2008). Nela, o autor tentou diagnosticar a realidade de dois cursos superiores de tecnologia em suas dimensões mercadológica e emancipadora. Para isso, recorreu à pesquisa bibliográfica, documental e de campo, de forma a compreender um universo composto por estudantes, docentes e coordenadores, sendo um contexto proveniente do curso de Gestão de Recursos Humanos – Anápolis, e outro do curso de Gestão de Negócios – Goiânia. Os resultados da pesquisa de Pereira constataram uma concepção de educação profissional reducionista, que toma o mercado de trabalho como um parâmetro. O estudioso concluiu que: i) os estudantes buscam por uma formação rápida e barata; ii) os docentes são jovens e percebem os cursos como sendo rápidos, voltados para a competitividade e a individualidade; iii) os coordenadores, por sua vez, mostraram-se ora entusiasmados, ora decepcionados com o formato dos cursos tecnológicos, contudo foram unânimes em apontá-los como focados no “saber fazer”. A fim de discutir sobre a construção de uma formação emancipatória em cursos voltados para a tecnologia, o referencial teórico empregado considerou a obra “O Capital”, de Karl Marx (1996). Não observamos no trabalho em questão menções à sociologia de Pierre Bourdieu ou aos conceitos de Antonio Gramsci para a discussão acerca do conceito de capital postulado também por esses autores. Entretanto, consideramos o referido trabalho um bom referencial por colaborar eficazmente com conceitos inerentes à mercantilização na educação.

Ao ter em vista os postulados já tecidos, centremo-nos na segunda categoria: as plataformas digitais para o campo do trabalho e sua relação com o neoliberalismo. Nessa

categoria, quatro estudos são contemplados: Raulino (2018), Hertzog (2019), Valente (2019) e Kalil (2019). A seguir, verifiquemos as especificidades desses trabalhos.

Em sua tese, Raulino (2018) teve como objetivo interpretar o ciclo de acumulação de capital nas plataformas digitais produtoras de audiência, mais especificamente do *Facebook* e do *YouTube*, de modo a salientar a contribuição decisiva do trabalho gratuito da audiência. Recorreu à teoria marxiana do valor-trabalho, por considerar que o seu fundamento básico permanece vigente no capitalismo informacional em um contexto neoliberal. A estudiosa ponderou que, ao se tratar das plataformas, os mecanismos de apropriação se efetivam por rendas informacionais, mas não pela mercadoria no sentido clássico marxiano. Ela sustentou o argumento de que as plataformas comerciais organizam o processo produtivo que converte o capital social construído por esses usuários em capital econômico, ao transformar a atividade lúdica em trabalho produtivo. Para essa discussão, a autora adentrou parcialmente nos conceitos de capital postulados por Bourdieu, utilizando-se da obra “A distinção: crítica social do julgamento”, originalmente publicada em 1979 e traduzida para o português em 2007. Trata-se de uma pesquisa pertinente sobre as plataformas digitais voltadas ao campo do trabalho, pautando-se em uma obra importante de Bourdieu, mas sem menções a Gramsci ou a Srnicek, cuja obra data de 2017.

Nessa seara, salientamos a tese de Hertzog (2019), na qual o autor objetivou analisar como se efetivou o processo pelo qual a flexibilização das relações de trabalho abriu novos espaços de produção de subjetividades no mundo do trabalho digital. Ademais, teve como proposta verificar as formas e os conteúdos das relações de trabalho que se estabelecem na criação de vídeos para a plataforma *YouTube* Brasil. A abordagem do estudo foi de cunho histórico-processual e se assentou na documentação do fenômeno do trabalho em plataformas digitais. Para isso, recorreu à sociologia crítica de Bourdieu (1979, 2001, 2007, 2011b) e aos conceitos postulados pelo autor: *habitus*, campo e capital. Como resultados, o autor notou a existência de um número significativo de pessoas que passam a se dedicar à criação de vídeos como um trabalho, com características de periodicidade, dedicação exclusiva ou parcial, expectativas de retornos financeiros e como fonte de reconhecimento social. Esse novo trabalho, na acepção do pesquisador, apresenta continuidades com características laborais em regimes flexíveis, como imprevisibilidade e insegurança quanto aos ganhos, estímulo ao espírito empreendedor e à dissolução da figura do empregador. Aqui, observamos que se trata de um trabalho que efetivamente considera a teoria do sociólogo Bourdieu, tornando-se uma referência relevante em nosso levantamento, embora não abarque o cenário educacional. Também houve menções aos postulados de Srnicek, com breve atenção para o significado de

“capitalismo de plataforma”. No que diz respeito a Gramsci, não houve menções, especialmente no tocante ao conceito de hegemonia.

Ademais, destacamos as teses de Valente (2019) e Kalil (2019). Primeiramente, consideremos a pesquisa de Valente, cujo intuito foi examinar as plataformas digitais em seu desenvolvimento, por exemplo, o *Google* e o *Facebook*, plataformas muito recorrentes no campo do trabalho. O pesquisador empregou o referencial da Teoria Crítica da Tecnologia, mas atribuiu um marco conceitual-analítico próprio denominado Regulação Tecnológica. Assim, recorreu a Marx (1980) e, em alguns momentos, a Gramsci (1978), com a obra “Maquiavel, a Política e o Estado Moderno”. Os resultados do estudo demonstraram que as trajetórias das plataformas analisadas foram marcadas pela saída de seus nichos originais – o das redes sociais digitais, no caso do *Facebook*, e dos mecanismos de busca, no caso do *Google* – para ir além das plataformas e entrar em novos segmentos, como o de realidade virtual (*Facebook*) ou de sistemas operacionais (*Google*). Trata-se de um trabalho bem pertinente para verificarmos a questão dos monopólios digitais em uma sociedade capitalista, remetendo-se a aspectos neoliberais.

Na mesma acepção, enfatizamos o estudo de Kalil (2019). Nele, o pesquisador objetivou identificar duas formas de trabalho no capitalismo de plataforma: o *crowdwork* e o trabalho sob demanda por meio de aplicativos, a fim de averiguar os efeitos concretos das inovações tecnológicas nas relações de trabalho. A presente pesquisa está situada na área de Direito, por isso o autor mencionou que a perspectiva adotada foi interdisciplinar, pois recorreu a instrumentos das ciências sociais para sustentar o estudo jurídico. Dessa maneira, foi efetuada a revisão de literatura sobre as formas de trabalho e dois estudos de caso: um de *crowdwork*, com a plataforma *Amazon Mechanical Turk*, e um de trabalho sob demanda por meio de aplicativos, com a plataforma *Uber*. Como resultados, o autor apresentou as diferenças no trabalho desenvolvido nas duas plataformas, em especial quanto ao modo de execução de atividades. Também alertou para a complexidade que as inovações tecnológicas propiciam às relações de trabalho, ressaltando o quão importante é a proteção social aos trabalhadores que participam do capitalismo de plataforma. Embora o estudo contemple o campo do trabalho, com respaldo em autores como Taylor (1970) e Weber (2001), temos mais um referencial que nos permite pensar a associação entre capitalismo e plataformas (recorrendo-se, em alguns momentos, aos postulados de Srnicek), com a possibilidade de também tecer relações e reflexões à educação em uma cultura digital.

Por fim, a dissertação de Duarte (2011) é a única que está situada na terceira categoria: relação entre trabalho docente e neoliberalismo. Chamamos a atenção para o fato de que a

autora não propõe um estudo sobre plataformas. Seu objetivo foi analisar as concepções de trabalho docente e a função que o professor desempenha frente a um olhar crítico no tocante ao atual estágio do capitalismo. Metodologicamente, a pesquisa recebeu a caracterização de qualitativa em campo e a estratégia de investigação foi estudo de caso. Como referencial teórico, a pesquisadora teve respaldo no conceito marxiano de trabalho e recorreu a um breve histórico sobre os modelos de administração fabril taylorista e toyotista, bem como as suas implicações no cenário escolar. A partir disso, o conceito de *práxis* no contexto do trabalho docente foi discutido para embasar a perspectiva do professor enquanto um transformador social.

Mais adiante, a autora destacou que os sujeitos de sua investigação foram professores(as) de ensino fundamental das séries finais de uma escola pública da Secretaria de Educação do Distrito Federal, especificamente das disciplinas de história, língua portuguesa, artes, matemática, educação física e educação ambiental. Os resultados apontaram que, para os professores entrevistados, o trabalho é uma atividade remunerada e associada à satisfação. No que tange ao trabalho docente, este se compreende como uma atividade a qual deve haver dedicação e cujas características compreendem uma rotina, o grupo de trabalho, estrutura física e tecnológica, porém é uma atividade direcionada ao trato com os alunos. Além disso, para os professores, a função docente é ensinar, mas ausente de adjetivos que evidenciam uma ação alicerçada metade no conteúdo e metade no desenvolvimento humano.

Apesar de não contemplar a temática das tecnologias no campo da educação, tampouco adentrar na temática das plataformas digitais para o campo do trabalho, Duarte trabalha, em sua dissertação, com conceitos bem pontuais em relação ao neoliberalismo. Isso nos motivou a considerá-la em nosso levantamento, já que discute sobre proletarização, precarização e intensificação, aspecto similar observado em alguns trabalhos provenientes das outras duas categorias, em especial quando se pauta na noção de precarização, visando à acumulação de capital na sociedade.

Pontuamos que realizar o trabalho de levantamento foi imprescindível para verificar o diferencial da pesquisa. Quando definimos por empregar as teorias de Bourdieu, Gramsci e Srnicek, sobretudo pensando na plataformização do ensino e sua relação com práticas e projetos neoliberais, percebemos a necessidade de fomentar mais estudos circunscritos nessa temática. Sabemos que se trata de uma proposta atual, já que, dentre os sete trabalhos localizados, os que mais se aproximam foram produzidos entre os anos de 2018 e 2019.

Na segunda seção desta pesquisa, importa-nos lembrar que abordamos os aspectos centrais da teoria do capitalismo de plataforma, por meio das reflexões de Srnicek (2017).

Para tanto, demarcamos que o ato de recorrer a intelectuais como Pierre Bourdieu e Antonio Gramsci, respectivamente aos conceitos de campo e de hegemonia, consiste em averiguar os interesses que se predominam em um campo educacional com o estabelecimento do ecossistema de ensino plataformizado e, não fortuitamente, de que modo a educação é vislumbrada em contexto de um neoliberalismo entendido como digital (conforme vimos a partir de Srnicek, se a economia digital se torna, gradativamente, um modelo hegemônico, o neoliberalismo, com todas as suas facetas, desenha-se sob uma composição digital, com o objetivo de tornar a plataformização um processo hegemônico dessas novas facetas). Faremos uma tentativa de encadear os postulados de Srnicek, assim como as idiosincrasias do neoliberalismo que foram apresentadas nesta seção, com as reflexões de Bourdieu e Gramsci. Convidamos o leitor, neste momento, a apreciar a próxima seção.

4. OS CONCEITOS DE CAMPO EM PIERRE BOURDIEU E HEGEMONIA EM ANTONIO GRAMSCI: PERSPECTIVAS TEÓRICO-CRÍTICAS QUANTO AO FENÔMENO DA PLATAFORMIZAÇÃO

[...] ambos os autores, Gramsci, Bourdieu [...] são referências sólidas para os estudiosos da Educação e da Política Educacional. [...] ambos possuem convergências no que tange à crítica à ordem política e social vigente (VAZ, 2020, p. 9-10).

Ao ter em vista a relevância dos autores mencionados por Vaz (2020), esta seção tem como objetivo tecer reflexões a respeito das especificidades do conceito de campo em Pierre Bourdieu (1930-2002) e do conceito de hegemonia postulado por Antonio Gramsci (1891-1937). Temos a percepção de que as teorias salientadas podem ser correlacionadas ao já mencionado capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017), que se expande sobre a oferta de bens públicos (neste caso, a educação).

Primeiramente, apresentaremos, já neste espaço e de forma sintética, as teorizações de Bourdieu. Esse sociólogo é considerado um dos estudiosos mais importantes que a segunda metade do século XX conheceu, em virtude de suas contribuições nas áreas que se propôs a analisar criticamente. Seu legado, como assim podemos entender, demarcaria a dimensão plural de seus objetos sociais de interesse.

Nesse sentido, o quadro teórico do estudioso, como bem apresenta Azevedo (2008), pode ser aplicado em diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, com o propósito de refletir justamente sobre a ação social. No âmago de sua teoria, alguns conceitos se destacam, como: *habitus*, campo e capital. Nosso intuito (como demarcaremos na subseção 4.1) é trabalhar com a teoria dos campos (o segundo conceito); contudo, sabemos que todas as categorias se interconectam, por isso faremos uma explanação a respeito dos conceitos de *habitus* e capital para, na subseção aludida, focar nas nuances que concernem ao campo.

Começemos, então, pelo conceito de *habitus*. Sua ideia está associada a uma compreensão quanto às ‘maneiras de ser’ dos agentes (nesse caso, os sujeitos) inseridos em um espaço social. Assim, o que determina a forma como os sujeitos agem nesse espaço social se estabelece pelas ações desses sujeitos no campo. Conforme postula Bourdieu (2003), em um espaço de lutas, de embates, as implicações da conduta social estariam vinculadas aos seus sistemas de disposições socialmente construídos, uma vez que contribuiriam para suscitar o papel de estruturar as ações dos agentes sociais.

Por meio do conceito de *habitus*, Bourdieu tencionou a superação de uma visão exclusivamente estruturalista de que todas as ações dos agentes estariam relacionadas a uma estrutura social ou cultural. É importante salientarmos que o sociólogo se contrapôs à visão subjetivista⁶¹, a qual propunha um sujeito reflexivo para levar a uma mudança por intermédio da interiorização das ideias, o que faria da vicissitude dos demais agentes algo puramente individual.

Na acepção de Bourdieu (2003), o *habitus* funcionaria nos sujeitos como uma disposição que estruturaria as ações no campo social. Com esse postulado, é possível compreendermos que o *habitus* se apresenta sobre diversos modos, ora no rigor da linguagem, na postura corporal, ora nos dispositivos de valorização na realização de uma aquisição cultural. Bertolleti e Azevedo (2009) evidenciam reflexões bem pontuais sobre o conceito em discussão:

[...] o conceito de *habitus* descreve-se, em um sentido amplo, como as características pessoais herdadas e adquiridas pelo sujeito e que são modificadas ao serem incorporadas e transmitidas por ele através de suas ações. [...] Assim, o *habitus* é incorporado historicamente e as relações mantidas pelos sujeitos detentores do *habitus*, de certa forma, estão na base para a construção dessas características individuais (BERTOLLETI; AZEVEDO, 2009, p. 308).

A partir do exposto, pensemos no *habitus* enquanto um processo histórico, durável, construído e individual, que contempla um conjunto de habilidades socialmente construídas pelos sujeitos durante sua trajetória social, independentemente de sua consciência (BERTOLLETI; AZEVEDO, 2009; BOURDIEU, 1972).

Passemos, agora, para os conceitos de campo e capital, os quais apresentaremos, em um primeiro momento, de maneira interconectada. A construção do conceito de campo pode ser compreendida como um espaço das lutas de forças entre os agentes. Nesse espaço social, as disputas e os capitais a serem negociados estão dispostos conforme a regulação dos agentes dominantes que impõem as regras do jogo, quer de uma forma explícita, quer de uma forma implícita. Desse modo, segundo Bourdieu (2003), campo é um conceito que possibilita a identificação dos diversos agentes e interesses, bem como suas ações, sem necessitar ao menos de reflexões universais quanto às suas ideias.

⁶¹ Demarcamos que subjetivismo e objetivismo são abordagens vigentes no campo sociológico e instigam discussões ardorosas. Bourdieu, a partir do entendimento quanto ao *habitus*, procurou desvendar essas dicotomias. Cumpre reforçar: o *habitus* constitui uma categoria apropriada para apreender as estruturas cognitivas como estruturas sociais incorporadas pelos sujeitos; já as estruturas sociais seriam estruturadas, concomitantemente, pelos sujeitos e estruturantes das ações deles mesmos.

Para o sociólogo, o espaço social se define enquanto um lugar cujos capitais (cultural, social, econômico, esportivo etc.) operam como indicadores fundamentais das posições definidas nesse espaço. Além do interesse por entender, de forma reflexiva, as posições de poder, a sociologia crítica de Bourdieu tencionou discussões em relação aos processos que se demarcariam para a constituição das hierarquias no campo. Assim, à medida que os agentes são identificados no campo social, pode-se afirmar que eles adquiriram os capitais necessários para a inserção no campo.

Por capitais, compreendemos os recursos adquiridos ao longo das lutas no campo pelos agentes; estes, por sua vez, acumulam os capitais no decorrer de suas trajetórias. De acordo com Bourdieu (2003), esses capitais são os elementos imprescindíveis de negociação entre os agentes e o que poderiam determinar as posições dentro da estrutura social. Adquirido a partir de contextos distintos, o capital cultural, por exemplo, configura-se como um dos conceitos mais expressivos das obras de Bourdieu. Uma justificativa para isso reside no fato de que os bens simbólicos, para o sociólogo, não eram notoriamente adquiridos ou mantidos, como os capitais econômicos, mas desempenhavam uma função primordial na conservação das hierarquias sociais.

Ao ter o intuito de contribuir para as discussões sobre a teoria de Bourdieu, Nogueira (2004) elucida que há uma hierarquia cultural reforçada pelas divisões sociais cujo objetivo seria o de classificar os sujeitos dentro de um campo. Nesse contexto,

[...] os indivíduos que, de alguma forma, se envolvem com bens culturais considerados superiores, ganham prestígio e poder, seja no interior de um campo específico, seja na escala da sociedade como um todo. [...] Para se referir a esse poder advindo da produção, da posse, da apreciação ou do consumo de bens culturais socialmente dominantes, Bourdieu utiliza, por analogia ao capital econômico, o termo capital cultural (NOGUEIRA, 2004, p. 40).

No ideário de Bourdieu (2003), há distintas formas de capital, ou seja, os capitais não podem ser convertidos em campos, mas em moedas que podem ser utilizadas nas lutas no campo. Assim, tendo em vista os conceitos já postulados, pensemos na relação que se pode estabelecer com a plataformização do ensino em um contexto de neoliberalismo; tal contexto, conforme vimos na terceira seção deste estudo, aponta para uma defesa que se respalda na iniciativa individual como base da atividade econômica, justificando o mercado como um regulador da riqueza e da renda. Referente à noção de neoliberalismo, recorreremos novamente a Harvey (2008, p. 12), o qual destaca:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados [...].

Com base na noção de neoliberalismo apresentada por Harvey (2008), refletimos que é nesse contexto que o campo da educação passa a ser permeado por embates, considerando as constantes privatizações que afetam a promoção de uma educação pública e democrática. Quando centramos na situação das plataformas, a nosso ver, tem-se um agravamento. Expliquemos: há projetos na área da educação cujo objetivo, aparentemente, é o incentivo à realização de uma educação acessível e de qualidade. Todavia, se focalizarmos o contexto de influência desses projetos, constatamos interesses que apontam para a obtenção de lucros e discursos essencialmente neoliberais.

A partir do conceito de campo postulado por Bourdieu, adentramos na noção de *illusio*, isto é, as crenças normativas, as ações e os comportamentos esperados para que o sujeito integre algum campo; mais precisamente, um esforço para participar de um campo, inserir-se em um espaço social, tal como postulou Grenfell (2018), um dos intérpretes das obras de Bourdieu⁶². Dessa maneira, depreendemos que os agentes sociais – escola, universidades, empresariado – fazem um esforço para integrarem, efetivamente, a um campo ressignificado da educação: nesse caso, as plataformas, atendendo a interesses que apontam para a acumulação de capitais em um contexto neoliberal.

De posse dessas informações, na próxima subseção, teceremos reflexões a respeito das especificidades do espaço social e do campo, considerando o fenômeno da plataformação – ou seja, as novas formas que o capitalismo adota para sua contínua reprodução e expansão.

⁶² Azevedo (2012b, p. 142) também menciona a questão da *illusio*, ao tratar, em especial, da formação docente e do campo educacional: “Os eventos e as atividades de formação, quando reconhecidas e valorizadas, tácita e estatutariamente, pelo empregador (estados e municípios) despertam a *illusio*, o interesse em estar no jogo, lutando pelo reconhecimento, mesmo que seja pela conquista da certificação (capital cultural institucionalizado que pode se converter em ganho pecuniário) [...]”.

4.1 A SOCIOLOGIA CRÍTICA DE PIERRE BOURDIEU: COMPREENSÕES ACERCA DAS ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO SOCIAL E CAMPO

Por que me parece necessário e legítimo introduzir no léxico da sociologia [...] [os conceitos] de espaço social e de campo de poder? Em primeiro lugar, para romper com a tendência de pensar o mundo social de maneira substancialista. [...] *espaço* contém, em si, o princípio de uma apreensão *relacional* do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a “realidade” que designa reside na *exterioridade mútua* dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela *diferença*, isto é, enquanto ocupam *posições relativas* em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (*ens realissimum*, como dizia a escolástica) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 2011a, p. 48-49, grifos do autor).

Os dizeres de Bourdieu (2011a) que inauguram esta subseção mencionam o espaço social atrelado ao campo de poder. Como podemos compreender, de forma efetiva, as especificidades que moldam o espaço social? Antes de respondermos a essa indagação, pontuamos ser de suma importância conduzir a discussão, em um primeiro momento, à gênese da sociologia crítica desse intelectual, a qual se alicerça no fato de que é a sociedade – e apenas ela – que engendra, de distintas maneiras, as explicações e as causas para os sujeitos existirem em determinados espaços.

Em sua sociologia crítica, Bourdieu concebe a ideia de que, ao produzir a sociedade e as posições que apreciamos relevantes, concebem-se, também, os agentes sociais que definem como valorosa a conquista dessas mesmas posições. Conforme aclara Silva (2010, p. 116), a formação teórica de Bourdieu “[...] terá ainda por referência o pensamento de Marx (a sociedade é constitutiva de classes sociais em luta para a apropriação de diferentes “capitais”), de Weber (os indivíduos elaboram representações para dar sentido à realidade social) e de Durkheim (o conhecimento científico do mundo social é possível)”.

Por intermédios desses intelectuais, Bourdieu desenvolve um modo singular de ponderação em que a teoria e a prática passam a ser inseparáveis. Em síntese, o combate entre grupos sociais, as relações de dominação provenientes da estruturação do sentido, a ligação entre categorias mentais e sociais direcionam à edificação de uma sociologia efetivamente reflexiva.

Para compreendermos a ideia de sociologia reflexiva, centremos no conceito de capital simbólico. Tal conceito se refere a uma concepção de dominação do mundo social, na generalidade, e das tradições acadêmicas, em específico. As práticas culturais são submetidas

à origem social. Essa premissa conduz Bourdieu a entender a sociologia reflexiva como uma disciplina de desmistificação e de luta. Todavia, a solidificação dos demais conceitos instituídos (*habitus* e campo, por exemplo), frutos de suas pesquisas de campo nas regiões de *Kabylie* e *Béarn*⁶³, pormenorizam uma posição da prática dentro da teoria, de modo a expandir o simples objetivo de esclarecimento para se transformar em categorias de análise dos campos literário, artístico e filosófico.

A pluralidade das temáticas apresentadas por Bourdieu aparenta, contudo, regular-se a uma unidade teórica. Ao romper com determinadas tradições acadêmicas dominantes do século XX (a título de exemplo, o estruturalismo) e imbuídas de uma perspectiva de dominação do mundo social, entendemos que o intelectual torna a sociologia reflexiva uma disciplina de desmistificação e de luta. Tendo em vista essas informações, passemos ao entendimento do que seria um espaço social com o intento de responder à pergunta proferida no início desta subseção.

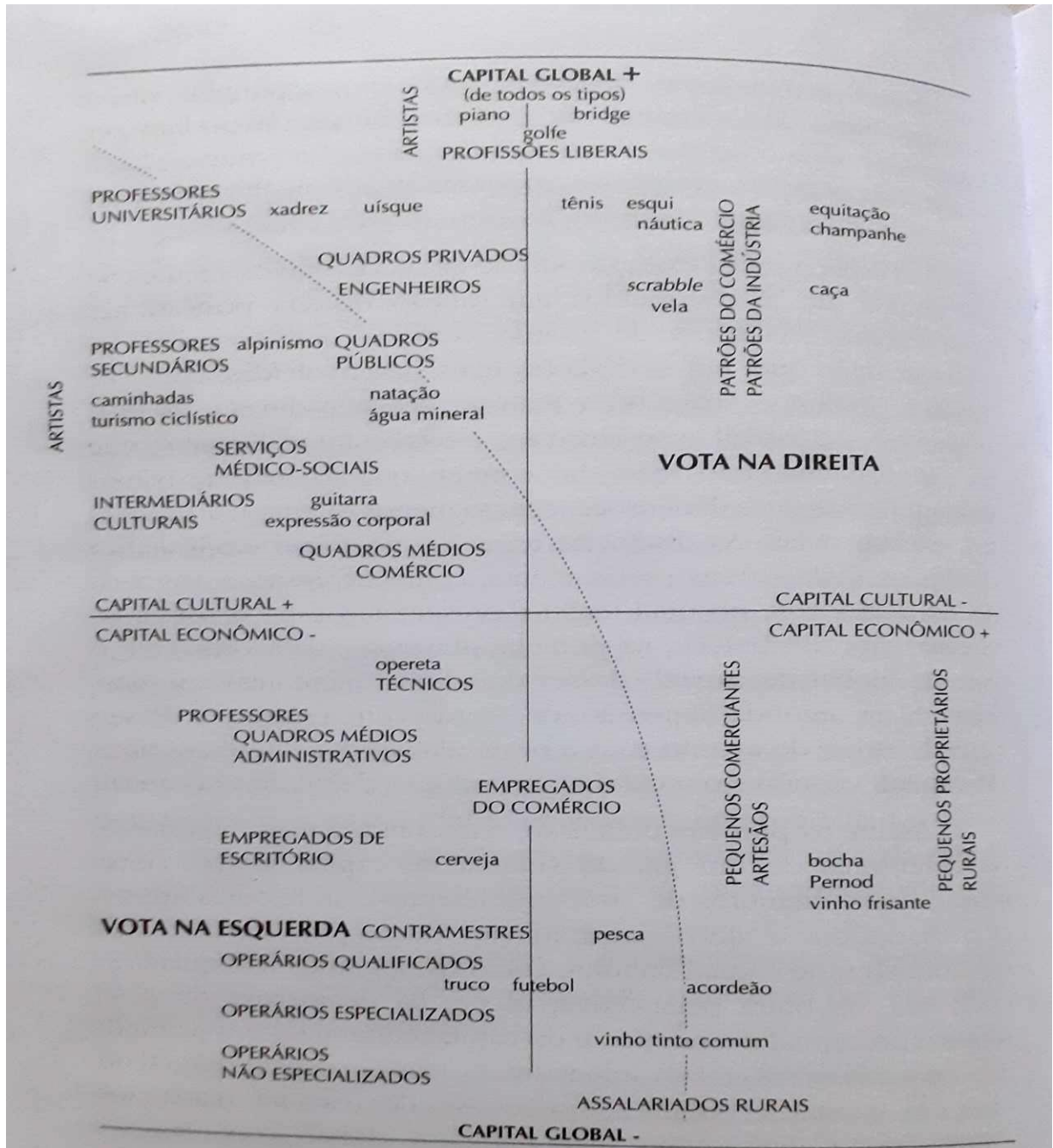
Centremos, a princípio, nas ponderações de Bourdieu (2011a, p. 19, grifos do autor) acerca da edificação de um espaço social:

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os *dois princípios de diferenciação* [...] – o capital econômico e o capital cultural. Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais. Mais precisamente, como expressa o diagrama de *La distinction*, no qual tentei representar o espaço social, os agentes são distribuídos, na primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital (desses dois tipos diferentes) que possuam e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo dos diferentes tipos de capital, econômico e cultural, no volume global de seu capital.

O diagrama salientado por Bourdieu (2011a) é apresentado na Figura 5, a fim de tornar nossas reflexões mais concludentes.

⁶³ Para conhecimento do leitor: Bourdieu proferiu reflexões à ideia de sociologia da Sociologia. A sociedade *Kabylie*, na Argélia, constituiu o local de suas primeiras pesquisas. Em seu primeiro livro, intitulado “Sociologia da Argélia”, de 1958, postula sobre a organização social dessa sociedade, em especial, de que maneira o sistema colonial intercedeu na sociedade *Kabylie*, em suas estruturas e desculturação. Oriundo de uma família campestre, Bourdieu ingressou, em 1951, na Faculdade de Letras, em Paris, na Escola Normal Superior. Em 1954, graduou-se em Filosofia, assumindo um cargo de professor secundário em Moulins (Allier), comuna francesa na região administrativa de Auvérnia-Ródano-Alpes. Depois de prestar o serviço militar na Argélia, em 1958, começou a trabalhar como professor assistente na Faculdade de Letras, em Argel; foi exatamente ali que a sua pesquisa a respeito da sociedade *Kabylie* teve início. Em 1960, Bourdieu se torna assistente de Raymond Aron, na Faculdade de Letras, em Paris, de forma a iniciar os seus estudos acerca do celibato na região de *Béarn*.

Figura 5 – Diagrama: espaço das posições sociais e espaço dos estilos de vida



Fonte: Bourdieu (2011a, p. 20).

Com base no diagrama exposto, o sociólogo nos evidenciou a seguinte construção imaginária de um espaço social: nos dois primeiros quadrantes superiores do diagrama, os detentores de um avantajado volume de capital global correspondem aos empresários, membros de profissões liberais e professores universitários. Estes se colocam contrários

àqueles com menor concentração de capital econômico e de capital cultural⁶⁴, como os operários não qualificados. Entretanto, a partir de outra acepção, ou seja, da mencionada perspectiva do peso relativo desses capitais em suas propriedades, os professores – moderadamente mais abastados de capital cultural em vez de capital econômico – se contrapõem de modo explícito aos empresários – moderadamente mais abastados de capital econômico em vez de capital cultural.

A partir dessa ideia, Bourdieu (2011a) tem a intenção de explicar que o fundamento das diferenças nas tomadas de posição em um espaço social pode ser averiguado no caso da oposição entre os intelectuais e os empresários

[...] ou, em um nível inferior da hierarquia social, entre os professores primários e os pequenos comerciantes, o que, na França e no Japão do pós-guerra traduz-se, em política, em uma oposição entre a esquerda e a direita (como sugerimos no diagrama, a probabilidade de tender para a direita ou para a esquerda, em política, depende tanto da posição na dimensão horizontal quanto da posição na dimensão vertical, isto é, tanto do peso relativo do capital cultural e do capital econômico no volume de capital possuído quanto de seu volume) (BOURDIEU, 2011a, p. 21).

O que precisamos efetivamente entender é que um espaço de posições sociais pode ser concebido como um espaço de tomadas de posição pela mediação do *habitus* (as ações sociais, de comportamento, as idiossincrasias dos agentes que integram o espaço). Cada classe de posições equivale a uma classe de *habitus* desenvolvidos por meio das restrições sociais relacionadas à condição análoga e, pela mediação desses *habitus* e de suas potencialidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, associadas entre si por uma compatibilidade de estilo. No íterim dessa teoria, Bourdieu (2011a, p. 50) avança uma importante informação: “[...] todas as sociedades se apresentam como espaço sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podemos compreender verdadeiramente a não ser construindo o princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade”. Esse princípio, como explana o sociólogo, aponta para a estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital substanciais no universo social; tais capitais se multiplicam em conformidade com os locais e as circunstâncias. Prossegue o autor:

⁶⁴ “[...] o capital econômico designa o conjunto de recursos econômicos de um indivíduo englobando tanto seu patrimônio material quanto seus salários. O fato de dispor de capital econômico permite adquirir mais facilmente outros tipos de capitais” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 126); “[...] o capital cultural corresponde aos recursos culturais que permitem a um indivíduo apreciar os bens e as práticas próprias à cultura erudita” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 127).

Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social como um *campo*, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos e, como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 2011a, p. 50, grifo do autor).

Eis o ponto: o espaço social como um campo⁶⁵ de forças, de poder. Sobre a ideia de campo, Martins (1990), a partir de Bourdieu, infere que se trata um espaço social com uma estrutura própria, levemente autônoma em comparação a outros espaços sociais, ou seja, relativamente a outros campos sociais. Apesar de sustentar uma relação entre si, os vários campos sociais se definem por intermédio de objetivos específicos; isso, certamente, propicia aos campos uma congruência singular de funcionamento e de estruturação. Por conseguinte, refletimos que é particular do campo ter suas disputas e hierarquias próprias, além de preceitos intrínsecos a ele cujos conteúdos constroem as relações que os agentes determinam entre si no seu âmago.

Mais precisamente a respeito do conceito de campo, Bourdieu (2011a) afirma que precisou concebê-lo para conseguir, por certo, compreender os efeitos estruturais que não poderiam ser entendidos de outra maneira. Nas palavras ensimesmadas do intelectual:

[...] especialmente certas propriedades das práticas e das representações de escritores ou de artistas que apenas a referência ao campo literário ou artístico não permitia explicar inteiramente, como, por exemplo, a dupla ambivalência em relação ao “povo” e ao “burguês”, encontrada entre escritores ou artistas que ocupam posições diferentes nesses cantos e que só são inteligíveis se levarmos em conta a posição dominada que os campos de produção cultural ocupam no espaço mais amplo (BOURDIEU, 2011a, p. 51).

Para tornar mais elucidativa a reflexão, Bourdieu (2011a) adverte: o campo do poder não pode ser confundido com o campo político; o campo do poder não se trata, pois, de um campo como os outros, justamente por constituir um espaço de relações de força entre os distintos tipos de capital; mais especificamente, entre os agentes abastecidos desses tipos para, assim, dominarem o campo equivalente e cujos embates se fortificam sempre que o valor relativo dos múltiplos tipos de capital é colocado em questionamento – por exemplo, a “taxa

⁶⁵ “O conceito de “campo”, utilizado para descrever o mundo social, faz sua aparição nos trabalhos de Pierre Bourdieu em 1966 (“Champ intellectuel et projet créateur”) [Campo intelectual e projeto criador]” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 146).

de câmbio” (BOURDIEU, 2011a) estabelecida entre o capital cultural e o capital econômico. Continua o sociólogo: “[...] isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder [...], são ameaçados” (BOURDIEU, 2011a, p. 52).

Em um momento anterior, mencionamos a expressão “campos sociais”, no plural. Comentadores das reflexões de Bourdieu, Jourdain e Naulin (2017) aludem que, na acepção do sociólogo, o espaço social é formado por uma multiplicidade de campos sociais⁶⁶. Sinteticamente, ponderamos que a teoria dos campos de Bourdieu evidencia a correspondência de estrutura e de conduta entre os muitos domínios da vida social.

Ademais, Jourdain e Naulin (2017) expõem que Bourdieu compreende os campos como esferas da vida social, as quais, em virtude de um processo de distinção avançada e contínua do mundo social por causa da expansão da divisão do trabalho, tornaram-se independentes. Com mais ênfase, abordam que os sujeitos que participam de um campo operam

[...] em função da aposta do campo e lutam para adquirir ou conservar o capital específico a este campo. Assim, no campo literário, o capital específico é constituído pelo reconhecimento dos pares que as materializa, por exemplo, sob a forma de prêmios literários. É a posse de este capital específico que determina a posição no interior do campo. [...] (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 146).

Pela ótica do espaço social, podemos entender o campo como um espaço de posições e de relações entre as posições dos distintos sujeitos que o integram. Cumpre-nos destacar que o histórico dos embates pela aquisição ou pela manutenção de capital específico se estratifica em campos sob a composição de regras ou de instituições que possibilitam a sustentação e a reprodução desses campos.

Quando apresentamos a indagação: ‘como podemos compreender, de forma efetiva, as especificidades que moldam o espaço social?’, temos a ciência de que entender o funcionamento do espaço social exige um esforço intelectual deveras profundo. Contudo, uma das especificidades que podemos identificar na concretização de um espaço social é justamente a existência dos campos que compõem tal espaço, conforme abordamos. Na teoria dos campos, urge direcionar nossa atenção à metáfora do jogo. Para elucidá-la, na próxima

⁶⁶ A título de esclarecimento para o leitor, além dos já citados campos do poder e político, destacamos os seguintes: campo artístico, campo econômico, campo esportivo, campo jornalístico, campo literário, campo religioso, dentre outros.

subseção, adentraremos no contexto de um ecossistema de ensino plataformizado, o objeto de reflexão desta pesquisa de natureza pura (teórica).

4.1.1 Objetos em disputa: o que está em jogo no campo educacional com o estabelecimento do ecossistema de ensino plataformizado?

Uma das características importantes do campo é que ele constitui um espaço onde se trava, entre os agentes, uma luta concorrencial decorrente de relações de poder existentes em seu interior. Estas relações assimétricas derivam da distribuição desigual da espécie de capital dominante em cada um dos diversos campos sociais. A partir disto, a estrutura dos diversos campos sociais é hierarquizada em polos distintos. Os detentores do maior volume de capital específico de um determinado campo ocupam as posições dominantes no seu interior. Por outro lado, aqueles que possuem pouco volume, e/ou encontram-se despossuídos de forma legítima de capital do campo em questão, encontram-se destinados a ocuparem as posições dominadas (MARTINS, 1990, p. 68).

Figura 6 – O funcionamento do campo

A metáfora do jogo



Fonte: acervo pessoal⁶⁷.

Como assevera Martins (1990), a estrutura dos múltiplos campos sociais se hierarquiza em diferentes núcleos, polos, suscitando relações que demarcam nítidos lugares: os dominantes, os quais são os detentores de um expressivo volume de capitais, e os dominados,

⁶⁷ Atribuímos a especificação ‘acervo pessoal’ para a Figura 6, pois ela provém dos materiais trabalhados no estágio de docência do mestrado. Seu uso ocorreu em uma aula realizada no dia 07/04/2021 para a disciplina de Sociologia da Educação: Pensamento Clássico, cujo público-alvo se reportava a estudantes do 4º ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Destacamos que o tema da aula foi justamente a análise de certas categorias da teoria de Pierre Bourdieu; assim, para explicar aos alunos sobre as especificidades do conceito de campo, a metáfora do jogo foi postulada.

que não são possuidores, de maneira legítima, de grandes capitais em determinado campo. Na Figura 6, evidenciam-se duas ilustrações: a primeira corresponde a um estádio, a um campo, de fato; a segunda, por seu turno, mostra jogadores posicionados para dar início ao jogo, sendo que um deles carrega um objeto, no caso, uma bola. O cenário perceptível na figura retrata um espaço onde ocorre o clássico jogo de futebol americano.

Qual seria, então, a metáfora do jogo? A fim de detalhar o funcionamento do campo, Jourdain e Naulin (2017) postulam que, para Bourdieu, faz-se imprescindível entender que cada campo tem as suas próprias regras de jogo, de modo a constituir a sua rigidez. Nas reflexões dos comentadores: “As regras do jogo de um campo definem os mecanismos legítimos de aquisição e de conservação do capital específico ao campo” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 147). Na sequência, ponderam que as regras de recrutamento definem em quais condições alguém pode ingressar no campo ou os protocolos de ordenação que possibilitam a ampliação do sujeito no cerne do campo. Para o caso de ingresso em um campo, os autores destacam o exemplo do campo universitário: para efetivamente integrá-lo, é necessário que o agente social defenda um trabalho de conclusão a respeito de determinada temática; no segundo caso, quando há a menção dos protocolos, o exemplo concerne ao campo literário, isto é, quando um escritor recebe um prêmio em função de sua obra, o que ratifica a questão do prestígio.

A correlação entre campo e jogo vai além. Para Bourdieu, “o que consolida um campo é a adesão coletiva ao jogo que é ao mesmo tempo causa e efeito da existência do jogo” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 147). A princípio, há a tendência de compreendermos o campo como um mundo físico onde há relações de força e de dominação. Todavia, analisemos que as ponderações de Bourdieu remetem à ideia de que o campo somente existe por meio dos sujeitos e das relações objetivas estabelecidas entre os agentes pertencentes a um particular campo. Quando pensamos de modo crítico-reflexivo sobre o conceito de campo, sempre há alguém que está em ascensão e, concomitantemente, alguém que está decaindo. O campo valoriza aqueles que apresentam evidências que são comprovadas e os sujeitos dirão que concordam com as regras estipuladas. Destarte, para que o jogo ocorra,

[...] é preciso que os jogadores acreditem nele, acreditem no valor da aposta e tenham interesse em jogar por essa aposta. Pierre Bourdieu denomina *illusio* este fato “de ser tomado pelo jogo, de crer que o jogo vale o investimento, ou, para dizer as coisas simplesmente, que vale a pena jogar” [...]. O termo latino *illusio* vem de *ludus*, que significa “jogo”. Este termo permite colocar o acento na ilusão ou na absurdidade aparente, para quem está do lado de fora do jogo, do interesse do jogo (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 147-148, grifos dos autores).

No início da seção deste trabalho, mencionamos a expressão *illusio*, entendendo-a como uma espécie de sentimento que o agente recorre para participar de um dado campo, com a finalidade de se agregar a esse espaço social. É, em termos basilares, o interesse para ‘jogar o jogo’. Tendo isso em vista, é cordato registrar, sempre que necessário, o fato de os campos, na condição de espaços estruturados e hierarquizados, constituírem-se arenas onde são fomentadas disputas pelo êxito de posições e de capital. Essencialmente, a composição de um campo abarca enfrentamentos e apreensões.

Ao retomar a ilustração da Figura 6, deparamo-nos com jogadores que travarão embates para almejar a vitória. Quais são os objetivos dos jogadores no futebol americano? Em rápidas pesquisas virtuais, encontramos a informação de que o futebol americano deve ser caracterizado como um esporte de **conquista de território** (demarcamos a expressão em negrito, pois, a nosso ver, a ideia incutida nessa expressão é primordial para o entendimento das nuances de um campo). É por essa razão que o estabelecimento de estratégias se torna uma ação imprescindível. O objetivo central do jogo é elementar: chegar ao maior número de vezes na *endzone*⁶⁸ do adversário. Então, quanto mais o time conseguir fazer isso, mais pontos serão acrescentados a ele. Neste momento, indagamos: na ‘conquista por território’ dentro do campo da educação, como a plataformização do ensino se mostra rizomática? No intuito de encontrar respostas para esse questionamento, verifiquemos o título da notícia a seguir.

Figura 7 – Título de notícia acerca das plataformas *Canvas* e *Blackboard*



Fonte: *Canvas...* (2018)⁶⁹.

⁶⁸ Expressão empregada especificamente no futebol americano e no futebol canadense. Trata-se, basicamente, de uma área delimitada dentro do campo para os jogadores marcarem os respectivos pontos.

⁶⁹ Disponível em: <https://porvir.org/canvas-supera-blackboard-como-sistema-de-gestao-mais-usado/>. Acesso em: ago. 2021.

O título apresentado provém de uma notícia publicada em julho de 2018 no site *Porvir – Inovações em Educação*. Vejamos alguns fragmentos na íntegra:

Uma recente pesquisa aponta que a *Canvas* ultrapassou a *Blackboard* e se tornou o mais popular sistema de gerenciamento de aprendizado (LMS, na sigla em inglês) entre as faculdades e universidades dos EUA, com base no número de instalações. Embora alguns, incluindo representantes da *Blackboard*, tenham contestado os dados, praticamente todos no ensino superior reconhecem que a *Blackboard* **não é mais o único participante do jogo**. E isso inclui as pessoas da *Blackboard*. “Vamos ser honestos sobre onde estamos”, disse Phill Miller, diretor de aprendizado e inovação da *Blackboard*, em entrevista à EdScoop. “Não há dúvidas de que a *Blackboard* perdeu participação de mercado nos últimos 10 anos” (CANVAS..., 2018, *on-line*, grifos nossos).

Como é perceptível no fragmento, identificamos a informação de que a *Blackboard*⁷⁰ não é mais ‘o único participante do jogo’. Afinal, a qual jogo a notícia se refere? Em nosso entendimento, a informação aponta para a ideia de conquistas de mercado, nesse caso, nos Estados Unidos. As plataformas precisam ser reconhecidas; para tanto, devem apresentar diferenciais e sistemas adequados de gestão. Na sequência, verificamos as seguintes especificações no tocante à plataforma *Canvas*: “*Canvas* enfatizou simplicidade, facilidade de uso e ferramentas modernas desde o primeiro dia – tudo na nuvem” (CANVAS..., 2018, *on-line*). Aí estão os diferenciais da plataforma: inteligibilidade, modernização e praticidade. No campo das plataformas digitais, a conquista de territórios se efetiva justamente nos diferenciais que fazem de uma determinada plataforma ser reconhecida e, com isso, intensificar seus efeitos de rede.

Conforme vimos a partir de Srnicek (2017), as plataformas se baseiam na extração de dados e na composição de efeitos de rede; nessa estruturação, tendências surgem a partir de uma prática competitiva: expansão da extração de dados, confluência de mercados e oclusão de ecossistemas. Aqui, compete-nos conjecturar que uma vantagem competitiva consiste no uso de dados em uma plataforma. Focando-nos na *Canvas*, plataforma que discutiremos, com mais atenção, na quinta seção, observamos que, ao superar outra plataforma e se tornar um sistema de gestão mais requerido em determinada localidade, não é infrutífero, de modo algum, pensarmos que há um controle de dados e, por consequência, a predileção de

⁷⁰ *Blackboard* é uma empresa americana de tecnologia educacional. Conhecida por *Blackboard Learn*, trata-se de um sistema de gerenciamento de aprendizagem. Em sua plataforma, encontramos estas informações na página inicial: “Personalize as experiências do seu aluno com a plataforma definitiva de tecnologia educacional. Faça a aprendizagem decolar usando tecnologias avançadas e soluções para o sucesso dos alunos” (BLACKBOARD, 2021, *on-line*). Disponível em: <https://www.blackboard.com/pt-br>. Acesso em: ago. 2021. Retomaremos essas informações mais adiante.

comportamentos dos usuários. O que tencionamos expor é que as plataformas utilizam os dados a fim de customizar a experiência dos usuários no seu cerne, além de fortificar a comercialização de novos serviços.

As regras em um campo educacional, com o estabelecimento do ecossistema de ensino plataformizado, são explícitas: quanto mais modernizada uma plataforma for (entendamos modernizada como uma plataforma que busca ser um modelo de referência com respaldo em estratégias de mercado e ações que apontam para características inovadoras), mais qualidade ela gerará para seus usuários em questões de serviço. No caso da plataforma *Canvas*, suas atividades se concentram tanto em âmbito nacional quanto internacional (assunto que também será tratado na quinta seção).

Quando lemos a informação de que a plataforma em foco recorreu ao uso de ferramentas modernas, é notório conduzir nossa compreensão ao fato de que a *Canvas* necessita superar outras plataformas para, assim, destacar-se no mercado. É importante nos atentar ao uso do verbo “superar” no título apresentado. O discurso que se instaura no campo das plataformas digitais nada mais significa do que tornar hegemônico o pensamento de que é inescusável criar maneiras para se diferenciar. Nesse aspecto, direcionamos nossas reflexões para uma prática denominada benchmarking. De acordo com Azevedo (2016, p. 1409):

[...] benchmarking tem sido uma ferramenta, ao mesmo tempo, de gestão (privada e pública), de convergência de políticas, de referência de “boas práticas”, de avaliação, de aferição de performance, de avaliação de “qualidade” (qual qualidade?) e de regulação. Benchmarking, assim, vem ganhando uma dimensão global e tornando-se, concomitantemente, um conceito regulador de políticas nacionais, com vistas à coordenação e de colaboração entre diferentes sistemas e de políticas de convergência regional, a exemplo do que ocorre na Europa. Em síntese, benchmarking torna-se fator e indicador da internacionalização, da transnacionalização e da globalização da educação [...].

Benchmark, como apresenta o autor, reporta ao significado de mensurar a qualidade de uma coisa, de forma a estabelecer comparações com outra coisa que tem uma configuração já admitida, isto é, um parâmetro benquisto. Sequencialmente, o autor evidencia perspectivas históricas à expressão:

Benchmarking, a ação em si, tem suas origens nas atividades de topografia e de sapataria artesanal. Com relação à primeira, para a calibragem do equipamento de medidas para a agrimensura; e, à segunda, para a reprodução manual das medidas dos pés do cliente em moldes com vistas à futura manufatura personalizada dos calçados [...]. Em outras palavras, benchmark é a ação de conferir e fixar as marcas do teodolito, que exige precisão ótica e domínio da trigonometria, para a correta determinação analítica (em mapas e

cartas topográficas) das medidas de área, perímetro, localização, orientação e variações no relevo. O mesmo termo pode ser utilizado também para exprimir a ação de demarcar as precisas linhas dos moldes de referência para a fabricação artesanal de calçados. Estes dois procedimentos profissionais de medidas são as origens históricas do benchmarking: topógrafos, fazendo uso da geometria e da matemática, e sapateiros, desenhando e moldando à mão meticulosamente matrizes, os quais, respectivamente, buscavam os valores de referência e as corretas medidas para a consecução de seus trabalhos (AZEVEDO, 2016, p. 1410-1411).

Se topógrafos e sapateiros recorriam a valores de referência e medidas adequadas para a consecução de suas atividades laborais, circunstância similar é averiguada em um campo educacional com o estabelecimento do ecossistema de ensino plataformizado: aqui, adiciona-se a palavra ‘digital’ à expressão benchmarking. Nesse sentido, como podemos definir um benchmarking ‘digital’? Da maneira mais direta possível, alicerçados em breves pesquisas virtuais, podemos entender o processo como um meio de análise dos concorrentes de uma empresa, a fim de adquirir uma referência do mercado e das estratégias empregadas para a fidelização de clientes. As vantagens que são obtidas com o referido benchmarking correspondem a entender a concorrência, desenvolver autoconhecimento de realidades internas, otimizar tempo, criar maneiras para se diferenciar e, evidentemente, progredir no mercado. Assim, no ‘combate’ entre *Canvas* e *Blackboard*, notamos que a primeira logrou êxito, dada a adoção de práticas condizentes com o atual cenário tecnológico e tendo em vista as suas especificidades (ferramenta simples, tudo em ‘nuvem’, moderna, com o emprego de estratégias dinâmicas para inovar).

É coeso pensarmos que ambas as plataformas se inserem em um campo do poder, o qual se reveste de disputas. Um novo questionamento precisa ser suscitado: qual objeto *Canvas* e *Blackboard* disputam? Poderíamos entrever que se trata do reconhecimento como um sistema de gestão de aprendizagem eficiente. Poderíamos, também presumir, a necessidade de se afirmar como uma plataforma que mais amplia seus efeitos de rede a partir de conectividades rizomáticas – tais conectividades contribuem para consolidar seu uso como sinônimo de referência, de valor, no sentido de expandir os números de usuários e fazer imperar a lógica de mercado. Concernente à questão da dominância no campo do poder (lembrando-se que tal campo corresponde ao próprio Estado), Jourdain e Naulin (2017, p. 156), subsidiados no pensamento de Bourdieu, já aventavam:

O campo do poder se apresenta, portanto, como o campo dos campos, à origem da hierarquia entre os diferentes campos. Os dominantes de cada campo têm, além das estratégias de reprodução, estratégias simbólicas

visando a legitimar o fundamento social de sua dominação [...] fazendo reconhecer a superioridade do capital específico sobre o qual repousa seu poder.

Detentoras de capitais econômicos, as plataformas se inserem em um espaço social a partir de uma ávida busca por usuários, parcerias e pelo fomento a atividades altamente especializadas para almejar nichos, empreender estratégias de efeitos de rede e delimitar monopólios digitais⁷¹. Elas travam lutas entre si, cujo propósito recai na superação de serviços, como é o caso do título de notícia já aludido, mas também dominam as nossas práticas subjetivas. Frequentemente, recorremos a meios plataformizados para solicitar serviços, realizar trabalhos, participar de eventos, suprir necessidades basilares, como a alimentação, e demais circunstâncias. O cenário pandêmico, inclusive, robusteceu ainda mais o uso de recursos plataformizados.

A fim de ilustrar as reflexões proferidas, voltemos nossa atenção à Educação Superior, com a publicação da Portaria nº 433, em 22 de outubro de 2020⁷². Sua ementa fora a seguinte: “Institui o Comitê de Orientação Estratégica – COE para a Elaboração de Iniciativas de Promoção à Expansão da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais, no âmbito da Secretaria de Educação Superior, e dá outras providências” (BRASIL, 2020, *on-line*). Em seu Artigo 2º, postula-se que o Comitê de Orientação Estratégia – COE – tem como incumbência a execução de determinadas atividades, quais sejam:

- I - orientar e acompanhar o desenvolvimento de estratégias para a construção do Projeto de Expansão da Educação Superior por meio digital;
- II - estimular estudos e ações que viabilizem a educação a distância e o mapeamento de tecnologias para oferta do ensino nesta modalidade;
- III - validar o plano do Projeto de Expansão da Educação Superior por meio digital; e
- IV - aprovar o Projeto de Expansão da Educação Superior por meio digital (BRASIL, 2020, *on-line*).

Acerca dessa Portaria, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED – publicou, em novembro de 2020, um manifesto expressando preocupações quanto às iniciativas de expansão da Educação Superior por meio digital em

⁷¹ “[...] fenômeno pelo qual grandes plataformas digitais partem de um poder de mercado conquistado em determinados nichos, aproveitam condições (como um grande número de usuários, atuação global e sua base tecnológica), empreendem estratégias (como controle de um ecossistema de agentes e negócios, incorporação de concorrentes) para diversificar suas atividades em novos segmentos, operando uma mediação expansiva sobre novas práticas sociais e amplificando seu poder de mercado tanto nos segmentos originais como nos novos” (VALENTE, 2019, p. 196).

⁷² Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-433-de-22-de-outubro-de-2020-284699498>. Acesso em: ago. 2021.

Universidades Federais. Tal manifesto pode ser lido no endereço eletrônico⁷³ da Associação. Destacamos, a seguir, um fragmento:

[...] manifestamo-nos contrários às iniciativas de expansão da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais que desconsiderem estas desigualdades e dificuldades explicitadas pelo ensino remoto e que podem significar, em última instância, precarizar o trabalho docente (reduzindo professores e acabando com concursos), bem como diminuir ainda mais os recursos das universidades federais, que poderão assumir características muito diferentes das que conhecemos na atualidade (MANIFESTO..., 2020, *on-line*).

Apesar de trazer inúmeras práticas de modernização à sociedade, os meios digitais também intensificaram as desigualdades sociais em vários campos (escolar, acadêmico, econômico etc.); como muito bem colocado pela Associação, o trabalho docente passa a ficar cada vez mais precarizado, os recursos das universidades federais mais sucateados, o que aponta para singularidades opostas à ideia da universidade como um local onde prevalece a consolidação de uma educação pública, de qualidade e acessível a todos os grupos sociais. Por meio das ponderações de Srnicek (2017), observamos que as plataformas seguem à procura ininterrupta por lucros; vimos, a partir de Dardot e Laval (2016), que o neoliberalismo se orienta por uma governança de subjetividades, conduzindo os sujeitos a desenvolverem práticas individualistas, sendo empreendedores de si mesmos; nas reflexões enunciadas por Bourdieu (2011a) e pelos seus comentadores (JOURDAIN; NAULIN, 2017), a realidade se pôs em evidência: estamos inseridos em campos onde temos de seguir suas regras e jogar de acordo com interesses, projetos estruturados com finalidades questionáveis, com vistas a nos metodizar, de maneira ambiciosa, para a aquisição de objetos em cenários de competição, performatividade⁷⁴ e concorrência.

Aliás, não é exagero ponderarmos: quando lemos a expressão “Projeto de Expansão da Educação Superior por meio digital”, se focarmos no significado literal do verbo ‘expandir’⁷⁵, a ampliação desejada servirá a qual intuito? Teríamos, aí, um ‘efeito de rede’? Ou seja: quanto

⁷³ Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/manifesto-sobre-portaria-acerca-de-expansao-da-educacao-superior-por-meio-digital-em>. Acesso em: ago. 2021.

⁷⁴ Trata-se de um conceito estudado por Ball (2001). Conforme destaca Scherer (2019, p. 32): “A performatividade, por seu turno, é um termo desenvolvido pelo próprio autor [Ball], a fim de expressar a imensidão de bases de dados, reuniões de avaliação e análises anuais, relatórios, visitas de garantia de qualidade, publicação periódica de resultados, inspeções e análises de pares, por meio de julgamentos, medidas, comparações e metas, impulsionadas pelas informações coletadas de forma contínua, registradas e publicadas, muitas vezes sob a forma de tabelas, gráficos, e análise estatística detalhada, buscando o monitoramento e controle das práticas profissionais”.

⁷⁵ “[...] V. t. d. Tornar pando; dilatar; difundir; estender; ampliar [...]. V. p. Dilatar-se; ampliar-se; desenvolver-se [...]” (SOLAR, 1971, p. 704).

mais Universidades Federais adotarem ‘projetos de expansão estruturados por meios digitais’, outras seguirão na mesma perspectiva, o que contribuirá, veementemente, para um contexto mais operacionalizado, instrumentalizado e funcional à lógica utilitarista. Indo além: para um contexto de reprodução de desigualdades sociais, de reestruturação do capitalismo contemporâneo e de ideários neoliberais mais solidificados. Preocupações desse teor se mostraram notórias no manifesto:

Este modelo de EaD alinhada ao princípio neoliberal de economia de custo tem se mostrado, na realidade brasileira, um modelo excludente, pois exclui negros, indígenas, afrodescendentes, jovens que vivem na periferia e não possuem condições financeiras para contar com recursos tecnológicos e acesso à internet, sendo o acesso feito, em sua maioria, por *smartphones*. Os dados da pesquisa “TIC Domicílios 2019”, formulada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), indicam que cerca de 30% dos lares no país não têm acesso à internet. O estudo mostra, inclusive, que há uma diferença significativa entre as classes sociais: em famílias cuja renda é de até um salário mínimo, metade não consegue navegar na rede em casa. Na classe A, apenas 1% não tem conexão (MANIFESTO..., 2020, *on-line*).

Conforme já pontuamos nesta pesquisa, o capitalismo avança sob novos moldes: por meio da materialização em plataformas e mediante a projetos preconizando propostas que postulam sobre qualidade, mas que passa a ser restrita a um determinado grupo, de forma a conservar práticas desiguais e gradativamente nefastas para o bem público, comum, social. Retomando a ideia de benchmarking digital em um contexto de capitalismo de plataforma e neoliberal, o que podemos inferir? Que estaríamos condenados a repetir os mesmos padrões de comportamento, equipando-se de uma mesma racionalidade sem ensejo para mudanças (estaríamos todos acoplados a uma submissão racional, isto é, perpetuando crenças e posturas gradativamente prejudiciais a uma formação visceralmente intelectual que nos permite compreender realidades sociais e despertar consciências?). Nesse sentido, concordamos com Bourdieu (2011a): perspectivas de dominância equivalem a um conjunto hermético de ações que se formam em uma rede cruzada de limitações. Nas palavras tão realistas do autor: “cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros” (BOURDIEU, 2011a, p. 52).

Parece-nos que perspectivas de dominância sempre têm de ser reproduzidas, continuadas, assim como o capitalismo estruturado sob novas facetas. No campo educacional em que há o ecossistema de ensino platformizado, grandes empresas desenvolvem projetos de plataformas para vigorar o ideário de qualidade, de soluções ágeis e inovadoras, com o

desígnio de implantar sistemas de gerenciamento que elevarão a qualidade⁷⁶ (qual, necessariamente?) a outros patamares.

Havíamos salientado a questão da *illusio* com a seguinte pergunta: como podemos identificá-la? Se as regras do jogo são bem elucidativas, fundamentando-se na imprescindibilidade de a plataforma se mostrar desenvolvida, disputando distintos objetos ‘em campo’ – reconhecimento, lucro, efeitos de rede mais consistentes, números de usuários mais arraigados –, faz-se coerente verificar a *illusio* no interesse pelo jogo, isto é, no acordo que se instaura para que o agente se integre ao campo das plataformas digitais (aqui, os agentes podem ser tanto as empresas que propagam projetos de plataformas, como *Canvas*, *Blackboard* e muitas outras, quanto os próprios usuários que compartilham de diversos serviços (professores, gestores, alunos, usuários de redes sociais e de demais aplicativos/sites, empresários, órgãos vinculados à educação e a outros ministérios etc.).

Além disso, é prudente refletir que tal acordo pode ser concretizado a partir das políticas específicas que cada plataforma impõe (a exemplo das redes sociais, como *Facebook*, *Instagram* etc., com as suas diretrizes referentes à política de dados⁷⁷ aos usuários) ou por meio de parcerias que permitem um reconhecimento mais evidente a um projeto de plataforma (este é o caso do projeto *YouTube Edu*, originário de uma parceria entre *Google* e Fundação Lemann, a ser descrita na quinta seção desta pesquisa). Em uma passagem bem esclarecedora referente à constituição de um campo, Bourdieu (1984, p. 114, tradução nossa⁷⁸) já refletia:

[...] para que um campo esteja em atividade, é necessária a existência do jogo em seu interior, que as pessoas estejam dispostas a jogar o jogo e que

⁷⁶ Com o objetivo de explorar o significado da palavra qualidade (e tendo a ciência do quão complexo é definir tal palavra), recorremos às reflexões de Stange (2020, p. 101), o qual postula que, no campo da educação, tem-se um discurso pluralista de qualidade “em uma abstrata compreensão que envolve avaliação, financiamento, autoavaliação, diversidade, acreditação, conhecimento e poder. A qualidade, em uma compreensão de ordem prática, passa a ser globalizada, em cujo predomínio neoliberal é pragmático, concorrencial, meritocrático e economicista”. Mais adiante, o autor examina que “[...] qualidade na educação escolar está, de modo unidimensional, relacionada a exames de testagens de conhecimentos. Essa condição é, além do que assume enquanto base regulatória, também determinante mediante a possibilidade de fomentos institucionais e estudantis” (STANGE, 2020, p. 116).

⁷⁷ No *Instagram*, a política de dados pode ser localizada na seção “configurações – sobre – política de dados/privacidade”. Na seção “Política de dados do *Instagram*”, verificamos as seguintes subseções destinadas à leitura dos usuários: I. Quais tipos de informações coletamos? II. Como usamos estas informações? III. Como estas informações são compartilhadas? IV. Como as Empresas do *Facebook* e do *Instagram* trabalham em conjunto? V. Como faço para gerenciar ou excluir informações sobre mim? VI. Como respondemos a solicitações legais ou prevenimos danos? VII. Como operamos e transferimos dados como parte de nossos serviços globais? VIII. Como notificaremos você sobre alterações nesta política?

Ao aceitarem as políticas de uma determinada plataforma, os usuários, logo após a efetivação de seus cadastros, já demonstram o interesse pelo jogo, e aí está a *illusio* em exercício.

⁷⁸ Pour qu’un champ marche, il faut qu’il y ait des enjeux et des gens prêts à jouer le jeu, dotés de l’habitus impliquant la connaissance et la reconnaissance des lois immanentes du jeu, des enjeux etc.

detenham *habitus* que impliquem conhecimento e reconhecimento das regras imanentes do jogo, dos objetos em disputa etc.

Diante do exposto, compreendamos o campo educacional, com o estabelecimento do ecossistema de ensino plataformizado, como um espaço social em que há disputas bem significativas, ainda mais se as vantagens que corporificam um benchmarking digital são contempladas austeramente, em particular, a instauração de formas para o almejo da diferenciação, a fim de uma dada plataforma avançar economicamente em amplos segmentos do mercado.

Estariam, então, as grandes plataformas instaurando comportamentos hegemônicos para a sobrevivência em um mercado digital? Afinal, de que forma se consolida um pensamento entendido como hegemônico? Depois de perpassarmos pelo conceito de campo, por intermédio das pertinentes ponderações de Bourdieu (2011a), de seus comentadores e demais autores, ainda tendo como base os preceitos da prática de benchmarking digital, não podemos deixar de refletir acerca da construção de um pensamento hegemônico com respaldo em Antonio Gramsci, assunto da próxima subseção.

4.2 ANTONIO GRAMSCI E O CONCEITO DE HEGEMONIA: REFLEXÕES SOBRE A INSTAURAÇÃO DE UM PENSAMENTO HEGEMÔNICO

A hegemonia é a substância principal de união do bloco histórico; a hegemonia funciona como uma liga para a construção do amálgama sociopolítico que dirige uma sociedade (NOSELLA; AZEVEDO, 2012, p. 30).

Assim como em Pierre Bourdieu, os conceitos postulados por Antonio Gramsci estão interconectados, já que as reflexões proferidas por esse célebre intelectual nos conduzem a analisar a sociedade na qual vivemos, de modo a pensar em possibilidades de mudanças. Evidentemente, exige-nos um esforço mental para a compreensão de seus conceitos e os encadeamentos que podem ser tecidos entre Estado e relações sociais. Um dos conceitos estudados por Gramsci é o de hegemonia. Nesse sentido, estabelecemos como objetivo defini-lo, adentrando concisamente em suas especificidades.

Em um primeiro momento, reportemo-nos ao Estado⁷⁹. Compreendamo-nos como um ‘banco central’ (poderíamos, a título de reflexão, estabelecer uma analogia entre Estado e

⁷⁹ “Segundo Gramsci, o Estado não se impõe somente pela força, mas, também, pela ideologia e pela cultura. [...] em sua ‘Teoria Ampliada de Estado’, compreende o Estado como sendo a soma da força (o monopólio da

banco), uma vez que há a arbitrariedade de valores. Nessa arbitrariedade, são suscitados, por exemplo, discursos neoliberais, o que contribui para reforçar uma hegemonia capitalista em relação à sociedade. Assim, pensemos a hegemonia como a capacidade de dirigir uma sociedade. No ato de dirigir, intensifica-se a coerção. E, justamente para Gramsci (1999), hegemonia e coerção correspondem a componentes de predomínio de uma classe, de um grupo, coincidindo no tempo e no espaço. Entretanto, a constituição de uma hegemonia não se relaciona unicamente a uma dimensão superestrutural. Expliquemos: não é possível desconsiderar a base econômica, de forma a associar a hegemonia somente aos campos cultural e ideológico. É nesse contexto que as reflexões de Gramsci (1999) magistralmente direcionam ao seguinte ideário: se a hegemonia perpassa por uma dimensão ético-política, ela não pode deixar de ser econômica, isto é, não pode deixar de ter o seu embasamento resolutivo que o grupo dirigente desempenha no cerne determinante da atividade econômica.

De acordo com Gramsci (1999), podemos entender a hegemonia como algo que trabalha tanto com a estrutura econômica e a organização política de nossa sociedade quanto com a cultura e a maneira de pensar dos sujeitos. Utilizando-se de outras palavras, pensemos a hegemonia, ainda segundo Gramsci (1978), como uma liderança moral e intelectual admitida com o objetivo de preservar uma soberania social. No âmago desses postulados, o imperativo da hegemonia se concretiza a partir de duas situações que se interconectam de forma dialética: o domínio, entendido como uma ação da força coercitiva, e a direção, compreendida como a solidificação e sistematização de um consenso. A lógica neoliberal, por exemplo, muda a nossa forma de pensar, altera as nossas subjetividades, como vimos e teremos novamente a oportunidade de verificar.

Uma relação hegemônica, portanto, efetiva-se no momento em que um conjunto de crenças e valores se arraiga em uma concepção de mundo. Por meio dessa concepção, se considerarmos a situação de reprodução do capitalismo, é prudente refletirmos que determinados valores e modos de pensar se materializam em uma realidade atual por intermédio de ações conduzidas a efeito por governos, organismos internacionais e demais instituições frente às políticas neoliberais. Brevemente, retomemos a ideia dos campos em Bourdieu, na tentativa de relacionar com o conceito de hegemonia postulado por Gramsci. Tais campos se organizam em grupos sociais. A partir dessa organização, é possível constatar interesses, relações de poder, a verdadeira ação dos sujeitos que integram esses grupos quando

violência física pela sociedade política) e do convencimento (o poder de se criar o consenso junto à sociedade civil)” (AZEVEDO, 2021, p. 181-182). “[...] por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho governamental, também o aparelho ‘privado’ de ‘hegemonia’ ou Sociedade Civil” (GRAMSCI, 1989 *apud* AZEVEDO, 2021, p. 182).

se situam em campos. Nestes, por sua vez, há hegemonias: um grupo exercendo poder sobre o outro, de maneira a persuadir as subjetividades dos sujeitos participantes dos grupos.

Não podemos deixar de pontuar que o capitalismo contemporâneo assumiu justamente uma condição de hegemonia com o potencial de reestruturar e subordinar as relações sociais. Ao ter em vista as preciosas contribuições de Gramsci, a partir das interpretações do autor italiano Attilio Monasta, tenhamos o afincado de compreender que o alicerce substancial da hegemonia é formado por reformas em virtude das quais se prevalece a liderança de uma classe, de um grupo, mas também pelas quais outras classes, outros grupos, têm demandas específicas atendidas. Desse modo, destacamos uma passagem bem elucidativa evidenciada por Monasta (2010), quanto ao fato de o conceito de hegemonia abarcar justamente um progresso filosófico colossal, além de puramente um progresso político-prático:

[...] o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (GRAMSCI, 1978 *apud* MONASTA, 2010, p. 81).

A ideia da hegemonia na condição de um progresso filosófico colossal é bastante pertinente para que possamos compreender a instauração de um pensamento hegemônico. Costa (2011), professor de história e comentador das obras de Gramsci, observou que, para o intelectual italiano, toda uma relação de hegemonia é inevitavelmente uma relação pedagógica. Trata-se, nesse sentido, de uma relação social movimentada por uma alteração do ambiente cultural existente. Em um embate de caráter hegemônico, tem-se o alastramento de uma nova concepção de mundo, isto é, a elaboração de um novo espaço ideológico requer uma expressiva reforma intelectual e moral. Faz-se necessário que uma ideia adentre no pensamento de uma sociedade, consistindo em um hábito, uma conduta. Nas ponderações de Costa (2011, p. 69): “É preciso que a ideia penetre no povo, torne-se costume, persuasão e fé coletiva”. Uma fé posta como absoluta e propensa a ser disseminada, tal como um efeito de rede, em uma tentativa de retomar as considerações de Srnicek (2017) para tecer frutíferas relações.

Introduzimos esta subseção com as reflexões de Nosella e Azevedo (2012) a respeito do conceito de hegemonia. Conforme pontuado, uma característica do conceito em foco é exatamente trabalhar por meio de uma união para a arquitetura do amálgama sociopolítico que coordena uma sociedade. Afinal, o que podemos entender por amálgama sociopolítico?

Vejamos o significado figurado da palavra amálgama: “[...] Mistura de coisas diversas; ajuntamento de pessoas de diferentes condições; [...]” (SOLAR, 1971, p. 88). O Dicionário Solar nos apresenta o vocábulo ‘ajuntamento’, o que ratifica a noção de existir uma união, uma espécie de agrupamento de sujeitos com preceitos distintos, mas que, ao se misturarem, possibilitam a constância de uma determinada doutrina. Destarte, quando nos deparamos com a expressão ‘amálgama sociopolítico’, é coerente compreendermos que, embora haja a junção de indivíduos com subjetividades já delineadas em um dado grupo, um espaço social, há o projeto de vigorar uma concepção política e social que passe a ser conservada e, por certo, internalizada por uma quantidade enérgica de sujeitos. Haveria, aí, uma espécie de controle político-social de pensamento? Diante das informações apresentadas, certamente, sim.

Amparado em Gramsci, Costa (2011, p. 66-67) expõe atinadas reflexões acerca do que poderia ser a criação de uma nova cultura, ao ter em vista as especificidades que moldam um pensamento hegemônico. O autor, portanto, reproduz as palavras do historiador italiano:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; e, portanto, transformá-las em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.

Com base nessa passagem, observamos que o intelectual salienta uma ideia fundante: uma multidão é levada a pensar harmonicamente e de forma ímpar um fato vigente. Para entendermos, com mais cautela, essa informação, verifiquemos a Figura 8.

Figura 8 – O pensamento hegemônico em exercício



Fonte: Brafman (2020)⁸⁰.

Essa figura remete a uma clássica reflexão de Mafalda⁸¹. No contexto em que a ilustração se insere, somos conduzidos à temática da sociedade do consumo, de uma economia capitalista. Os verbos “use”, “compre”, “beba”, “coma” e “prove” são classificados, gramaticalmente, no modo imperativo, isto é, quando há o intuito de decretar uma ordem, instaurar uma espécie de comportamento social.

A partir de uma perspicaz visão, Mafalda chega à conclusão de que “os malditos” sabem que os sujeitos de uma sociedade do consumo, por exemplo, não têm noção de suas concepções, ou seja, dos aspectos que os constituem como sujeitos historicamente situados em um dado tempo. Nossa interpretação se pauta na ideia de que “os malditos” aos quais Mafalda se refere são justamente a classe dominante. Frente a isso, ponderamos, alicerçados em Gramsci, que os meios de comunicação desempenham um papel imprescindível na expansão da hegemonia, ao dar visibilidade para acontecimentos, acepções e princípios que conferem sustentação ideológica para a classe mencionada. Com a expressiva inovação tecnológica que vivenciamos em pleno século 21, as plataformas também se apresentam como um meio de propagação hegemônica. A título de exemplo dessa ideia, pedimos ao leitor que direcione a atenção à Figura 9.

⁸⁰ Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/blog/luciana-brafman/mafalda-patagonia-consumo-consciente/>. Acesso em: ago. 2021.

⁸¹ Personagem criada pelo saudoso cartunista argentino, Joaquín Salvador Lavado, também conhecido como Quino. Faleceu no dia 30 de setembro de 2020, aos 88 anos, em Mendoza, na Argentina. Referente à personagem Mafalda, apesar de ser uma criança, Quino objetivou mostrar uma menina com uma visão sagaz da vida, de modo a questionar o mundo à sua volta, por meio de reflexões bastante pertinentes a respeito de diversas temáticas sociais.

Figura 9 – Página inicial da plataforma *Blackboard*



Fonte: *Blackboard* (2021)⁸².

Nela, observamos os dizeres que integram a página inicial da plataforma *Blackboard* (em uma nota de rodapé, já havíamos apresentado esses dizeres, porém consideramos pertinente retomá-los neste momento do estudo). Assim como notamos na ilustração concernente à Mafalda, os verbos no imperativo são presentes: “personalize”, “faça”. Na condição de docentes e gestores educacionais, por quais motivos devemos personalizar experiências de alunos e fazer uma aprendizagem se tornar significativa com o uso de tecnologias avançadas, sempre pensando em soluções para o sucesso de nossos alunos? Efetivamente, essa aprendizagem será benéfica a quem ou ao quê? A qual aprendizagem nos reportamos? Vimos, por intermédio das reflexões de Bourdieu e de seus comentadores, que nos situamos em campos predestinados a disputarem objetos, ora abstratos, ora concretos. Inserimo-nos em uma disputa por uma questão de sobrevivência (se não lutamos, não progredimos, não somos reconhecidos e consagrados).

O ideário da personalização, por exemplo, demarca-se acentuadamente em um cenário plataformizado: faz-se necessária a customização de experiências para que empresas e sujeitos se adaptem a um contexto entendido como performático. Assim, dentro da racionalidade de uma cultura da performatividade⁸³ (BALL, 2001), docentes, gestores e alunos são representados e incentivados a pensarem sobre si mesmos como sujeitos que experimentam e

⁸² Disponível em: <https://www.blackboard.com/pt-br>. Acesso em: ago. 2021.

⁸³ Tratando-se do tema Políticas Públicas, especialmente as educacionais, torna-se prudente destacar que, nessa cultura, há o predomínio da Nova Gestão Pública (NGP) com transição para a Pós-Nova Gestão Pública (PNGP). A título de conhecimento, salientamos: “[...] a NGP se desenvolve por meio de ações mais conservadoras, alinhada a uma perspectiva ideológica liberal, enquanto a PNGP se fundamenta em bases progressistas, denotando um caráter mais flexível, convergindo para uma estrutura de Estado recentralizada e estimulando o fortalecimento de processos de coordenação vertical e horizontal [...]” (PARENTE; VILLAR, 2020, p. 7-8).

congregam valores a si mesmos; que intensificam suas produtividades e que vivem uma realidade de cálculo, pois tudo é controlado, gerenciado, monitorado. Nessa tônica, Ball (2001, p. 109) elucida que, em uma cultura ou em um sistema que se utiliza de ações de juízos, de comparações e de exposições como modos de gerência,

[...] o desempenho (de sujeitos individuais ou organizações) funciona como medida de produtividade ou resultado, ou exposição de “qualidade”, ou “momentos” de produção ou inspeção. Ele significa, resume ou representa a qualidade e o valor de um indivíduo ou organização num campo de avaliação.

Evidentemente, as ações suscitadas em uma cultura da performatividade se materializam em verbos no imperativo (afinal, uma ordem está sendo imposta; um pensamento hegemônico se consolida: é preciso personalizar, individualizar, diferenciar-se; propor soluções, inovar-se, crescer da maneira mais técnica possível para conquistar o ‘objeto que está em disputa’, ir à busca de resultados). Como astutamente indagou Mafalda: “*E o que nós somos?*”. Aqui, ousamos complementar: “*E o que nós somos em uma cultura cada vez mais plataformizada?*”. Para respondermos a esse questionamento, precisamos considerar as reflexões de Gramsci, a partir de Costa (2011), quanto ao fato de uma nova concepção de mundo ocorrer por motivações práticas e sociais. Pensemos, então, em um contexto de neoliberalismo digital, por intermédio das especificidades que constituem a instauração de uma hegemonia em tempos plataformizados, o assunto da próxima subseção.

4.2.1 Plataformização: a nova hegemonia de um neoliberalismo digital?

A hegemonia pressupõe, além da ação política, a constituição de uma determinada moral, de uma concepção de mundo, numa ação que envolve questões de ordem cultural, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo” através da introjeção da mensagem simbólica, produzindo consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade, ao invés de se tentar impor a ideologia com o silêncio das consciências (COSTA, 2011, p. 61).

Com base em Gramsci, Costa (2011) menciona que a hegemonia, para ser efetivamente consolidada, requer um acordo de ordem coletiva. Um processo hegemônico implica a constituição de uma moral específica – como já salientamos, de uma concepção de mundo que passe a ser reproduzida como uma verdade, uma cultura a ser injetada nas práticas de grupos sociais diversos. Conforme expõe o autor, uma construção ideológica hegemônica presume a superação do senso comum tradicional para a elaboração de outro, que esteja alinhado à concepção do novo grupo dominante.

Valendo-se das ponderações de Bourdieu a respeito do conceito de campo, vários grupos dominantes e/ou dirigentes se instalam nos espaços sociais para que a hegemonia seja circulada, repassada, expandida, em um movimento contínuo à semelhança do capitalismo, o qual sempre busca meios de reprodução. Tais grupos podem ser entendidos como grandes empresas que detêm um robusto capital econômico, com projetos de plataformas que adentram em vários segmentos: educacional, alimentício, esportivo, transporte etc. Esses projetos interferem em nossa sociabilidade.

A respeito da hegemonia como um processo, Dias (2006) postula que esse processo se efetiva tanto em um plano de movimento quanto em um plano de instituições. A discussão, nesse sentido, direciona-se ao entendimento de que há a arquitetura de uma nova racionalidade, muito diferente daquela que foi superada (como pontuamos anteriormente, de um senso comum tradicional). Em suas palavras, o estudioso gramsciano salienta: “*Pensar-se a construção de uma nova forma social, uma nova sociabilidade, só é possível se pensarmos conjuntamente as formas específicas de sua realização material e simbólica*” (DIAS, 2006, p. 63, grifos do autor). A nosso ver, compreendemos que uma realização material e simbólica deriva de condutas sociais, de atuações que possibilitam o repensar de múltiplos comportamentos e parâmetros em uma sociedade. Quando nos deparamos com a ideia de ‘nova sociabilidade’, imediatamente, reportamo-nos à noção de civilidade.

Para Dias (2006), o campo da hegemonia é assinalado pelo exame das relações de forças; de forma bem reflexiva, o autor enuncia que a hegemonia corresponde ao desenvolvimento de uma nova *civiltá* (civilização), uma restauração moral e intelectual. Com respaldo no filósofo italiano, assevera que equivale à elaboração de um “terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (DIAS, 2006, p. 62). Isso nos leva a pensar, alicerçados nas ponderações de Dias e Gramsci, que a hegemonia é, de fato, a constituição de uma massa de sujeitos aptos a raciocinarem de maneira harmoniosa e única um atual momento histórico e social. Como complementa o intérprete de Gramsci: “[...] e, portanto, de projetar para o futuro, na perspectiva de um novo patamar civilizatório” (DIAS, 2006, p. 71, grifos do autor).

Inevitável não questionar: dada a cultura digital na qual vivenciamos, poderíamos depreender que o fenômeno da plataformização nos conduz a um novo patamar civilizatório? Uma época em que se propaga, de modo bastante intenso, o uso de Inteligência Artificial (IA), de aparelhos tecnologicamente desenvolvidos e de aplicativos ou plataformas criadas para o atendimento a diversas necessidades cotidianas. Uma civilização, por certo, digital. No

cerne dessa nova civilização, destaca-se o que entendemos por neoliberalismo digital, considerando os postulados apresentados quanto à solidificação do capitalismo de plataforma mundialmente.

Na terceira seção deste estudo, pontuamos que o neoliberalismo equivale a uma governança de subjetividades, de forma a alterá-las. Com o avanço da tecnologia e o fenômeno da plataformização progredindo gradualmente, refletimos que nossas práticas passam a ser cada vez mais controladas, operacionalizadas e, sem exagero algum de ponderar, vigiadas. Não podemos ter a ingenuidade de compreender as ações neoliberais como apenas vinculadas a um embate entre público e privado; composto por novas idiosincrasias, o ser neoliberal segue uma racionalidade dominante que o encaminha à mercantilização de sua vida. Não há autonomia, não há emancipação, não há conjunturas para que se proceda a uma simples ação que reporte à justiça social. O que prevalece é o sujeito neoliberal se corporificando à cultura da performatividade, conceituada por Scherer (2019, p. 33) como “[...] uma tecnologia política sumária para promover os princípios da forma do mercado e da ótica gerencialista, pois permite modificar os valores, relações e subjetividades nas arenas da prática escolar”. Não só da prática escolar, mas também de todos os âmbitos, campos e espaços sociais.

Vale retomar, ainda, algumas especificações referentes ao neoliberalismo, para que entendamos a sua faceta digital. Azevedo (2018) apresenta uma passagem elucidativa de Ball no que concerne às tecnologias neoliberais. Leiamos:

Na sua forma mais visceral e íntima, o neoliberalismo envolve a transformação das relações sociais em calculabilidade e intercâmbios, isto é, na forma de mercado, e, portanto, a mercantilização da prática educacional – por exemplo, nas economias de valor aluno, por meio da remuneração por desempenho, gestão de desempenho [...]. As tecnologias neoliberais trabalham em nós para produzir um corpo docente e discente ‘dócil e produtivo’, e professores e alunos responsáveis e empreendedores (BALL, 2014 *apud* AZEVEDO, 2018, p. 11).

O cenário no qual a citação se insere trata do campo educacional, mas é inevitável não ampliarmos a discussão para a sociabilidade como um todo, isto é, para todos os campos que engendram uma sociedade. As tecnologias neoliberais (e aqui incluímos, explicitamente, as plataformas) implantam ideários voltados ao rendimento, à produtividade, quando estamos diante de um contexto no qual há emulações e rivalidades.

Em estudos mais recentes, Azevedo (2021, p. 204) afirma que a “Educação, um bem público e um direito humano, vem sendo considerada pelos doutrinadores neoliberais como

apenas um serviço a ser executado pela esfera privada, mesmo que financiado pelo Estado”. Quando a educação é entendida como um serviço, distancia-se, evidentemente, de seu caráter social, de um direito propriamente declarado, como muito bem postula nossa Carta Magna, a Constituição Federal, em seu Artigo 6º: “[...] São direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988, *online*, grifo nosso). Entretanto, ao receber a composição de ‘plataformizada’, ratifica-se a noção de serviço, tornando-a utilitária, sem ensejo para o fomento de posturas intelectivas em busca de uma legítima emancipação humana.

Ademais, centremos nas palavras ‘dócil’ e ‘produtivo’ expostas por Azevedo (2018), remetendo-se aos dizeres de Ball. Em um novo patamar civilizatório, revestido de avanços tecnológicos que nos conduzem a uma lógica visceralmente produtivista, estaríamos assumindo a função de sujeitos ‘dóceis’ em uma cultura plataformizada? Uma cultura que nos molda a pensar de forma unitária, sem espaço para reflexões profundas, já que precisamos cumprir os preceitos de uma nova racionalidade, a qual proclama ideias voltadas à personalização, à gestão com foco em resultados, à concorrência, à performatividade e a algo que podemos entender por controle social.

Sobre o último aspecto – controle social –, ponderamos a necessidade de uma reflexão mais acautelada. Em tempos de um capitalismo avançado, notamos a substituição da opinião pública por uma profusão de sujeitos separados uns dos outros, ou seja, vinculados às redes sociais e incessantemente gerenciados por vultuosas empresas que saqueiam suas informações e, por intermédio da análise destas, efetuam a oferta e a fabricação de mercadorias (em outras palavras, a partir de uma extração de dados, instaura-se uma prática de controle).

Diante disso, devemos considerar o fato de que os avanços tecnológicos das últimas décadas propiciaram, indubitavelmente, o estabelecimento de instrumentos de controle e a vigilância contínua dos indivíduos pelos órgãos policiais do Estado. Dois exemplos dessa situação remetem às escutas telefônicas e às práticas de espionagem de correspondência eletrônica, as quais se concretizam sem a imprescindibilidade de um mandato judicial. As informações apresentadas até o momento nos levam ao contexto da Figura 10.

Figura 10 – O retrato de uma sociedade neoliberal (monitorada, gerenciada, controlada)



Fonte: As redes... (2016)⁸⁴.

Por intermédio dessa figura, vemos que o controle é exercido nos mais diversos meios digitais – *WhatsApp*, *Netflix*, *Internet*. O mais complexo é o que se expressa na sequência: “*Tentam controlar nossa mente!*”. Essa frase nos leva ao questionamento de Mafalda (Figura 8): “*E o que nós somos?*”; e, como bem complementamos: “*E o que nós somos em uma cultura cada vez mais plataformizada?*”. A resposta é enfática: somos sujeitos guiados por uma racionalidade ordenada para finalidades que nos distanciam, amiudadamente, de uma autossuficiência. Logo, o controle de mentes se faz satisfatório, uma vez que, “[...] *infelizmente, estão conseguindo!*”, conforme lemos na última frase da ilustração.

Na oportunidade, refletimos que a mensagem evidenciada na Figura 10 nos conduz a entender que há o predomínio de um controle social materializado no ato de compartilhar dados por diferentes meios plataformizados; além de não supervisionado, tal ato passa a ser requerido pelos investigadores de crime indiscriminadamente. No Brasil, local assinalado por um monopólio privado da produção da informação, o direcionamento a uma expansão do controle da cidadania por órgãos policiais militares avançou, preocupantemente, com o Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018. Tal Decreto foi lançado no término do governo de Michel Temer, durante, inclusive, dos trâmites do processo eleitoral de 2018. Destacamos

⁸⁴ Disponível em: <http://www.genildo.com/2016/12/as-redes-de-controle-das-massas-e.html>. Acesso em: ago. 2021.

a ementa: “Cria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil” (BRASIL, 2018, *on-line*)⁸⁵. Sua função, como expressa o Artigo 1º, é a seguinte:

Fica criada a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil com as competências de analisar e compartilhar dados e de produzir relatórios de inteligência com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas e a ação governamental no enfrentamento a organizações criminosas que afrontam o Estado brasileiro e as suas instituições (BRASIL, 2018, *on-line*).

No Artigo 2º, são apresentados os seus representantes. Verifiquemos:

A Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil será composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

- I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que o coordenará;
- II - Agência Brasileira de Inteligência;
- III - Centro de Inteligência da Marinha do Comando da Marinha do Ministério da Defesa;
- IV - Centro de Inteligência do Exército do Comando do Exército do Ministério da Defesa;
- V - Centro de Inteligência da Aeronáutica do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa;
- VI - Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Economia;
- VII - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;
- VIII - Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- IX - Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- X - Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e
- XI - Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública; [...] (BRASIL, 2018, *on-line*).

Diante do exposto, é nítido percebermos, especialmente na função do Decreto, que não há uma especificação quanto a qual ‘crime organizado’ o documento efetivamente se refere. Essa situação resultou em uma nota de repúdio pela CESE (Coordenaria Ecumênica de Serviço), cujo contexto sócio-histórico apresentamos na sequência.

A CESE atua em âmbito nacional, com prioridade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A ação da CESE tem por base o ecumenismo de direitos, mobilizando igrejas e organizações ecumênicas – em articulação com outras expressões de fé – para se posicionarem a favor da democracia e dos direitos, solidarizando-se com as lutas dos movimentos populares. A

⁸⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9527.htm. Acesso em: ago. 2021.

abordagem é a da educação popular, que pressupõe a escuta e tem como ponto de partida os saberes, conhecimentos e práticas acumulados pelas organizações sociais com as quais ela se relaciona (QUEM..., 2021, *on-line*)⁸⁶.

A nota de repúdio ao Decreto foi divulgada no dia 19 de outubro de 2018⁸⁷, quatro dias após a sua postulação, no site da Coordenaria. Representantes de alguns segmentos da CESE ressaltaram veementemente que o combate ao crime organizado e ao emprego da força-inteligente não pode ser impreciso, geral. Nas palavras dos representantes:

O enfrentamento ao crime organizado e o uso da inteligência para tal não pode ser genérico, pois abre possibilidades de enquadramentos que não são classificáveis desta forma, constituindo-se em ameaça aos preceitos constitucionais que protegem e conferem a todos os cidadãos e cidadãs o gozo pleno de seus direitos, sobretudo os de livre manifestação e livre organização, contanto que para fins pacíficos (NOTA..., 2018, *on-line*).

Os grupos responsáveis pela redação da nota foram: Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH; Processo de Articulação e Diálogo Internacional – PAD; Fórum Ecumênico – ACT Brasil; e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH. Todos compõem a Coordenação da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil. Para nossas reflexões, expomos mais um trecho da nota:

Ademais, o caráter da composição e da coordenação da Força-Tarefa, totalmente atrelada às forças do Estado, sem medida alguma de transparência com relação à “Norma Geral de Ação”, podendo ser convocada “sempre que necessário”, e “sem quórum mínimo” para a realização de reuniões de trabalho, leva a crer que os resultados do trabalho desta Força-Tarefa redundarão em mais controles (individuais e sociais), mais criminalização de grupos e lideranças sociais, e mais arbitrariedades por parte das forças de segurança do Estado brasileiro (NOTA..., 2018, *on-line*).

Como é perceptível, o Decreto em análise evidencia tanto o amadurecimento do autoritarismo subentendido na elaboração do Ministério Extraordinário de Segurança Pública quanto um prenúncio da pavimentação do caminho para o governo posterior, o de Jair Messias Bolsonaro (2019-)⁸⁸.

⁸⁶ Disponível em: <https://www.cese.org.br/quem-e-a-cese/estrategias-de-acao/>. Acesso em: ago. 2021.

⁸⁷ Disponível em: <https://www.cese.org.br/nota-de-repudio-ao-decreto-federal-no-9-527/>. Acesso em: ago. 2021.

⁸⁸ Desde quando entrou em vigência, o referido governo proferiu frequentes ataques aos direitos humanos que, indiretamente, relacionam-se à socialização formal dos indivíduos. No decorrer da pandemia deflagrada em 2020, a conduta cívica do atual Chefe de Estado, por exemplo, mostrou-se preocupante; não só dele, mas dos ministros que integram a ‘gerência’ do que podemos denominar ‘(des)governo’ – graças à nossa liberdade de expressão, tão necessária, podemos, nesta pesquisa, atribuir o prefixo ‘des’ à palavra governo, demarcando nossa

Fomos submetidos a uma lei de controle da informação, a qual nos conduz a um trajeto de manipulação e destruição de liberdades civis. Inclusive, é sempre oportuno lembrar que a ausência de uma definição sobre o conceito de atividade terrorista (o crime organizado, como identifica o Decreto) constitui uma brecha para a atuação de membros do Executivo e do Legislativo contra organizações que prezam por direitos cívicos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e demais organizações com pautas humanitárias, de maneira a considerar preceitos da justiça social. Destarte, dada a generalização da ideia de ‘crime organizado’, o Decreto em questão pode resultar na criminalização de movimentos sociais contra-hegemônicos, os quais poderão ser classificados sob a determinação ecumênica de crime organizado.

Referente à política de segurança pública e à consolidação de uma hegemonia de segmentos neoconservadores⁸⁹, Freire, Murad e Silva (2019, p. 219) advertem:

Uma vez produzido e amadurecido o consenso que confere legitimidade à militarização da segurança pública e da política, apesar de sua latente ineficácia e ineficiência comprovadas no que tange à redução dos índices de violência (instrumentalizados no processo de canalização da insegurança social), a hegemonia dos segmentos neoconservadores expressa na eleição de 2018 indica que a política de segurança pública tem servido aos interesses dominantes como uma espécie de cortina de fumaça, no que tange à ascensão de parlamentares capazes de pautar a aprovação de medidas impopulares que indicam um retrocesso quanto aos direitos sociais e aos princípios constitucionais estabelecidos em 1988.

Com base nesses dizeres, depreendemos que há a instauração de formas hegemônicas com finalidades aniquiladoras ao bem comum. Quando se salienta ‘o uso da inteligência’, nossa preocupação se fortifica: retomando a citação de Ball, por intermédio da exposição de Azevedo (2018), as tecnologias neoliberais avigoram práticas de controle social, o que nos leva ao cenário retratado na Figura 10. Em um novo patamar civilizatório, pautando-nos na pertinente observação de Dias (2006), precisamos assumir a condição de sujeitos obedientes, dóceis, isentos de capacidades intelectivas. O controle social se faz necessário para a ordenação de novas maneiras de sociabilidade. No cerne dessa circunstância, plataformas que

insatisfação diante de tantos ataques às humanidades, às pesquisas, à ciência, à educação, à saúde, à constituição cívica de nossa nação.

⁸⁹ “[...] o neoconservadorismo em suas distintas correntes implica a canalização de elementos já presentes na cultura política brasileira para a construção de normativas moralistas, as quais refutam propostas de políticas públicas progressistas com base na transformação destas no que Gramsci [...] caracterizou nos Cadernos 10 e 11 como folclore” (FREIRE; MURAD; SILVA, 2019, p. 218). “Para o pensador sardo, existem distintos níveis de realização da ideologia, sendo o folclore parte de um conjunto de ideias caracterizadas por ele como ideologias arbitrárias, ou seja, autojustificações pretendidas de determinada estrutura, as quais engendram movimentos individuais e polêmicos, racionalizando-os. Diferente da filosofia, o folclore seria um nível de ideologia que prescinde de elaboração, sendo, portanto, facilmente massificado” (*ibidem*, p. 230).

fomentam parâmetros de subserviência, calcados no axioma da ‘gestão com foco em resultados/desempenho’, são mais uma das formas de um monitoramento dilacerante a uma civilidade ressignificada à lógica mercantil.

Finalmente, quando mencionamos a expressão ‘neoliberalismo digital’, objetivamos destacar que há uma profusão de elementos sistematizados para reforçar embates a uma sociabilidade que visa ao senso de coletividade, em seu significado mais genuíno, com respeito à pluralidade e à liberdade humana. Esses elementos equivalem à monitoração, a ideias veiculadas digitalmente sobre como se adaptar (ou se conformar) a uma sociedade consumista, individualista e utilitarista, e a uma logicidade que não preconiza condutas de solidariedade, por exemplo. Importa-nos realçar: no título desta subseção, indagamos se a plataformização poderia ser a nova hegemonia do neoliberalismo digital; evidentemente, a resposta é positiva, de modo a confirmar uma das problematizações de nosso estudo, o qual se alicerça em uma abordagem bastante reflexiva.

A partir de Bourdieu (2011a), pudemos compreender o funcionamento de um campo em um espaço social; objetos são frequentemente disputados e o ato de seguir às regras do jogo é imperioso. Com Gramsci (1978; 1999), tivemos a oportunidade de entender as especificidades circunscritas no conceito de hegemonia, o qual aponta para novas concepções de mundo atinentes à instauração de uma ordem intelectual e moral, sendo o fenômeno da plataformização um meio para solidificar renovadas configurações de sociabilidade. Srnicek (2017), por seu turno, chama-nos atenção para a extração de dados e à criação de efeitos de rede impulsionada pelas plataformas, apontando para o que vimos como uma espécie de domínio privativo sob um cenário digital.

Nesse íterim, apresentaremos, na próxima seção, plataformas que acreditamos ratificar as teorias já elucidadas, além de aguçar a ideia de que o capitalismo, em meio a um contexto de neoliberalismo digital, demonstra uma capacidade incrível de expansão. A problematização dos objetos em disputa em um campo (neste caso, o da educação) se fará mais evidente com a exposição de determinados projetos.

5. PLATAFORMIZAÇÃO DO ENSINO: EFEITOS DE REDE, CONECTIVIDADE RIZOMÁTICA E CONTROLE SOCIAL

NECESSIDADES DE ENSINO E INSTRUÇÃO

Canvas tem a solução

O ensino superior está evoluindo, com expectativas cada vez maiores de educadores e alunos. É essencial ter uma sala de aula digital que vá além do campus físico para manter alunos envolvidos com o aprendizado e apoiá-los na realização de seus objetivos acadêmicos (*INSTRUCTURE...*, 2021, *on-line*)⁹⁰.

Figura 11 – Página inicial da *Instructure*, com informações acerca da plataforma *Canvas* na seção referente ao Ensino Superior

INSTRUCTURE ENSINO SUPERIOR RECURSOS NOTÍCIAS E EVENTOS SOBRE **SOLICITAR INFORMAÇÕES**

PLATAFORMA DE APRENDIZADO CANVAS

Aprendizagem sem limites

Canvas é uma potente plataforma para o êxito do aluno no ensino superior. É o ecossistema de aprendizado aberto, confiável e extensível, permitindo o ambiente digital ideal para educadores, alunos e instituições.

SOLICITAR INFORMAÇÕES →

Fonte: *Instructure – Canvas Ensino Superior* (2021)⁹¹.

A *Instructure* é uma empresa de tecnologia de *software* como serviço que desenvolve soluções com a finalidade de expandir o potencial das pessoas por intermédio da tecnologia. Essa empresa criou a plataforma *Canvas*, a fim de permitir que as organizações em todos os lugares pudessem desenvolver, entregar e gerenciar experiências de aprendizagem *on-line* ou presencial. Faz-se pertinente salientar, ainda, que a *Instructure* é uma organização norte-americana fundada em 2008, exatamente quando se iniciou a crise financeira, o “boom”

⁹⁰ Disponível em: <https://www.instructure.com/pt-br/canvas/ensino-superior>. Acesso em: set. 2021.

⁹¹ Idem.

imobiliário, conforme Srnicek (2017) enfatiza. A partir dessa crise, determinaram-se os caminhos para os quais o capitalismo de plataforma passou a ser moldado.

Quando temos acesso à página inicial da *Instructure*, deparamo-nos com informações relacionadas à plataforma *Canvas*; ao assinalar a seção concernente ao Ensino Superior, somos direcionados à página apresentada na Figura 11. Para tornar os dizeres mais inteligíveis que constam na figura, transcrevemos em seguida: “*Canvas* é uma potente plataforma para o êxito do aluno no ensino superior. É o ecossistema de aprendizado aberto, confiável e extensível, permitindo o ambiente digital ideal para educadores, alunos e instituições” (*INSTRUCTURE*, 2021, *on-line*). Solicitamos especial atenção para a palavra ‘ecossistema’. Como bem analisa Srnicek (2017), em um contexto platformizado, instauram-se ecossistemas digitais com o propósito de expandir mercados para que usuários interajam e definam relações de trocas (de serviços, de produtos etc.). Nesses ecossistemas, verificamos que diversos grupos de usuários se conectam, pautando-se em ferramentas e recursos propiciados pelas plataformas.

Nossa verificação, mais especificamente, respalda-se na frase evidenciada no *site* da *Instructure* quanto à plataforma *Canvas*. Caracterizada como um ‘ecossistema de aprendizado aberto, confiável e extensível’, vemos uma das estruturas que a plataforma oferece a seus usuários, de modo a demarcar um ‘território digital’ capaz de contemplar uma quantidade expressiva de educadores, estudantes e instituições. Ademais, ao pensarmos na ideia de ‘aprendizado aberto’, refletimos que se trata de um conceito de educação que remete às características de abertura a múltiplas clientelas sem comedimentos, confirmando o ideário central de uma ‘aprendizagem sem limites’.

Logo, depreendemos: *Canvas* se apresenta como uma plataforma apta a fomentar efeitos de rede para sua prevalência no campo educacional. Assim, para a materialização desse domínio, é imprescindível que ocorra avidamente a reprodução desses efeitos a partir de conectividades rizomáticas (por exemplo, *Canvas* conquistando mercados em nível nacional e internacional, de maneira a conceber novas ramificações em suas redes – uma analogia ao rizoma – com a oferta de serviços cada vez mais diligentes, dinâmicos).

No que concerne ao exposto, nosso objetivo, nesta seção, é promover uma discussão a respeito do fenômeno da platformização do ensino, por meio de uma perspectiva teórico-crítica, recorrendo a plataformas que contribuem para a consolidação e expansão de uma nova forma do capitalismo (qual seja, o capitalismo de plataforma): *Canvas*; *Aprendendo Sempre*, *AprendiZAP* e *YouTube Edu* (projetos relacionados à Fundação Lemann); e *Resolve Sim*. Acreditamos que essas plataformas são significativas para observarmos a problematização da

plataformização como um processo hegemônico de um neoliberalismo digital, além de conferir um caráter mais perceptível à noção dos objetos que são colocados em disputa.

5.1 PLATAFORMA CANVAS E SEUS EFEITOS DE REDE NO CAMPO EDUCACIONAL: ORIGEM, ATUAÇÃO NO BRASIL E EM OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

A importância dos efeitos de rede significa que as plataformas devem implantar uma série de táticas para garantir que mais e mais usuários participem. [...]. Finalmente, as plataformas também são projetadas de uma forma que as torna atraentes para seus diversos usuários (SRNICEK, 2017, p. 26, tradução nossa).⁹²

Srniczek (2017) pontua que a relevância dos efeitos de rede consiste nas estratégias empregadas pelas plataformas para que haja certa multiplicação de usuários. As plataformas, de acordo com o autor, precisam se notabilizar de forma atrativa, justamente para conquistar nichos, organizações, negócios. Nesse sentido, com o intuito de compreender a expansão da plataforma *Canvas* e tendo como base os postulados de Srniczek (2017) referentes aos efeitos de rede, destacamos que o sucesso dessa plataforma se deve, em grande parte, a uma interface simples, fácil de usar e aberta a inovações. Inclusive, ela tem ganhado adeptos rapidamente, destronando a sua principal concorrente, a *Blackboard*, que dominou o segmento de Sistema de Gestão da Aprendizagem durante 20 anos nos Estados Unidos (lembremos do título de notícia destacado na Figura 7, que expôs a superação da *Canvas* ao se consolidar como um dos sistemas mais requisitados na área educacional em comparação à *Blackboard*).

Fundada em 2008, como já mencionamos, a *Instructure* obteve seu “Inc.”⁹³ e progrediu de uma grande ideia para uma *startup* – isto é, um negócio e/ou empresa que está em fase de crescimento acelerado – de tecnologia real. Em seu site, encontramos a informação de que o modelo *Canvas* foi lançado em 2011, além de nos deparar com os seguintes dizeres: “A *Instructure* lançou formalmente o sistema de gerenciamento de aprendizagem *Canvas*, interrompendo o status quo do LMS para melhor e para sempre” (*INSTRUCTURE*, 2021, *on-line*). A partir de 2012, a plataforma começou a oferecer cursos *on-line* abertos para todos e em qualquer lugar⁹⁴.

⁹² The importance of network effects means that platforms must deploy a range of tactics to ensure that more and more users come on board. [...]. Finally, platforms are also designed in a way that makes them attractive to its varied users.

⁹³ Sigla que significa “*Incorporated*”. Trata-se de uma referência a uma organização que não mescla o seu patrimônio com o de seus diretores e acionistas.

⁹⁴ Ainda sobre a *Instructure*, encontramos, em seu site, estas informações quanto à história da empresa, a qual é apresentada de forma bem sintética: “Iniciada em 2008 por 2 alunos de pós-graduação, a *Instructure* é a casa do

Afinal, como surgiu, especificamente, a plataforma *Canvas*? Em uma entrevista concedida ao site *Infoescola* em 6 de julho de 2016, Lars Jánér, diretor da *Instructure* na América Latina, explicou a origem da plataforma:

Canvas nasceu em uma Universidade de Utah (Estados Unidos), quando dois alunos do curso de Engenharia de *Software* perceberam que as ferramentas que utilizavam em sala de aula eram antiquadas, difíceis de usar e não exploravam as novas tecnologias disponíveis. O professor deles, Josh Coates, também vinha do setor de tecnologia e tinha vendido recentemente sua empresa. Decidiu então apoiar e investir no projeto, com a condição de que os dois estudantes, antes de desenvolverem o *software*, fossem conversar com 20 instituições de ensino em diferentes estados nos EUA, e criassem o produto a partir de suas necessidades, frustrações e anseios. Cinco anos depois de lançado [em 2011, pela *Instructure*], *Canvas* está em mais de 2 mil instituições de ensino, incluindo 7 das 8 Universidades “Ivy League” americanas, e Josh é o CEO da *Instructure*, empresa fundada pelos três (*CANVAS...*, 2016, *on-line*)⁹⁵.

Ao ser questionado sobre os tipos de cursos que podem ser oferecidos com o uso da plataforma *Canvas*, Lars Janér responde enfatizando que a plataforma se caracteriza por ser flexível; acrescenta com a informação de que ela pode ser considerada para qualquer tipo de conteúdo e finalidade educacional, por exemplo, aulas, treinamentos, cursos *on-line*, apoio à sala de aula, conferências. A partir da fala do diretor, observamos que a plataforma aceita todo o tipo de mídia, tornando-se possível trazer, conforme Lars Janér salientou, conteúdos em vídeo, áudios, imagens, com o intento de viabilizar as mais diversas experiências, situações de aprendizagem e engajamentos.

Em outra entrevista concedida ao canal *INOVEDUC* no *YouTube*⁹⁶, publicada em 12 de maio de 2017, Lars Janér comentou que a criação da plataforma *Canvas* teve o objetivo de ser algo bem diferente dos concorrentes. Ele ressalta que já nascemos nativos em nuvem e não foi fácil no começo, uma vez que se tratava de uma aposta arriscada, embora tenha surtido resultados positivos. Expõe que não há mais receio de ter o conteúdo hospedado na nuvem, já que as instituições de ensino buscam exatamente por isso. Sobre o uso de dados, Janér afirma que é disponibilizado o acesso completo aos dados gerais usados pela plataforma, ou seja, informações sobre as atividades dos alunos e dos professores, tudo exportado e utilizado em conjunto com outras informações para continuar analisando o que a plataforma gera em sua

Canvas, a plataforma de gerenciamento de aprendizagem que beneficia milhões de alunos e professores pelo mundo, todos os dias” (*INSTRUCTURE*, 2021, *on-line*).

⁹⁵ Disponível em: <https://www.infoescola.com/noticias/canvas-foi-pensado-com-o-usuario-em-mente-lars-janer-diretor-da-instructure-na-america-latina-fala-sobre-plataforma-de-ensino-que-acaba-de-chegar-ao-brasil/>. Acesso em: set. 2021.

⁹⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0jk4ueT_zhs. Acesso em: set. 2021.

organização. As avaliações são constantes, já que é primordial construir uma ferramenta digital que entregue a seus clientes resultados inigualáveis, por exemplo, demarcar-se como um dos sistemas mais empregados em determinados espaços.

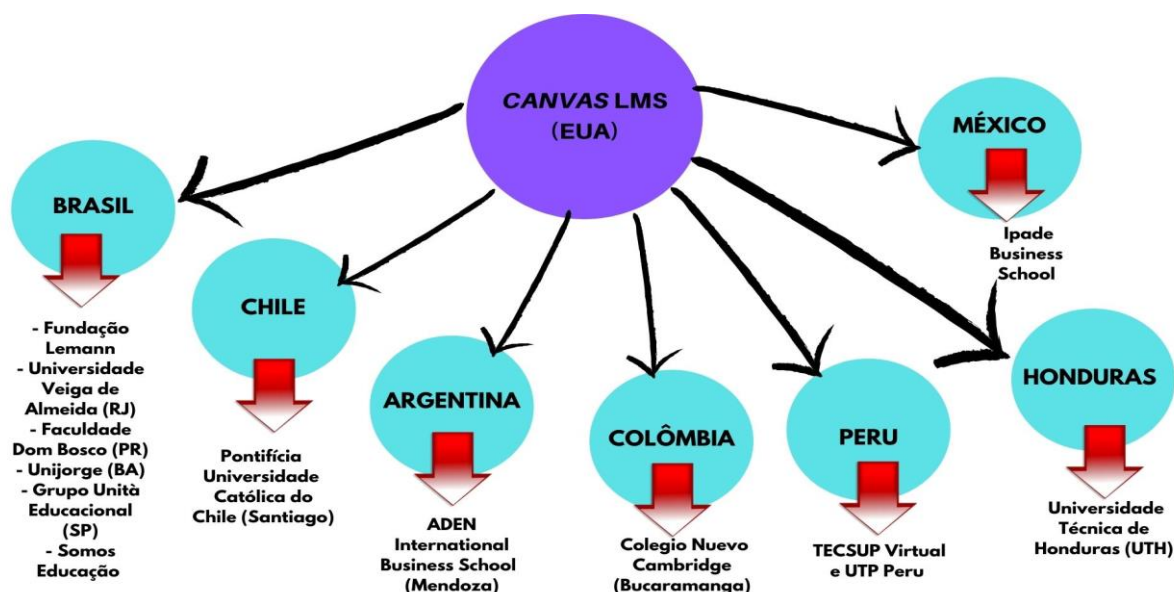
Não podemos deixar de indagar: no que consiste a exportação dos dados da plataforma em discussão? Se levarmos em consideração o significado da palavra ‘exportar’, que corresponde, segundo o Dicionário Enciclopédico Brasileiro Solar (1971, p. 705), ao ato de “[...] Mandar ou transportar para outros países (produtos das indústrias ou artes nacionais)”, os dados provenientes de estudantes, docentes e de instituições são propagados em âmbito internacional, com a finalidade de captar mais parcerias e mercados solidificados para, enfim, destacar-se e se firmar como um sistema essencialmente aperfeiçoado e suscetível a se reinventar, conforme novas tendências educacionais (digitais, tecnológicas) vão se estabelecendo. Se o capitalismo tem um potencial de expansão, *Canvas*, em pleno ecossistema de ensino plataformizado, segue o mesmo caminho. Na fala de Lars Janér, identificamos que a plataforma é entendida como um produto. Reproduzimos novamente: “[...] antes de desenvolverem o software, fossem conversar com 20 instituições de ensino em diferentes estados nos EUA, e criassem o **produto** a partir de suas necessidades, frustrações e anseios [...]” (*CANVAS...*, 2016, *on-line*, grifo nosso). Logo, ao se tratar de um produto, é perfeitamente natural a ideia de ser comercializado. Precisa ser vendido, transportado, exportado. Precisa haver lucro e ser o sistema mais reconhecido internacionalmente. Um sistema inovador e que atenda a todas as demandas educacionais. O diretor complementa:

Canvas é uma plataforma aberta, e por isso se integra facilmente a outros serviços, softwares e ferramentas de apoio a educação – seja de gestão de matrículas, fornecedores de conteúdo ou mesmo ferramentas de análise de evasão, por exemplo. Moodle foi um software pioneiro em sua época, e a proposta do *Canvas* é de ser uma evolução do tradicional AVA – ambiente virtual de aprendizagem (ou LMS): funcionando na nuvem, sem a necessidade instalações, downloads, servidores e atualizações; tem seus próprios aplicativos para todos os dispositivos móveis e ainda traz recursos modernos de tecnologia e interatividade. Dessa forma, agrada as equipes de TI, já que simplifica muito seu trabalho e também aos educadores e alunos, que passam a utilizar um ambiente virtual sempre disponível, fácil de usar e que otimiza o tempo de todos (*CANVAS...*, 2016, *on-line*).

A exposição de Lars Janér nos conduz à questão do benchmarking digital já salientada nesta pesquisa. Retomemos as vantagens obtidas com esse benchmarking: entender a concorrência; desenvolver autoconhecimento de realidades internas; otimizar tempo; criar maneiras para se diferenciar; e progredir no mercado. *Canvas* foi desenvolvida para ser um sistema fácil de usar e que otimiza, como bem assinala o diretor, a otimização de tempo dos

usuários. Nitidamente, busca compreensões quanto à concorrência, de modo a superá-la (como vimos com a *Blackboard*); faz uma autognose de seus recursos, caracterizando-se como um sistema de aprendizagem amplo, moderno e de fácil acesso; concebe maneiras para inovar e, assim, mostrar-se frequentemente no campo educacional como um parâmetro; por consequência de todas as informações apresentadas, progride satisfatoriamente no mercado, tendo em vista os seus efeitos de rede. Um exemplo disso é que, no Brasil, a plataforma *Canvas* fechou negócio com diversas instituições de ensino, como Fundação Lemann, Universidade Veiga de Almeida (RJ), Faculdade Dom Bosco (PR), Unijorge (BA), Grupo Unità Educacional (SP) e SOMOS Educação, a qual, por meio de soluções para o ensino técnico *on-line*, tem recorrido às especificidades da plataforma em busca de resultados ágeis. Em outros países da América Latina, *Canvas* também avança. Ela já é requisitada, por exemplo, na Pontifícia Universidade Católica do Chile, em Santiago; na *ADEN International Business School*, com sede em Mendoza (Argentina); no *Colegio Nuevo Cambridge*, com sede em Bucaramanga (Colômbia); no *Ipade Business School* (México); na *TECSUP Virtual* e na *UTP* (Peru); e na Universidade Técnica de Honduras (UTH). Aqui, observamos, de modo explícito, o efeito de rede postulado por Srnicek (2017): conforme mais instituições aderem à plataforma *Canvas*, mais valiosa ela se torna, demarcando, notoriamente, uma tendência à monopolização, ou seja, de um domínio no campo educacional, dada a sua capacidade de inovação. Para ilustrar, elaboramos um esquema demonstrado na Figura 12, com o intento de representar os efeitos de rede da plataforma *Canvas* já mencionados.

Figura 12 – Efeitos de rede da plataforma *Canvas*



Fonte: elaboração própria.

Brasil, Chile, Argentina, Colômbia, Peru, Honduras e México. *Canvas* perpassa por todos esses espaços, lugares, instituições. No início desta subseção, expomos as considerações de Srnicek (2017), as quais apontaram para o fato de que as plataformas se centram em táticas, a fim de almejar uma capacidade exponencial de usuários. Com os seus efeitos de rede à vista na Figura 12, é certo pensarmos que ela conquista territórios e esse apontamento nos remete à metáfora do jogo postulada por Bourdieu (2011a; JOURDAIN; NAULIN, 2017). A propósito, o sociólogo, ao discutir a constituição do espaço social, analisa:

[...] se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social [...] a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo (BOURDIEU, 2011a, p. 27, grifo do autor).

A partir de Bourdieu (2011a), orientamos as nossas reflexões para a questão de que a *Canvas*, em contexto de plataformização do ensino, ocupa uma posição social de renomada importância, em virtude de seu crescimento promissor por meio de seus efeitos de rede, e assim pretenderá conservar a sua posição ou transformá-la, no sentido de elevar hierarquicamente a sua conjuntura. Para isso, não há segredo: os efeitos de rede precisam se intensificar de forma assídua, fazendo a plataforma ser reconhecida como um modelo de sistema de gestão de aprendizagem, uma notável referência. Conforme expusemos na quarta seção deste estudo, ao verificarmos que a *Canvas* se respalda no uso de ferramentas modernas, essa ação se efetiva devido ao prestígio que a plataforma sempre almeja alcançar; na teoria dos campos de Bourdieu (2011a; JOURDAIN; NAULIN, 2017), trata-se do objeto em disputa. Então, voltemos a frisar que o discurso consolidado no campo das plataformas digitais permite instituir como hegemônica a postura de ser indispensável produzir formas para se destacar.

No que tange à representação dos efeitos de rede, com a atuação da *Canvas* no Brasil, gostaríamos de direcionar a atenção para a Fundação Lemann, da qual falaremos, com mais ênfase, na subseção seguinte. Por ora, apresentamos a informação de que a instituição elegeu a *Canvas* para apoiar os seus programas de formação de professores, consistindo em uma das estratégias que a Fundação aplica com o discurso de ‘melhorar a educação pública no país’. Os programas que adotaram a plataforma foram: “Inovação nas Escolas” e “Gestão para a

Aprendizagem”⁹⁷. Guilherme Antunes, gerente de projetos da Fundação Lemann, justificou, em uma matéria publicada no site *SEGS*, em 27 de julho de 2017, a escolha pela *Canvas*:

Escolhemos o *Canvas* como LMS, para nos ajudar a fornecer desenvolvimento profissional a mais de 8.000 professores e gestores de escolas em todo o Brasil, pela interface de fácil navegação que oferece aos usuários, o que reduz os obstáculos para sua adoção. Como o *Canvas* é uma plataforma aberta, podemos escolher várias ferramentas educacionais e facilmente integrá-las com outras LTIs (Interoperabilidade das Ferramentas de Aprendizagem). Isso significa que a plataforma dá o suporte à metodologia pedagógica que desejamos. O *Canvas* é baseado na nuvem, o que nos possibilita um melhor desempenho, atualizações e níveis de serviço, além de nos assegurar no futuro, pois é uma solução que pode ser escalada à medida que o nosso projeto cresce (FUNDAÇÃO..., 2017, *on-line*)⁹⁸.

Na condição de uma solução nativa da nuvem, o modelo *Canvas* pode ser acessado a partir de qualquer localidade ou circunstância, o que possibilita que a Fundação Lemann atenda professores e gestores distantes das grandes cidades. Certamente, isso propicia aos projetos da instituição uma abrangência nacional. Na mesma matéria, identificamos mais uma fala de Lars Janér, ao demonstrar certo entusiasmo em integrar a Fundação Lemann ao ecossistema *Canvas*:

Estamos contentes de receber a Fundação Lemann como parte da família *Canvas*. A Fundação Lemann se junta a uma série de instituições educacionais inovadoras no Brasil, que já optaram por *Canvas* para ajudá-los a lidar com os desafios de oferecer uma experiência educacional compatível com os desafios do século 21. [...]. Garantir que o Brasil tenha professores e gestores escolares qualificados melhora a experiência de aprendizado para os estudantes, e o *Canvas* se orgulha de fazer parte desta iniciativa (FUNDAÇÃO..., 2017, *on-line*).

Por meio dessas falas, averiguamos a imprescindibilidade de cumprir com o objetivo de propiciar inovações à educação (neste caso, a pública). Inúmeras indagações podem ser suscitadas diante das falas proferidas – tanto do diretor da *Instructure* quanto do gerente de projetos da Fundação, a saber: o que esses agentes entendem, essencialmente, por qualificação? A ‘experiência educacional compatível com os desafios do século 21’ mencionada beneficiará exatamente a quem? Se for considerada a ideia de ‘aprendizado

⁹⁷ “Inovação nas Escolas”, por exemplo, é o programa que busca proporcionar uma melhor experiência educacional por meio da adoção de tecnologias, e oferecer aos professores todo o suporte que eles necessitam para utilizarem esses recursos com sucesso. O “Gestão para a Aprendizagem” é voltado para a melhoria da gestão de salas de aula, formação pedagógica e práticas de acompanhamento da aprendizagem para profissionais da educação e gestores de escolas” (FUNDAÇÃO..., 2017, *on-line*).

⁹⁸ Disponível em: <https://www.segs.com.br/educacao/74823-fundacao-lemann-escolhe-canvas-para-oferecer-desenvolvimento-para-professores-e-diretores-de-escolas-em-todo-o-brasil>. Acesso em: set. 2021.

aberto', como consta essa expressão no site da *Instructure*, alunos, professores e instituições são vistos como clientes para os quais um serviço é oferecido? Educação é um serviço comercializado ou um direito social? As respostas para essas perguntas carecem de reflexões profundas. Contudo, pontuamos a relevância de fazê-las para cooperar com a nossa discussão epistemológica.

Também ponderamos relevante apresentar que o Grupo Somos Educação implementou a *Canvas* em janeiro de 2017, conforme informação localizada no portal *Revista Educação* (2017)⁹⁹. Depois de um período de testes, a área de Ensino Técnico se mostrou preparada para ofertar os cursos dentro da plataforma, tornando-a específica de ser aplicada para o ensino técnico *on-line*, de modo a estimular uma formação instrumentalizada e utilitarista. Diante do exposto, notamos que a plataforma *Canvas* passa a se expandir consideravelmente, ainda mais sendo criada após a crise financeira de 2008. Essa informação possibilita o entendimento de que o ideário de educação como uma mercadoria, um produto disponível à lógica do capital, é aguçado de forma alastrada, afastando-se, frequentemente, da noção de bem público (AZEVEDO, 2019).

Com a intenção de nos encaminhar para a análise das próximas plataformas, fiquemos com a reflexão de que o aspecto que nos chama atenção na plataforma *Canvas* é exatamente a solidificação de seus efeitos de rede, culminando com as ponderações realizadas por Srnicek (2017). Vale reforçar que partimos da hipótese de que as plataformas criam monopólios em um processo que consiste no ato de coletar e analisar dados, para, posteriormente, vender o resultado por meio de uma conectividade rizomática; no caso da *Canvas*, essa conectividade se traduz nos efeitos de rede, já que o resultado das funcionalidades dessa plataforma é propagado internacionalmente, considerando os modos de destaque que ela institui para estar em evidência no campo educacional em busca do seu objeto de disputa: o prestígio, ao retomar o conceito de campo de Bourdieu (2011a), também apresentado por seus comentadores (JOURDAIN; NAULIN, 2017). Na sequência, adentremos no contexto da Fundação Lemann.

⁹⁹ Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2017/05/05/somos-educacao-adota-o-canvas-como-plataforma-educacional-para-inovar-ensino-tecnico-online/>. Acesso em: set. 2021.

5.2 FUNDAÇÃO LEMANN E SEUS PROJETOS DE EDUCAÇÃO DE PLATAFORMA EM MEIO À PANDEMIA

“O que eu gosto mais, francamente, é que toda crise é cheia de oportunidades” (LEMANN, 2020)¹⁰⁰.

Jorge Paulo Lemann, em conformidade com a Forbes (2020), é o segundo homem mais rico do Brasil. Sua fortuna, em 2019, foi estimada em US\$ 10,4 bilhões, ainda de acordo com a Forbes. No ano de 2002, a Fundação foi criada sob uma iniciativa ‘filantrópica’, cujo intuito é a promoção de uma educação pública e de qualidade às cinco regiões de nosso país. Ademais, no site da Fundação¹⁰¹, encontramos a seguinte missão:

[...] colaborar com pessoas e instituições em iniciativas de amplo impacto que garantam a aprendizagem de todos estudantes, e engajar lideranças comprometidas em resolver desafios sociais complexos do país (FUNDAÇÃO LEMANN, 2021, *on-line*).

Percebemos que a noção de formar pessoas para que enfrentem as complexidades cotidianas (a exemplo, os problemas sociais) vai ao encontro da lógica empresarial, de mercado, justamente a partir do emprego da palavra “lideranças”, que aponta para o sentido de autonomia, de um sujeito capaz de empreender, inovar, modernizar-se. Para a análise do alcance de suas finalidades, recorreremos a uma passagem do primeiro Relatório Anual publicado exatamente em 2002 pela Fundação:

Entre os desafios futuros, destacaram-se a urgência de melhorar a qualidade e equidade da educação, com a garantia de ensino universal para estudantes do ensino médio [...]. Além disso, é necessário a aplicação da gestão por resultados, com foco em planejamento e clareza de objetivos (FUNDAÇÃO LEMANN, 2002, p. 1).

Constantemente, notamos o uso da expressão “melhorar a qualidade” e, mais detidamente, a aplicação de uma gestão por resultados, a qual se vale de uma lógica empresarial. No Relatório Anual de 2003, conforme evidencia Cariello (2020), observamos um cunho visivelmente mais filantrópico da iniciativa de promover uma educação com

¹⁰⁰ Declaração proferida pelo empresário e bilionário Jorge Paulo Lemann, em abril de 2020, quanto à situação da pandemia. Mais informações podem ser consultadas no texto redigido pelo jornalista Paulo Henrique Amorim em: <https://www.conversaafiada.com.br/economia/lemann-ve-a-pandemia-como-uma-oportunidade-e-o-que-eu-mais-gosto>. Acesso em: set. 2021.

¹⁰¹ Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/afundacao#somos-mission>. Acesso em: set. 2021.

“equidade”. Jorge Paulo Lemann, presidente do conselho, elaborou, na época, uma mensagem com oito itens sobre o que mobiliza a atuação da Fundação no campo educacional. Em particular, apresentamos o item 5:

[...] 5. Se conseguirmos introduzir no ensino público e na educação em geral o princípio de foco em resultados para termos mais oportunidades com boa gestão, **estaremos efetivamente contribuindo para o aperfeiçoamento da instrução no país**; [...] (FUNDAÇÃO LEMANN, 2003, p. 10, grifos nossos).

Não podemos deixar de questionar: a que instrução a Fundação se refere? A uma instrução voltada ao fomento de uma emancipação? De um sujeito crítico, reflexivo e com consciência de classe, disposto a romper com paradigmas, preconceitos e a pensar verdadeiramente no bem comum, valendo-se de sua condição de civilidade? Sob uma lógica empresarial, por meio do princípio de foco em resultados, a instrução aludida no item 5 reporta ao preparo, de fato, de um sujeito que precisa operar aos interesses do empresariado e, por consequência, a se inserir em situações de competitividade. Como bem asseverou Lemann em abril de 2020, oportunidades são encontradas em momentos de crise. Com a pandemia ocasionada pela disseminação da covid-19, em março do mesmo ano, a educação recebeu uma nova ‘roupagem’: instaurou-se a plataformização. Nas subseções seguintes, perpassaremos por determinados projetos de plataformas sob a contribuição da Fundação Lemann.

5.2.1 Plataformas *Aprendendo Sempre* e *AprendiZAP*: curadoria de conteúdos e uso de robôs pelo *WhatsApp*

Começamos pela plataforma *Aprendendo Sempre*. A Fundação Lemann compõe o grupo de mais de vinte organizações parceiras¹⁰² da iniciativa de instaurar essa plataforma. Na página inicial, destaca-se a frase: “Como promover educação em tempos de coronavírus”. Vejamos com mais atenção na Figura 13.

¹⁰² Em pesquisas pontuais na internet, localizamos as seguintes organizações parceiras, as quais operam a partir de uma coalizão: BID, CIEB, CEIPE, Ensina Brasil, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Fundação Telefônica Vivo, Imaginable Futures, Instituto Alana, Instituto Ayrton Senna, Instituto Bei, Instituto Natura, Instituto Península, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Sonho Grande, Ismart, Grupo Globo, Movimento Colabora, Movimento pela Base, Nova Escola, Portal Iede, Porvir, UNICEF.

Figura 13 – Página inicial da plataforma *Aprendendo Sempre*



Fonte: *Aprendendo Sempre* (2021)¹⁰³.

Ao acessar o item “Encontre as soluções”, somos direcionados a nos identificar como professor, gestor ou membro da família. Inclusive, centremos no uso do vocábulo “soluções”, que culmina no projeto de gestão com foco em resultados evidenciado pelo Relatório Anual de 2002 da Fundação. Analisando a plataforma em sua totalidade, vemos a potencialização de ferramentas tecnológicas ou didáticas para, justamente, oferecer soluções que auxiliem no gerenciamento da crise, de um plano de contingência, de um reposicionamento. É pertinente, aliás, realçarmos que a plataforma está intimamente alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), conforme podemos ler ao acessar a aba “Sobre”:

Em um ambiente único, estão disponíveis indicações de ferramentas com conteúdos pedagógicos alinhados à BNCC (Base Nacional Comum Curricular), documento que mostra quais são as aprendizagens essenciais para todos os estudantes brasileiros. Além disso, há tecnologias que viabilizam a preparação e a transmissão de aulas online, além de recomendações para o bom uso dessas soluções e de como é possível promover experiências saudáveis e significativas para crianças, adolescentes e jovens remotamente (*APRENDENDO SEMPRE*, 2021, *on-line*).

Sabemos que a BNCC deixou explícito na seção concernente aos seus fundamentos pedagógicos que está alinhada ao desenvolvimento de competências, pois “é [...] também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) [...] e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês) [...]” (BRASIL, 2018, p. 13), organizações que mencionam recorrentemente a noção de qualidade e desenvolvimento social. Além disso, importa-nos mencionar, como bem lemos no site da Fundação, que:

¹⁰³ Disponível em: <https://aprendendosempre.org>. Acesso em: set. 2021.

A Fundação Lemann é a secretaria-executiva do Movimento pela Base, um grupo plural e suprapartidário, formado por 65 pessoas físicas e 11 instituições que trabalham pela educação brasileira. O papel do Movimento é garantir a qualidade da Base Nacional Comum Curricular (FUNDAÇÃO LEMANN, 2021, *on-line*).

Se a própria BNCC é arquitetada sob o ideário de o indivíduo desenvolver competências e habilidades, qual concepção de educação prevalece na Fundação Lemann? Explorando a plataforma em questão, chegamos à conclusão de que ela se condensa como uma curadoria de conteúdos e soluções gratuitas e úteis (caráter utilitarista para a sobrevivência à lógica do capital?), a fim de promover experiências de ensino e aprendizagem circunscritas externamente ao cenário escolar.

Em uma leitura acrítica, superficial, as pessoas são conduzidas à materialização da ideia de que o empresariado vem com o intuito de melhorar a qualidade da educação pública brasileira, sobretudo com a Fundação Lemann, dado o seu caráter “filantrópico” e “sem fins lucrativos”. Essa condução é sistematizada pela racionalidade empresarial, o que nos permite pensar na relação entre público e privado. De acordo com Peroni, Caetano e Lima (2017), pautadas em teorizações aclaradas em Peroni (2006), é preciso observar que:

As fronteiras entre o público e o privado têm se modificado neste período de crise do capitalismo, em que as suas estratégias de superação – neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e Terceira Via – redefinem o papel do Estado, principalmente para com as políticas sociais [...] (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017, p. 417).

A estratégia neoliberal, como bem enfatizam Dardot e Laval (2016), não se orienta apenas ao aniquilamento de regras, instituições, direitos. Há a consolidação de determinados tipos de relações sociais, formas de vivência e subjetividades. Relações sociais que se afloram em um contexto de atribuição de qualidade ao privado, de que a “solução” para melhorar o ensino público está não mãos dos empresários e de seus projetos, à primeira vista, equitativos. Passemos, agora, para a plataforma *AprendeZAP*.

Figura 14 – Página inicial da plataforma *AprendiZAP*



Fonte: *AprendiZAP* (2021)¹⁰⁴.

Figura 15 – *AprendiZAP* para alunos e para professores



Fonte: *AprendiZAP* (2021)¹⁰⁵.

Como é possível notar, temos mais um projeto de plataforma filiado à Base Nacional Comum Curricular, considerando os dizeres expressos no texto da Figura 14 (“exercícios gratuitos alinhados à BNCC”). Essa plataforma é direcionada aos alunos e aos professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental – anos finais – e do Ensino Médio; conta não só com o

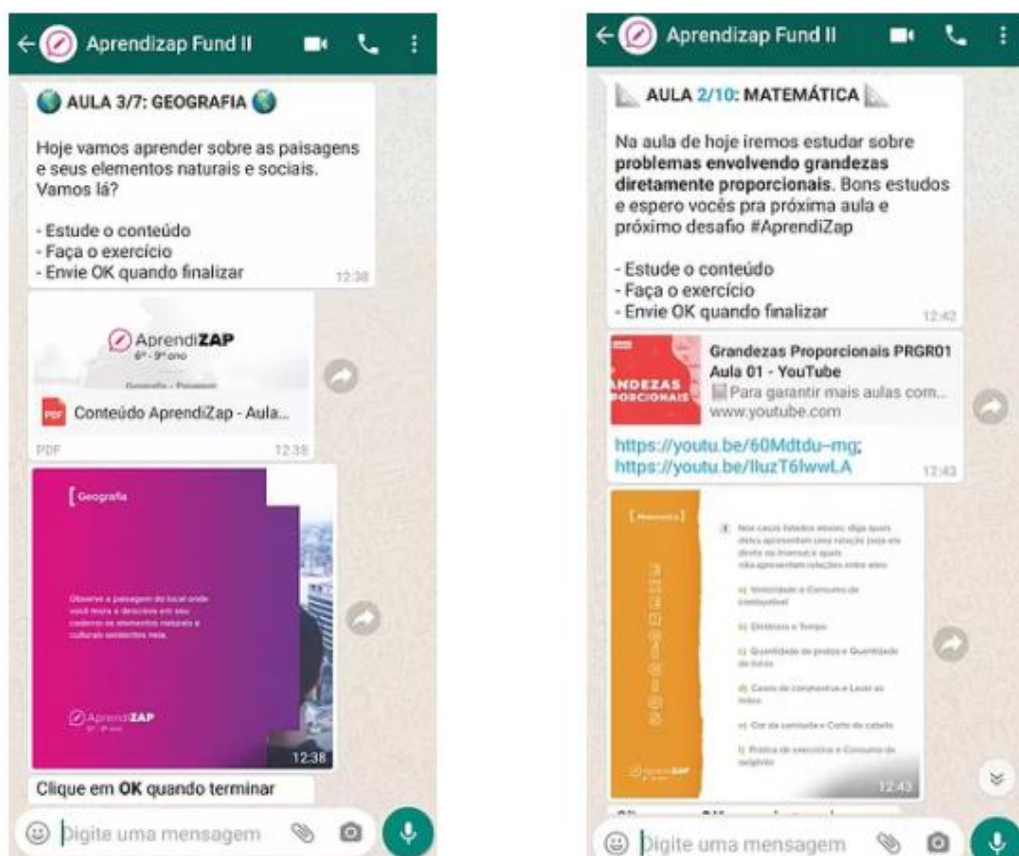
¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.aprendizap.com.br>. Acesso em: set. 2021.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://linktr.ee/aprendizap>. Acesso em: set. 2021.

apoio da Fundação Lemann, como também da Fundação 1Bi¹⁰⁶ pertencente ao grupo Movable¹⁰⁷.

Afinal, como funciona o *AprendiZAP*? Trata-se de uma conversa automática que endereça conteúdos e exercícios. Em termos basilares, o(a) aluno(a) encaminha uma mensagem para um robô; este, por sua vez, atribui uma resposta endereçando atividades em uma determinada sequência para todas as disciplinas obrigatórias do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (que, como vimos, culminam diretamente com os conteúdos da BNCC). A ideia é explícita: executar aulas prontas, padronizadas e a distância.

Figura 16 – *AprendiZAP* em ação



Fonte: *AprendiZAP* (2021).

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.fundacao1bi.com.br>. Acesso em: set 2021. Em seu site, encontramos, ao final, estas informações: “O Grupo Movable, apoiador da Fundação 1Bi, é um ecossistema de empresas de tecnologia com o sonho de impactar a vida de 1 bilhão de pessoas através de seus aplicativos. Para isso, busca e apoia negócios globais que compartilham desta mesma meta: iFood, Sympla, PlayKids, MovablePay e Zoop” (FUNDAÇÃO 1Bi, 2021, *on-line*).

¹⁰⁷ No site do grupo Movable, de imediato, percebemos o caráter empreendedor postulado. Leiamos o seguinte manifesto: “Acreditamos que construir uma sociedade mais justa é possível quando pessoas incríveis estão dispostas a transformar vidas, sair de sua zona de conforto e conquistar grandes sonhos” (MOVILE, 2021, *on-line*). Disponível em: <https://www.movable.com.br/>. Acesso em: set. 2021.

Ao explorar a plataforma, notamos que ela se subdivide em “*AprendeZAP* para Alunos” e “*AprendeZAP* para Professores” (Figura 15). No espaço destinado aos alunos, são destacados os seguintes benefícios:

Estude de graça pelo WhatsApp

Treine seus conhecimentos e habilidades de uma forma prática com uma ferramenta que já está no seu dia a dia.

Material de qualidade

Conteúdos criados por professores(as) especialistas.

Tecnologia na palma da mão

Tenha autonomia para organizar a sua rotina de estudos.

Economize no pacote de dados

O plano mais básico de internet já cobre o WhatsApp no seu celular (*APRENDIZAP PARA ALUNOS*, 2021, *on-line*, grifos da própria plataforma).

Por sua vez, no espaço reservado aos professores, têm-se estes benefícios:

Conteúdo pronto para reforço

Aulas criadas para você usar o WhatsApp como uma ferramenta de ensino.

Ferramenta gratuita

Economize no pacote de dados. Você e seus alunos(as) só precisam ter acesso ao WhatsApp.

Planejamento de acordo com a BNCC

Conteúdos criados por professores(as) especialistas, de acordo com as habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Adaptação para Novo Ensino Médio

Conteúdos do Ensino Médio organizados de acordo com áreas do conhecimento do Novo Ensino Médio.

Organização das aulas por WhatsApp

Compartilhe aulas prontas e exercícios para não sobrecarregar a sua rotina (*APRENDIZAP PARA PROFESSORES*, 2021, *on-line*, grifos da própria plataforma).

Ao estabelecer comparações, notamos que, para os alunos, prevalece-se a ideia da praticidade (treinamento de conhecimentos e habilidades de maneira aligeirada) e o desenvolvimento de autonomia para gerenciar a própria rotina de estudos em virtude do emprego da tecnologia; para os professores, impera-se o apontamento de compartilhar aulas já definidas, a fim de não sobrecarregar as suas tarefas cotidianas de cunho pedagógico. O

trabalho do professor se sintetiza nesta prática: criar aulas para serem compartilhadas pelo *WhatsApp*. O estudante não interage com o professor, e sim com robôs, conforme percebemos na Figura 16 e nas informações já apresentadas quanto ao funcionamento da plataforma. Ainda sobre o *AprendeZAP* para Professores, pedimos ao leitor que verifique a Figura 17.

Figura 17 – *AprendeZAP* Professores: conversa automática



Fonte: *AprendeZAP* para Professores (2021).

Neste momento, gostaríamos de chamar atenção para a questão da conversa automática. A função do professor é regulada à automação. O que temos é a substituição da ação humana e política do educador pelo emprego de robôs. Essa situação intrinsecamente a nossa batalha em oposição a uma cultura hegemônica cujo ideário é justamente o de disseminar ser perfeitamente possível empreender digitalmente no campo educacional em tempos pandêmicos. Afinal, o que realmente significa: “**Material de qualidade**. Conteúdos criados por professores(as) especialistas” (*APRENDEZAP PARA ALUNOS*, 2021, *on-line*, grifos da própria plataforma)? O mais coeso seria readequar essa frase para: ‘Conteúdos e exercícios criados por “professores 4.0”’ (PEREIRA; EVANGELISTA, 2019), uma formação preconizada, aliás, pela BNCC, ao centrarmos nosso olhar para as competências tecnológicas¹⁰⁸. Por meio de uma ação “filantrópica”, a Fundação Lemann patrocina inovações à educação pública.

¹⁰⁸ A competência geral de número 5 da educação básica salienta as tecnologias digitais. Leiamos: “Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar

Particularmente sobre a questão de um ‘professor 4.0’, retomemos as especificidades do conceito de hegemonia em Antonio Gramsci: um pensamento hegemônico permite a consolidação de uma nova racionalidade. Na quarta seção desta pesquisa, realizamos o seguinte questionamento: dada a cultura digital na qual vivenciamos, poderíamos depreender que o fenômeno da plataformização nos conduz a um novo patamar civilizatório? Diante do uso de robôs, corporificados na ação docente, constatamos a criação desse novo patamar. O uso da Inteligência Artificial (IA), por exemplo, acentua-se de forma deveras visível, ao contribuir para a constituição de novos modos de sociabilidade. É exatamente em um cenário de neoliberalismo digital que observamos ressignificações das mais variadas égides, e um exemplo delas concerne à dinâmica em que a plataforma *AprendeZap* é operada.

Mais detidamente acerca da funcionalidade do *AprendeZAP* para Alunos, na plataforma, ainda há a exposição das seguintes informações:

Como funciona?

O AprendeZAP é uma conversa automática que envia aulas prontas e exercícios gratuitos para alunos(as) do 6º ao 9º ano e Ensino Médio.

Acesse o AprendeZAP

Envie uma mensagem para (11) 97450-6763 e inicie a conversa automática para configurar o seu ano de estudo.

Escolha o conteúdo

Selecione o ano, a disciplina e o assunto que você deseja estudar.

Receba os conteúdos gratuitos

Após receber os conteúdos, é só você se organizar para começar o seu reforço escolar.

Finalize os exercícios

Após finalizar, envie um “Ok” para receber a próxima lista de conteúdos! (*APRENDEZAP PARA ALUNOS*, 2021, *on-line*, grifos da própria plataforma).

Gramsci, em um de seus Cadernos do Cárcere, especificamente o volume 5: “O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália”, proferiu estas pertinentes reflexões:

Sob que formas e com quais meios os moderados conseguiram estabelecer o aparelho (o mecanismo) de sua hegemonia intelectual, moral e política? Sob formas e com meios que se podem chamar “liberais”, isto é, através da iniciativa individual, “molecular”, “privada” [...] (GRAMSCI, 2015, p. 55).

Subsidiados em Gramsci (2015), podemos conjecturar que a plataforma *AprendeZAP* se equipara a um aparelho (mecanismo) que contribui, dentre outros aspectos, mecanismos e plataformas, para a formação de uma hegemonia intelectual ao promulgar a construção de uma nova forma de sociabilidade para a educação: o desenvolvimento de ações aligeiradas, mecânicas, técnicas. O docente produz – ou, como a própria plataforma enfatiza, “cria” conteúdos, conforme lemos em: “**Conteúdo pronto para reforço**. Aulas criadas para você usar o WhatsApp como uma ferramenta de ensino” (*APRENDIZAP PARA PROFESSORES*, 2021, *on-line*, grifos da própria plataforma) – e o seu material é circulado pelo *WhatsApp* em uma estrutura de diálogo imediato, pronto. Eis que um novo modo de ‘fazer educação’ foi concebido. Além de ter como apoiadora a Fundação Lemann, a plataforma apresenta parcerias com outros institutos, empresas. Verifiquemos na Figura 18.

Figura 18 – Parceiros da plataforma *AprendeZAP*



Fonte: *AprendeZAP* (2021).

Com a realização da Fundação 1Bi, verificamos o apoio do Instituto Sonho Grande, das empresas *Sinch* e *iFood*, esta última sendo um *delivery on-line* de alimentos. No site *iFood News*¹⁰⁹, encontramos as seguintes informações divulgadas em 21 de julho de 2021: “O *iFood* está investindo na expansão do *AprendeZAP* para que as trilhas de aprendizado sejam implementadas em parceria com a Secretaria de Educação Estadual de São Paulo” (*IFOOD...*, 2021, *on-line*). Questionamos: qual é, efetivamente, o interesse do *iFood* na expansão do projeto de plataforma *AprendeZAP*? O que deve ser entendido por ‘trilhas de aprendizado’?

¹⁰⁹ Disponível em: <https://news.ifood.com.br/ifood-alcanca-a-marca-de-300-mil-pessoas-impactadas-nos-cursos-de-capacitacao-e-amplia-formacao-em-gestao-para-parceiros-restaurantes/>. Acesso em: set. 2021.

Novamente, registramos perguntas que constituem meios de reflexão sobre as novas especificidades que vêm sendo atribuídas à educação.

Diante desse cenário, notamos que há a predominância de um projeto para tonificar uma perspectiva política e social que venha a ser preservada por diversos grupos e sujeitos inseridos na sociedade (professores, gestores, organizações dos mais variados segmentos, empresários, estudantes etc.). É inevitável não refletir, mais uma vez, que se demarca um controle político-social de pensamento, especialmente em uma cultura digital plataformizada com o ideário de ‘professor criador de conteúdo’, um ‘docente 4.0’. Costa (2011), comentador das obras de Gramsci, já apresentava as reflexões do filósofo italiano quanto à hegemonia, focando-se no feito de criar uma nova cultura, com base nas especificidades que constituem um pensamento entendido como hegemônico. Nessa nova cultura, a sociabilidade se torna plataformizada; professores assumem, portanto, a condição de ‘*Edutubers*’, exatamente como ocorre na plataforma *YouTube Edu*, outro projeto relacionado à Fundação Lemann e que veremos na subseção seguinte.

5.2.2 *YouTube Edu* e a ressignificação do professor para *Edutuber*: uma parceria entre Google e Fundação Lemann

Figura 19 – *Edutuber*: a nova geração de educadores



Fonte: Conheça... (2017).

Se você é professor, você precisa conhecer as pessoas que estão revolucionando a forma de ensinar. Aprender não precisa ser chato e monótono e pode ser transformador, engraçado, descontraído e tecnológico. O YouTube é a maior plataforma de vídeos do mundo e os vídeos educativos ultrapassam os 20 milhões de inscritos em seus diversos canais. Os *Edutubers*, professores que ensinam através de vídeos no YouTube, tornam-se celebridades do ensino e democratizam o aprendizado, pois a Internet

chega na casa da classe A e da classe C. [...] (CONHEÇA..., 2017, *on-line*)¹¹⁰.

Em parceria com o *Google*, a Fundação Lemann lançou o projeto *YouTube Edu*¹¹¹ em 2013, com a missão de organizar vídeos de educação. Trata-se de uma plataforma que reúne conteúdos de educação gratuitos para professores, estudantes e escolas do Brasil. O canal fez do Brasil o primeiro país a receber a versão do projeto fora dos Estados Unidos. Aparentemente, uma proposta muito pertinente ao campo educacional. Inclusive, um dos diferenciais da plataforma é propiciar que os estudantes selecionem o professor que melhor se adequa ao seu perfil. Nesse espaço, o docente é caracterizado como um “*Edutuber*”, isto é, um agente social que produz vídeos de teor educativo para serem divulgados pela plataforma. No site da Fundação Lemann, localizamos determinadas informações a respeito desse projeto, as quais transcreveremos na sequência.

O *YouTube Edu* é uma parceria da Fundação Lemann e do Google que reúne os melhores conteúdos educacionais do YouTube. Com a nossa curadoria, a plataforma tem videoaulas para o Ensino Fundamental e Ensino Médio com mais de 3 bilhões de visualizações. Ali você encontrará professores que já ensinam alunos e inspiram outros educadores expandindo os limites da sala de aula com abordagens inovadoras. Venha conhecer novas formas de ensinar! (FUNDAÇÃO LEMANN, 2021, *on-line*).

Na plataforma do *YouTube*, ao acessarmos o respectivo canal, encontramos as seguintes informações na seção “Sobre”:

Olá, seja bem-vindo(a) à Plataforma *YouTube Edu*!

Se você estiver fazendo uma pesquisa para um projeto, precisando de ajuda em sua tarefa escolar ou apenas querendo aprender algo novo, aqui é o seu lugar!

Se você é professor, no *YouTube Edu* você poderá submeter suas videoaulas para publicação, ou ainda escolher outras aulas para utilizar com seus alunos! O projeto é uma parceria entre a Fundação Lemann e o Google, para a criação de uma página exclusiva do YouTube, na qual professores, gestores e alunos podem encontrar conteúdos educacionais gratuitos e de qualidade, em Português. A curadoria dos vídeos foi feita por professores especialistas e altamente capacitados, selecionados pelo Sistema de Ensino Poliedro e coordenados pela Fundação Lemann. Os conteúdos disponíveis são voltados para os níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio, englobando as disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.ibfpos.com.br/noticias-976-conheca-os-edutubers-pessoas-que-estao-revolucionando-a-forma-de-ensinar-pela-internet>. Acesso em: set. 2021.

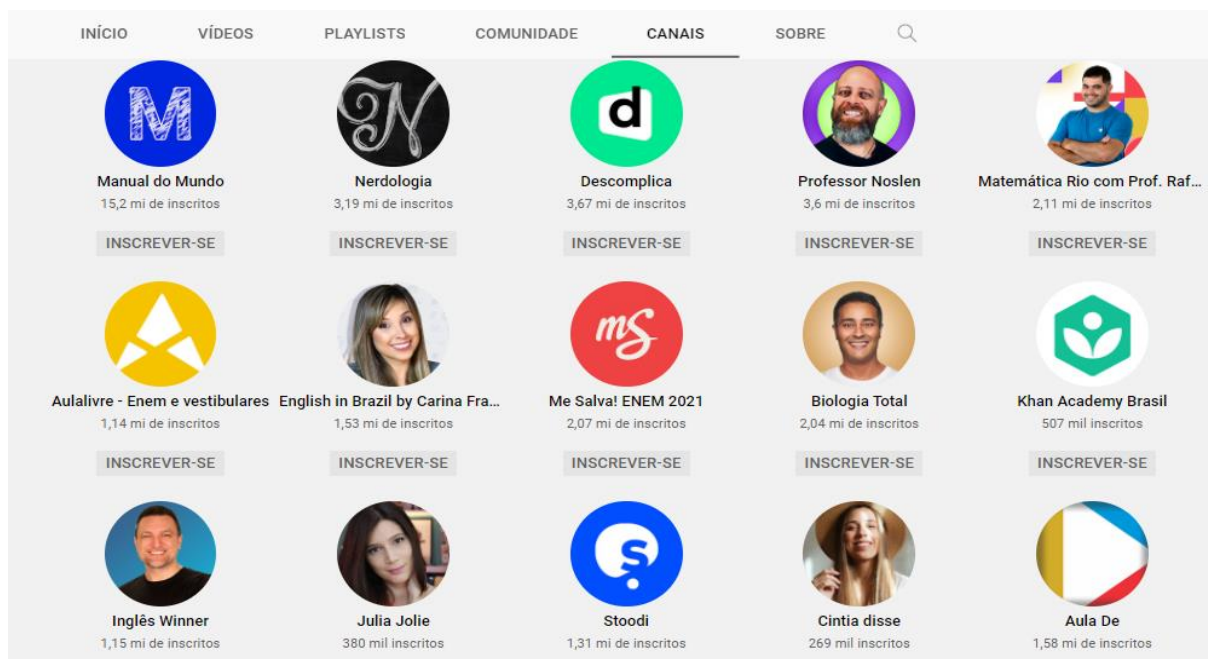
¹¹¹ Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCs_n045yHUIC-CR2s8AjIwg/edu. Acesso em: set. 2021.

(Química, Física e Biologia), História, Geografia, Língua Espanhola e Língua Inglesa (*YOUTUBE EDU*, 2021, *on-line*).

Novamente, observamos o emprego da palavra ‘curadoria’, assim como vimos na plataforma *Aprendendo Sempre*, também apoiada pela Fundação em foco. Para entendermos, de maneira mais inteligível, o significado de ‘curadoria’, recorreremos ao Dicionário Enciclopédico Brasileiro Solar (1971, p. 482), que nos apresenta a seguinte definição: “Cargo de curador; repartição onde o curador exerce suas funções”. Etimologicamente, a origem da palavra se reporta ao latim “*curator*”, que aponta para a ideia de ser ‘aquele que administra, que tem cuidado’. No contexto educacional, entendamos a curadoria como uma espécie de tutoria, uma assessoria pedagógica para que haja a transposição de conteúdos, informações, matérias de forma bem gerenciada.

Dois aspectos ressaltamos da citação que inaugura esta subseção: a quantidade de inscritos que recorrem ao uso da plataforma e a informação de que a internet chega nos lares das classes A e C, como reporta o texto (entretanto, pensemos em um contexto social no qual engloba todas as classes econômicas: de ‘A’ a ‘E’). Referente ao primeiro, o *YouTube Edu* demarca o seu espaço no *YouTube* como um dos projetos de referência de educação para estudos voltados, por exemplo, ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), já que o espaço reúne dezenas de canais selecionados por especialistas no assunto, a partir de uma curadoria que contempla disciplinas diversas, como Língua Portuguesa, Espanhol, História, Inglês, Física, dentre outras. Podemos pressupor que, dada a quantidade de inscritos em seus múltiplos canais, há a solidificação de efeitos de rede (SRNICEK, 2017) dentro do próprio ambiente digital. Para exemplificar, vejamos, na Figura 20, a quantidade de canais concentrados no interior da plataforma.

Figura 20 – Alguns canais provenientes do *YouTube Edu*



Fonte: *YouTube Edu* (2021).

“Manual do Mundo”, “Descomplica”, “Biologia total”, “Me Salva! ENEM 2021”, “Aulalivre – Enem e vestibulares”. Esses são alguns dos canais inseridos dentro do campo da plataforma digital *YouTube Edu*. Destacamos 15, mas há muitos outros que necessitariam de uma quantidade significativa de figuras para ilustrar. Lembremos das ponderações de Srnicek (2017) no que concerne aos efeitos de rede: quanto mais usuários aderem a uma plataforma, a um ambiente digital, mais valiosa essa plataforma se torna, de modo a instituir parâmetros e condutas a serem seguidas, contempladas, consideradas, a fim de fortalecerem tais efeitos. Se somarmos os números de inscritos dos 15 canais apresentados na Figura 20, chegaremos a um valor deveras expressivo de usuários. Trata-se, portanto, de uma conectividade rizomática entre os canais que comportam o *YouTube Edu* disputando um objeto nesse campo: a educação.

Quanto ao segundo aspecto que mencionamos acerca da citação introdutória desta subseção, refletimos: em um contexto de intensa e brutal desigualdade social, a internet consegue, realmente, abarcar todos os estudantes que almejam, por exemplo, passar pela avaliação do ENEM? Os estudantes brasileiros, em sua maioria, são contemplados com os conteúdos da plataforma de forma similar? Todos têm oportunidades de seguirem rotinas de estudos e desfrutarem dos inúmeros canais imersos nesse ambiente digital? Gostaríamos de deixar essas indagações para pontuais reflexões. Não estamos, aqui, com o intento de afirmar que a ideia do projeto *YouTube Edu* não deve se concretizar e/ou progredir. Nossa finalidade,

enquanto pesquisadores da área da Educação, defensores de uma educação para além do capital e com o potencial de transformação social, consiste em ensejar discussões que nos permitam pensar o contexto de influência de determinados projetos e como a educação é vislumbrada em um cenário visceralmente performático, utilitarista, produtivista, heterogêneo e desproporcional.

Sobre a ressignificação da figura do professor para um *Edutuber*, um questionamento deve ser suscitado: os docentes inseridos no campo das plataformas digitais passam por um processo de operacionalização para a produção de seus conteúdos? Definitivamente, sim. Para fazerem jus a caracterização de *Edutubers*, tal como no projeto *YouTube Edu*, eles estão dispostos a seguir as regras do jogo, de modo a se integrarem ao campo da educação reestruturado em uma cultura digital. Assim como no campo acadêmico, há a busca pelo prestígio, pelo reconhecimento na condição de *Edutubers*, a personificação do ‘professor moderno’. Em relação às especificidades do conceito de campo, Jourdain e Naulin (2017, p. 150) explicam que, para Bourdieu, o campo

[...] é, portanto, de um ponto de vista dinâmico, [...] um campo de lutas. Os agentes aí se enfrentam (com meios que dependem de sua posição no seio do campo de forças) para conservar ou transformar a relação de força inicial, portanto, a estrutura do campo.

Nesse enfrentamento, os agentes, estando em uma posição abaixo dos dominantes, adequam-se conforme as especificidades são instauradas no campo. Tais especificidades equivalem justamente às regras que carecem de ser seguidas para preservar posições e operar à lógica de comportamentos hegemônicos. No caso da plataforma *YouTube Edu*, as regras do campo (BOURDIEU, 2011a; JOURDAIN; NAULIN, 2017) são postas: assumir a condição de *Edutubers*; produzir conteúdo para o canal; pensar em estratégias para gerar *likes* (curtidas) para cada vídeo publicado; captar cada vez mais estudantes, professores e demais interessados; estar sempre em busca de aumentar os números de visualizações dos conteúdos inseridos no canal; progredir-se em um cenário plataformizado e que opera à lógica de uma economia digital.

A propósito, considerando que o projeto é proveniente da Fundação Lemann, a ideia de educação enquanto um produto disponível à lógica do mercado, e não como um meio de transformação social, um direito universal, vigora-se intensamente. O objetivo por trás de todos os projetos educacionais da referida Fundação é contribuir para que o país seja capaz de oferecer uma educação de ‘alto nível para todos’. Concernente ao exposto, direcionamos

nossas reflexões para a questão da filantropia, evidentemente enfatizada pela Fundação em seu site ou em demais notícias referentes a seus projetos. Avelar (2019, p. 78) faz um crítico apontamento sobre a ação filantrópica na política educacional brasileira proveniente, por exemplo, de empresários. A seguir, reproduzimos suas ponderações.

[...] ao contrário de governos que passam por eleições, ou de corporações que ao menos possuem acionistas a quem responder, a filantropia é capaz de cruzar as fronteiras entre público e privado sem prestar contas aos seus diversos atores. A participação na política educacional não pode ser determinada pela posse (individual ou em grupo) de capital financeiro ou social. Se a filantropia empresarial possui (ou quer possuir) um papel tão determinante na política educacional brasileira, ela precisa se submeter a critérios de transparência e de controle social muito mais rigorosos, a começar pela publicação de informações financeiras detalhadas dos movimentos, institutos e fundações que financia.

Dessa forma, com um discurso calcado na filantropia, empresários, investidores, economistas e demais instituições, cujo enfoque seja o de instaurar plataformas com a finalidade de ‘educar’, colocam em disputa a educação sob um novo prisma: digitalmente acessível, moderna, transformadora e com ‘equidade’ (senso de justiça para todos ou a um grupo em específico?). Aliás, compete lembrar que o princípio da equidade requer o reconhecimento das desigualdades existentes entre os sujeitos; fomenta-se, com isso, uma necessidade de possibilitar a determinados grupos uma proteção particular diante de suas vulnerabilidades. Azevedo (2013, p. 131), ao tecer reflexões sobre o entendimento quanto aos princípios de igualdade e equidade, expõe:

[...] igualdade e equidade constituem valores essenciais para a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e da solidariedade. Isto porque, quando grupos e indivíduos têm seus destinos entregues ao livre jogo do mercado, a tendência é o crescimento das diferenças sociais, do egoísmo possessivo e das mazelas características da sociedade capitalista.

É notório que vivemos em uma sociedade capitalista – e não podemos deixar de acrescentar: digitalmente neoliberalizada e plataformizada. É justamente nesse cenário que, para cada agente social imerso em um campo, compete a ação de se moldar às regras do jogo, ora por questões de sobrevivência para funcionar aos preceitos do jogo do mercado e de sua dinâmica em determinado segmento – entendamos o *YouTube Edu* como um projeto de plataforma compenetrado nessa racionalidade, já que os agentes sociais situados no ecossistema de ensino plataformizado *YouTube*, no caso, os *EduTubers*, precisam

instrumentalizar seus labores para corresponderem ao *status* de ‘professor 4.0’, ora para se inserir simplesmente em um espaço social com o intento de recorrer ao prestígio, a posições benquistas, a uma hierarquia que ratifica diferenças sociais e práticas muito distantes da solidariedade, da promoção da justiça social. Na subseção seguinte, adentraremos na última plataforma a ser analisada, a qual também se pauta em conteúdos voltados para o ENEM e outros vestibulares, como o *YouTube Edu*. Trata-se da plataforma *Resolve Sim*.

5.3 PLATAFORMA *RESOLVE SIM* E A PARCERIA COM A SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (SEDUC-RS): PARA ONDE VÃO OS DADOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA?

Figura 21 – Página inicial da plataforma *Resolve Sim*



Fonte: *Resolve Sim* (2021).

ALUNOS DA REDE PÚBLICA AGORA TÊM UM GRANDE APOIO NA PREPARAÇÃO PARA O ENEM E VESTIBULARES A DISTÂNCIA.

O *Resolve Sim* é uma plataforma que une a qualidade de conteúdos exclusivos da Eleva Educação¹¹² com a tecnologia da Estácio¹¹³, a melhor rede de ensino a distância no Brasil. Aqui você conta com aulas divertidas, temas ilustrados, plano de estudos e tarefas que são acompanhadas pelos melhores professores (*RESOLVE SIM*, 2021, *on-line*)¹¹⁴.

Como perceptível, a plataforma *Resolve Sim* é exclusivamente voltada para estudos preparatórios com foco no ENEM e em demais vestibulares, mirando-se nos alunos do ensino

¹¹² Disponível em: <https://elevaeducacao.com.br>. Acesso em: out. 2021.

¹¹³ Disponível em: <http://www.estacio.com.br>. Acesso em: out. 2021.

¹¹⁴ Disponível em: <https://www.resolve-sim.com.br>. Acesso em: out. 2021.

médio. No ambiente digital, verificamos suas parceiras: a empresa Eleva Educação e a Universidade Estácio, sendo que o uso das tecnologias da segunda parceira é bem acentuado pela própria plataforma. Chama-nos atenção a informação de que o projeto foi realizado em ‘tempo recorde’ para atender aos estudantes do ensino médio situados no estado do Rio Grande do Sul: “Um projeto feito em tempo recorde para ajudar você a chegar lá. Alunos da rede pública agora têm um grande apoio na preparação para o ENEM” (*RESOLVE SIM*, 2021, *on-line*).

Um dos responsáveis pela parceria entre o governo do Rio Grande do Sul – a Secretaria de Educação Estadual – e a iniciativa privada – Eleva Educação e Estácio – é o apresentador Luciano Huck¹¹⁵. Inclusive, ele participou da transmissão *on-line* de anúncio da plataforma. Segundo o governador Eduardo Leite (2019-), o Rio Grande do Sul é o primeiro estado a utilizar a plataforma *Resolve Sim* em suas aulas. Conforme destacado por ele mesmo no *Twitter* – outra rede social com notória popularidade –, exatamente no dia 9 de julho de 2020:

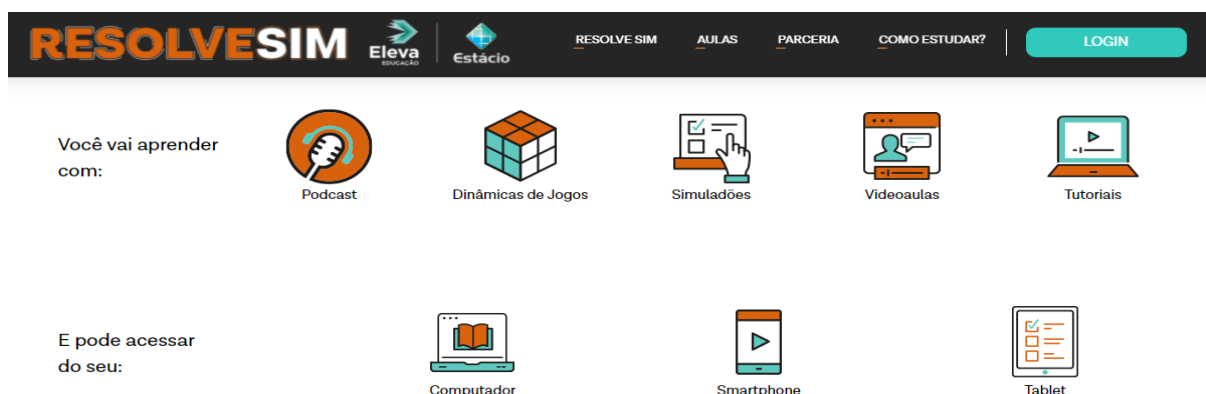
Anunciamos hoje a parceria com a *Resolve Sim*, plataforma inédita que oferecerá conteúdos aos 235 mil estudantes do Ensino Médio gaúcho, em especial aos 66 mil alunos do 3º ano. A plataforma será gratuita, tanto para os alunos como para o Estado (GOVERNO..., 2020, *on-line*)¹¹⁶.

Como, de fato, funciona a plataforma? O estudante pode selecionar as disciplinas, as quais se organizam em quatro áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Linguagens e Códigos, Matemática e Ciências da Natureza. Também há uma área especial de provas de preparação, denominando-se “Simuladão”. Quanto ao compartilhamento de materiais, *e-books*, temas ilustrados, infográficos, *games*, vídeos, planos de estudos e tarefas com acompanhamento de professores e tutores ficam à disposição no ambiente. Importante mencionar que os alunos terão acesso à plataforma após efetuarem o login no *Google Classroom*. Para ratificar essas informações, no intuito de explorar um pouco mais a plataforma, somos conduzidos à seção “Como estudar?”, encontrando as informações expressas na Figura 22.

¹¹⁵ Essa informação pode ser encontrada no *site* G1 RS, disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/07/09/governo-do-rs-anuncia-plataforma-de-conteudos-do-ensino-medio-para-estudantes-da-rede-publica.ghtml>. Acesso em: out. 2021.

¹¹⁶ Vide *link* da nota anterior.

Figura 22 – Como estudar na plataforma *Resolve Sim*



Fonte: *Resolve Sim* (2021).

É certo que os recursos apresentados (*podcast*, videoaulas, dinâmicas etc.), ainda mais em contexto pandêmico, são muito requisitados e necessários para a condução dos processos educacionais. Todavia, a própria plataforma expressa que o projeto é voltado a alunos da rede pública e a forma de acesso aos conteúdos da *Resolve Sim* consiste no uso de computadores, *smartphones* e *tablets*. Sabemos a quantidade de complexidades existentes nos espaços educacionais públicos e em determinadas regiões de nosso país, a contar com problemas de infraestrutura, falta de recursos, equipamentos e conexões adequadas para a efetivação de uma boa rotina de estudos àquilo que ficou amplamente conhecido como ‘ensino remoto’ (em muitos casos, dada a forma como os trabalhos foram orquestrados, um ensino a distância).

A fim de entendermos, com mais ênfase, o contexto de produção da plataforma, voltemos a nossa atenção para o texto do jornalista Luís Eduardo Gomes, publicado em 29 de julho de 2020 no site *Sul21*, exatos vinte dias após o governador Eduardo Leite anunciar a plataforma em seu *Twitter*. A seguir, apresentaremos alguns fragmentos que contribuirão para as nossas reflexões.

No dia 9 de julho, o governador Eduardo Leite (RS) realizou uma transmissão pelas redes sociais ao lado do apresentador Luciano Huck para anunciar uma parceria com a plataforma *Resolve Sim*, da qual o global é representante, que trará conteúdos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio a estudantes da rede estadual de ensino. Na ocasião, o governador afirmou que a “plataforma será gratuita, tanto para os alunos como para o Estado”.

[...]

Em junho, a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (Seduc-RS) já havia firmado uma parceria com a Google para o uso da plataforma Classroom (ou Sala de Aula, em português) para que alunos e professores pudessem criar uma conta para ter acesso a ambientes de aulas virtuais e a

um e-mail que daria acesso a internet “patrocinada” para docentes e discentes durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Conforme anunciado, a ideia era usar a plataforma da Google para proporcionar a criação de mais de 37 mil turmas espelhadas e mais de 300 mil ambientes virtuais divididos por componentes curriculares.

A pergunta que fica é: essas parcerias são realmente gratuitas? (GOMES, 2020, *on-line*)¹¹⁷.

A pergunta proferida pelo jornalista nos inquieta. Diante dos postulados teóricos que estudamos, por exemplo, a partir de Srnicek (2017), nossas ponderações nos levam a entender que o intento das empresas não é precisamente a comercialização dos dados para fins de publicidade, mas, sim, os dados produzidos por quem acessa as plataformas. No mesmo texto, Gomes (2020) expõe a análise do professor Rafael Evangelista, Doutor em Antropologia, professor do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural e do Laboratório de Jornalismo da Unicamp, ao elucidar que

[...] junto com as grandes plataformas, há empresas menores que estão responsáveis por fazer uma espécie de “passagem” no local, isto é, um trabalho de intermediação junto a governos e vender também seus produtos, onde poderia entrar a plataforma promovida por Luciano Huck. A gente não tem bem claro quais acordos existem entre eles. Tem toda essa imagem de modernidade, progresso, mas, na verdade, estão vendendo uma tecnologia empacotada, feita em outro lugar, com outros propósitos, com outra visão do que é educação. [...] (GOMES, 2020, *on-line*).

Eis o ponto: qual visão de educação é implantada? Quando pensamos na ideia de ‘tecnologia empacotada’, focando-nos no cenário da plataformização, compreendemos que a educação também perpassa pelo aspecto de ser ‘empacotada’. É um produto: compartilhado, transmitido, repassado. Os valores não se alteram: demarcam-se sempre ideais de progresso, modernidade; soluções, qualidade; realidades que não coadunam com os severos contextos de desigualdade que imperam não só no Brasil, mas no mundo todo.

No âmago dessa discussão, Gomes (2020), ainda no mesmo texto, recorre à Clarice Dal Médico, vice-diretora da Escola Estadual Cândido José de Godói, localizada na zona norte de Porto Alegre. Apresenta-se a informação de que, desde o início da pandemia,

[...] a direção da escola tem se preocupado com a proteção dos dados dos estudantes e professores nas plataformas digitais. “No momento em que a gente posta uma coisa numa plataforma que outras pessoas têm acesso, a

¹¹⁷ Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2020/07/educacao-vigiada-em-troca-de-parcerias-gratuitas-governos-entregam-a-grandes-empresas-dados-da-educacao-publica/>. Acesso em: out. 2021.

gente não tem certeza do que vai ser feito com o que está postado”, [...]. Em razão disso, [a vice-diretora] optou por adotar uma plataforma diferente da Google Sala de Aula, acessada por meio do e-mail, por onde também é feito o contato com os alunos. Em maio, também enviou um documento à Seduc perguntando sobre quais eram as salvaguardas para a proteção de dados dos alunos, dos professores e das aulas postadas na plataforma da empresa norte-americana. “O governo não nos respondeu até hoje” (GOMES, 2020, *online*).

Nessa lógica, embora se demarque um valor mercadológico nos dados pessoais e no que podemos entender por dados sensíveis (histórico de doenças de familiares, questões concernentes à orientação sexual, dentre outros aspectos), o valor mais significativo se respalda nos dados produzidos a partir do uso das plataformas. Isso, aliás, pode ser entendido como metadados, conforme Srnicek (2017) chama atenção. Ainda nas ponderações do autor, lemos:

[...] gerar os algoritmos adequados pode envolver a entrada manual de conjuntos de aprendizagem em um sistema. Ao todo, isso significa que a coleta de dados hoje depende de uma vasta infraestrutura para sentir, registrar e analisar. O que é registrado? Simplificando, devemos considerar os *dados* como a matéria-prima que deve ser extraída e as *atividades* dos usuários como a fonte natural dessa matéria-prima. Assim como o petróleo, os dados são um material a ser extraído, refinado e usado de várias maneiras. Quanto mais dados se tem, mais usos podemos fazer deles (SRNICEK, 2017, p. 23, grifos do autor, tradução nossa)¹¹⁸.

Nesse sentido, relacionando os postulados de Srnicek (2017) quanto à funcionalidade da plataforma *Resolve Sim*, analisamos que, quanto mais estudantes da rede pública acessam à plataforma, mais dados são gerados, tornando-os efetivamente valiosos. Essa prática, sem dúvidas, confere um caráter rentável para uma empresa expandir os seus produtos ao maior número possível de sujeitos ou de outras instituições, ornamentando-se sempre com o discurso de se tratar de uma ação ‘gratuita’. Por esse motivo, proferimos a indagação constante no título desta subseção: para onde vão os dados da educação pública? E complementamos: a extração dos dados da plataforma *Resolve Sim* se orienta para um meio de prever comportamentos, condutas e sociabilidades no âmbito do ensino público?

¹¹⁸ [...] generating the proper algorithms can involve the manual entry of learning sets into a system. Altogether, this means that the collection of data today is dependent on a vast infrastructure to sense, record, and analyse. What is recorded? Simply put, we should consider *data* to be the raw material that must be extracted, and the *activities* of users to be the natural source of this raw material. Just like oil, data are a material to be extracted, refined, and used in a variety of ways. The more data one has, the more uses one can make of them.

A finalidade assumida é enfática: quanto mais sujeitos produzem sociabilidades dentro de plataformas que compartilham da ideia da promoção de ‘qualidade’, ‘soluções educacionais’, ‘modernidade’ e ‘dinamicidade’, sejam relações educacionais, sejam relações de compra, mais lucrativos os negócios se tornam. Trata-se da lógica operante de um neoliberalismo digital em tempos de capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017). São comportamentos hegemônicos (GRAMSCI, 1999; DIAS, 2006; COSTA, 2011), uma vez que variadas plataformas, como as analisadas nesta pesquisa, estabelecem formas de conduta similares. Todas essas plataformas se organizam em campos disputando objetos (BOURDIEU, 2011a; JOURDAIN; NAULIN, 2017) que culminam na educação sob a característica de produto.

A fim de reunir as informações depreendidas acerca das plataformas analisadas nesta quinta seção, elaboramos o Quadro 5. Depois da exposição desse quadro, apresentaremos as nossas reflexões finais.

Quadro 5 – Informações sintetizadas a respeito das plataformas analisadas

Plataformas analisadas	Informações sintetizadas
<i>Canvas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecida por ter uma interface simples, fácil de usar e aberta a inovações. - Atuação no campo da educação em nível nacional e internacional (Brasil, Chile, Argentina, Colômbia, Peru, Honduras e México). - Conectividade rizomática traduzida nos seus efeitos de rede, tendo em vista os modos de propagação e de destaque instituídos pela plataforma para sempre estar em evidência. - Plataforma é vista como uma solução tecnológica para facilitar o ensino e a aprendizagem. É compreendida, além disso, como um ecossistema que contempla a ideia de aprendizado aberto, sem limites.
<i>Aprendendo Sempre</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Também faz uso do vocábulo “soluções”, que culmina, nesse caso, no projeto de gestão com foco em resultados. - Há a potencialização de ferramentas tecnológicas ou didáticas para oferecer “soluções” (novamente a palavra) que auxiliem no gerenciamento da crise. - Conteúdos alinhados à BNCC.
<i>AprendeZAP</i>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>AprendeZAP</i> para alunos: fomento à ideia da praticidade (treinamento de conhecimentos e habilidades de maneira aligeirada) e ao desenvolvimento de autonomia para gerenciar a

	<p>própria rotina de estudos em virtude da tecnologia, sem, aparentemente, haver um processo de mediação entre estudante e docente.</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>AprendiZAP</i> para professores: compartilhamento de aulas já prontas. Nos benefícios destinados aos docentes, destaca-se a expressão ‘aulas criadas’. - Conteúdos alinhados à BNCC. - Conversa automática pelo <i>WhatsApp</i> (estudante interage com um robô – uso intenso de Inteligência Artificial –, e não com o professor, que fica responsável, como pontuado, pela tarefa de ‘criar’ aulas, acompanhando brevemente o resultado/progresso do aluno diante dos conteúdos compartilhados pela conversa automática).
<i>YouTube EDU</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Professores são caracterizados como <i>EduTubers</i>. - Há inúmeros canais no âmbito da plataforma, de modo a possibilitar uma conectividade rizomática entre eles. - O <i>EduTuber</i> que melhor se adequar ao estilo de um determinado estudante, inscrito no ambiente digital, tem chances de ser selecionado para que suas videoaulas sejam assistidas. - Projeto foi concebido por meio de uma parceria entre <i>Google</i> e Fundação Lemann.
<i>Resolve Sim</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Público da plataforma é bem demarcado: alunos do ensino médio da rede pública do Rio Grande do Sul em preparação para o ENEM e demais vestibulares. - Parceria do governo do Rio Grande do Sul com a iniciativa privada (Eleva Educação e Estácio). - Questões suscitadas para reflexão: trata-se, realmente, de uma parceria ‘gratuita’? Como os dados da educação pública são operados dentro da plataforma e para onde são exportados (acrescenta-se a pergunta: e com qual finalidade?).

Fonte: elaboração própria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Soluções de LMS do *Canvas* para escolas e outros

O *Canvas* facilita o ensino e a aprendizagem para todos, desde os alunos mais novos até professores universitários e líderes de empresas. [...] (*INSTRUCTURE – CANVAS, 2021, on-line*)¹¹⁹.

O capitalismo, quando surge uma crise, tende a ser reestruturado. Novas tecnologias, novas formas organizacionais, novos modos de exploração, novos tipos de empregos e novos mercados emergem para criar uma nova forma de acumular capital (SRNICEK, 2017, p. 21, tradução nossa¹²⁰).

No quadro referente às informações depreendidas acerca das plataformas analisadas nesta pesquisa, pudemos verificar que todos esses ambientes digitais se constituem como inovações, soluções educacionais e projetos firmados no ideário de qualidade. A título de conhecimento, destacamos uma frase possível de ser encontrada na página inicial da *Instructure*, sem precisar recorrer a alguma seção. A plataforma *Canvas* é compreendida como uma solução, com o intento de facilitar o ensino e a aprendizagem para todos. Na sequência, consideramos relevante abordar o apontamento de Srnicek (2017) a respeito da reestruturação do capitalismo; um dos aspectos que contribui para essa reestruturação é justamente o surgimento de novas tecnologias, e aqui nos reportamos às plataformas, as quais implantam maneiras hegemônicas que alteram a configuração da sociabilidade. No caso da educação, área em que esta pesquisa se insere, tem-se o emprego frequente da palavra ‘inovação’ que, amiudadamente, está associada à noção de qualidade, como vimos no decorrer de nossas reflexões.

Ademais, tivemos a oportunidade de assimilar que o neoliberalismo, conforme postulam Dardot e Laval (2016), corresponde a um movimento que altera subjetividades, sistematizando pensamentos e formas de conduta. Atrelado a um cenário tecnológico e informatizado, assume uma faceta digital e novas sociabilidades são instauradas: professores no campo das plataformas digitais se tornam *Edutubers*; conversas automáticas são realizadas pelo *WhatsApp*, com um robô no papel de um professor promovendo uma espécie de ‘interação’; perspectivas de qualidade se acentuam associadas à gestão com foco em resultados; parcerias entre governo e iniciativas privadas se concretizam, e os dados da

¹¹⁹ Disponível em: <https://www.instructure.com/pt-br/canvas>. Acesso em: out. 2021.

¹²⁰ Capitalism, when a crisis hits, tends to be restructured. New technologies, new organisational forms, new modes of exploitation, new types of jobs, and new markets all emerge to create a new way of accumulating capital.

educação pública são colocados em evidência, de maneira a serem extraídos para lugares desconhecidos; efeitos de rede são solidificados e uma dada plataforma opera em âmbito nacional e internacional, constituindo-se em um parâmetro a ser considerado, regularmente, com a ideia de inovação imbuída em sua missão.

Todas essas informações equivalem às plataformas analisadas neste trabalho. É preciso que um aspecto fique elucidativo ao leitor: quando mencionamos a expressão ‘neoliberalismo digital’, reportamo-nos exatamente às idiossincrasias do capitalismo de plataforma. Consideramos prudente trabalhar com essa expressão, pois constatamos que a plataformização se caracteriza como um processo hegemônico desse neoliberalismo, e aqui já respondemos a uma das indagações que constituem a problematização da pesquisa. Em um contexto de neoliberalismo digital, o capitalismo de plataforma se consubstancia de variadas formas: há uma quantidade enérgica de plataformas trabalhando com extrações de dados, ampliando efeitos de rede e vendendo os resultados para outras empresas, as quais, certamente, reproduzirão as mesmas atitudes, de modo a demarcar uma atuação hegemônica e que tenderá a ser conservada enquanto as plataformas mostrarem acordos e projetos lucrativos em uma sociedade voltada à cultura de desempenho, da competitividade, bem como a uma cultura que demonstra um lamentável menoscabo em relação aos direitos sociais, o que fortifica o predomínio de circunstâncias com severas desigualdades.

A partir do exposto, salientamos que um ensino plataformizado é a nova realidade de uma cultura digital na qual esta pesquisa se insere em seu tempo presente. Com a pandemia ocasionada pela covid-19, essa forma de ensino obteve pujança, potencializando-se. Vinculado a essa constatação, o capitalismo de plataforma ratifica a noção de a educação ser como um produto (a ponto de ser comparada a um hambúrguer), pois vivemos sob uma lógica econômica global. A situação se agrava quando conduzimos nossas ponderações à existência de um neoliberalismo digital.

Pensemos: se o ensino passa a ser plataformizado, dadas as especificidades da cultura de uma sociedade digitalizada com foco na virtualidade e operando em contexto de um capitalismo de plataforma, em razão dos modos de atuação desse capitalismo que se materializa sob múltiplos aspectos (no caso da educação, a partir de plataformas com finalidades distintas: preparar para vestibulares, oferecer inovações ao Ensino Superior, compartilhar conteúdos relacionados à Educação Básica etc.), também perpassa por um controle social, considerando as funcionalidades das plataformas que trabalham com a extração de dados, cuja finalidade é prever comportamentos. Aliás, este é o intuito primordial: extrair dados para prognosticar maneiras de sociabilidade. Compete realçar: dados, como bem

expôs Srnicek (2017), são similares ao petróleo, uma vez que carecem de ser extraídos, tratados e usados de múltiplas formas.

Retomemos, também, que o objetivo central desta dissertação consistiu em analisar as consequências do fenômeno da plataformização do ensino, por meio das particularidades do capitalismo de plataforma em contexto de um neoliberalismo digital. Ao ter em vista os objetivos específicos, estes foram alcançados à medida que cada seção foi apresentada, constituindo o caminho lógico-argumentativo do presente trabalho.

Na segunda seção, perpassamos historicamente e de modo conciso por três momentos que conceberam o capitalismo de plataforma: a recessão de 1970; o “boom” de 1990; e a crise econômica de 2008 (SRNICEK, 2017), para, em seguida, concentrar a nossa atenção na forma como poderíamos caracterizar as plataformas por intermédio das definições de efeitos de rede, de economia digital, de ecossistema e de uma analogia ao rizoma, a fim de tornar inteligível a ideia da conectividade rizomática. A propósito, é pertinente retomar que a conectividade rizomática das plataformas colabora com a intensificação dos efeitos de rede, um aspecto que propicia às plataformas a conquista de espaços, de forma a fidelizar uma quantidade expressiva de usuários. Uma conectividade rizomática está totalmente relacionada à ideia de expansão. A finalidade consiste em alcançar espaços cada vez mais diversos. No campo educacional, estabelece-se o ecossistema do ensino plataformizado, com projetos de plataformas que se moldam à racionalidade do neoliberalismo digital.

Por sua vez, na terceira seção, apresentamos as idiosincrasias do neoliberalismo, pautando-nos na maneira como uma racionalidade neoliberal passou a ser instaurada na sociedade, no caso, a brasileira. Nesse ínterim, na quarta seção, reflexões foram tecidas a respeito das especificidades dos conceitos de campo em Pierre Bourdieu e hegemonia em Antonio Gramsci, com o cuidado de articular essas teorias ao referencial do capitalismo de plataforma e às idiosincrasias do neoliberalismo.

Na quinta seção, finalmente, promovemos uma discussão a respeito do fenômeno da plataformização do ensino, calcando-nos em uma perspectiva teórico-crítica. Para essa discussão, selecionamos as plataformas: *Canvas*, *Aprendendo Sempre*, *AprendiZAP*, *YouTube Edu* e *Resolve Sim*, no intento de verificar a consolidação e a expansão de uma nova forma do capitalismo, instigando meios de controle e de produção de comportamentos – e, mais profundamente, de subjetividades.

Com a plataforma *Canvas*, não podemos deixar de frisar que percebemos o poder dos efeitos de rede e de como uma conectividade rizomática se efetiva (SRNICEK, 2017), já que a plataforma em questão é requisitada e atua em universidades e instituições de diferentes

países da América Latina. Inclusive, o conceito de campo em Bourdieu (2011a; JOURDAIN; NAULIN, 2017) foi fundamental para entendermos as disputas instauradas dentro de um campo educacional compreendido como um ecossistema do ensino plataformizado, levando em consideração que, nesse campo, há disputas por ascensões e pela própria educação sob a característica de produto, e não como um bem público, o que já responde à outra indagação que contribuiu para o aprofundamento de nossa problematização. Faz-se prudente realçar que as plataformas *Aprendendo Sempre*, *AprendiZAP* e *YouTube Edu* validaram a nossa ideia de caracterizar a plataformização como um processo hegemônico do neoliberalismo digital, uma vez que, nessas plataformas, ressignificam-se condutas, a considerar a função do professor, ou seja, como ele deve conduzir o seu trabalho, além de apontar para ideários de praticidade, potencialidades tecnológicas, soluções educacionais e inovações a serem incorporadas frequentemente.

As reflexões de Gramsci (1999) quanto ao conceito de hegemonia contribuíram eficazmente para definir a plataformização como um fomento à criação de uma nova cultura – e, por consequência, de uma nova racionalidade e de um controle político-social de pensamento. Por fim, a plataforma *Resolve Sim* foi fulcral para notarmos a complexidade de nosso tema: para além de consolidar novas formas de sociabilidade ou ampliar efeitos de rede, as plataformas operam com o ato de extrair dados; no caso da *Resolve Sim*, não há elucidções para onde os dados da educação pública foram direcionados. Por essa razão, enfatizamos que a educação passa por um controle social, por intermédio de práticas de supervisão e gerenciamento.

Uma reflexão ainda se faz necessária, com vistas a deixar novas possibilidades de estudos: os nomes das plataformas *Aprendendo Sempre*, *AprendiZAP* e *Resolve Sim* revigorizam a prática do solucionismo tecnológico (MOROZOV, 2020). As duas primeiras se centram na realização de aprendizagem constante; a última, por seu turno, focaliza a ação de resolver um específico problema (a ausência da qualidade na educação pública, na concepção dos idealizadores da plataforma). Eis, então, a solução tecnológica: as plataformas.

A propósito, considerando que este estudo se circunscreve na linha de pesquisa História da Educação, Políticas e Práticas Pedagógicas, apesar de ser um tema deveras recente, identificamos relações: a noção de benchmarking coaduna com a imprescindibilidade de as plataformas se demarcarem como meios de propiciar qualidade educacional. Como observa Azevedo (2016; 2021), uma avaliação respaldada em benchmarking se consolida como uma ferramenta de meta-regulação, de modo a afetar a relação entre o campo da educação em escala nacional, estadual, regional e global, bem como a estrutura das políticas

públicas educacionais. Imaginemos, então, um benchmarking digital, conforme salientamos no decorrer da pesquisa: situadas em um contexto de capitalismo de plataforma e de neoliberalismo digital, empresas que adentram no campo educacional, com projetos das mais diversas égides, carecerão de entender a concorrência, desenvolver autoconhecimento de realidades internas, otimizar tempo, criar maneiras para se diferenciar e, o mais crucial, progredir no mercado. Nesse cenário, a premência de inovar e o anseio por buscar diferenciais que contemplem a ideia de uma modernização se avigoram e implantam a conduta hegemônica de que uma determinada plataforma resolverá todas as complexidades que a educação pública, por exemplo, enfrenta, desconsiderando que a sociedade brasileira está compenetrada em um quadro pujante de disparidades.

Apresentada a nossa hipótese de que as plataformas desenvolvem monopólios digitais em um processo que consiste no ato de coletar e analisar dados para, posteriormente, vender o resultado por meio de uma conectividade rizomática (SRNICEK, 2017), é cordato assinalar nestas Considerações Finais que um ensino plataformizado se alicerça ao que entendemos por capital educador, ou seja: passa a ser um serviço restrito às ações de oferecer, adquirir e investir, afastando-se da noção de bem público, comum. A plataformização fortifica esse ideário e isso exacerba a nossa preocupação.

Logo, apontamos para a necessidade de haver mais estudos teórico-críticos sobre o fenômeno da plataformização vinculado ao neoliberalismo e que contemplem os postulados concernentes às características do capitalismo de plataforma. Oportunamente, destacamos mais possibilidades de estudos: efetuar pesquisas que explicitem as relações entre o capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017) e ao que podemos designar “Era de Capitalismo de Vigilância”, tendo Zuboff (2021) como uma das referências centrais. Ademais, como bem aventa Srnicek (2017, p. 31, grifo do autor, tradução nossa):

Há uma convergência de vigilância e obtenção de lucro na economia digital, o que leva alguns a falar de ‘capitalismo de vigilância’. A chave para as receitas, no entanto, não é apenas a coleta de dados, mas também a análise de dados. Os anunciantes estão menos interessados em dados desorganizados e mais em dados que lhes fornecem insights ou os associam a prováveis consumidores. São dados que foram *trabalhados*. [...] ¹²¹.

¹²¹ There is a convergence of surveillance and profit making in the digital economy, which leads some to speak of ‘surveillance capitalism’. Key to revenues, however, is not just the collection of data, but also the analysis of data. Advertisers are interested less in unorganised data and more in data that give them insights or match them to likely consumers. These are data that have been *worked on*.

Em particular, uma questão nos chamou atenção: a plataforma *Canvas*, segundo o diretor da *Instructure* da América Latina, Lars Janér, está em mais de 2 (duas) mil instituições de ensino, incluindo 7 das 8 Universidades “Ivy League”, um grupo formado pelas universidades mais prestigiadas dos Estados Unidos, sendo elas: Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth, Harvard, Universidade da Pensilvânia, Princeton e Yale.

Nessa seara, urge ponderar de que modo *Canvas* é trabalhada nessas universidades e se haveria, aí, um efeito de rede – conectividade rizomática – sendo influenciado pelo capitalismo de plataforma, bem como se seus ecossistemas são firmados em universidades que correspondem à elite do Ensino Superior norte-americano. Mais especificamente, para finalizar, indagamos: quais comparações podem ser estabelecidas entre o Ensino Superior brasileiro e o norte-americano em tempos plataformizados, levando em consideração o contexto histórico, econômico, político e social tanto do Brasil quanto dos EUA? Pode-se entender que a atuação da plataforma *Canvas* nesses dois países ratifica a ideia de que o capitalismo de plataforma é a nova hegemonia do neoliberalismo digital no campo da Educação Superior?

As duas últimas indagações apresentadas apenas mostram que esta pesquisa não crava o seu desfecho aqui. Afinal, o ato de pesquisar cumpre a finalidade de investigar novas problematizações, suscitar inquietações, encontrar caminhos de reflexões, apreender conhecimentos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Paulo Henrique. Lemann vê a pandemia como uma oportunidade: “é o que eu mais gosto”. **Conversa Afiada**, 2020. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/economia/lemann-ve-a-pandemia-como-uma-oportunidade-e-o-que-eu-mais-gosto>. Acesso em: set. 2021.

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109-135, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

APRENDIZAP | Estude pelo Whats. **AprendeZAP**, [2021]. Disponível em: <https://linktr.ee/aprendizap>. Acesso em: set. 2021.

AS REDES de controle das massas e a hegemonia das Elites! **Charges Genildo**, 2016. Disponível em: <http://www.genildo.com/2016/12/as-redes-de-controle-das-massas-e.html>. Acesso em: ago. 2021.

AVELAR, Marina. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. *In*: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 73-79.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. As formas não conformadas do pensamento de Pierre Bourdieu: uma análise de certas categorias. *In*: TASSO, Ismara (org.). **Estudos do Texto e do Discurso**: Interfaces entre Língua(gens), Identidade e Memória. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 229-240.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Economia baseada no “cercamento” do conhecimento: globalização, seigniorage e mercadorias fictícias. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais [...]**. Porto de Galinhas, 2012a.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Formação docente e o campo profissional: políticas, regulações e processos. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org.). **Trabalho na Educação Básica**: a condição docente em sete estados brasileiros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012b. p. 131-151.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Igualdade e Equidade: qual é a medida da Justiça Social? **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 129-150, 2013.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Educação e Benchmarking: meta-regulação e coordenação de políticas baseadas em indicadores e nas chamadas ‘boas-práticas’. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 24., 2016, Maringá. **Anais [...]**. Maringá, 2016.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A “Escola Cooperativa de Maringá” ou uma Escola com “Ensino Público e Gratuito com Microgestão Privada” (1991-1992): Uma Experiência de Charter School no Brasil Avant la Lettre. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, v. 26, n. 132, p. 1-33, 2018.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Bem público, teoria do capital humano e mercadorização da educação: aproximações conceituais e uma apresentação introdutória sobre “público” nas Declarações da CRES-2008 e CRES-2018. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 873-902, 2019.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A Educação Superior no Brasil em quatro gerações de reformas (1990-2020): mercadorização, internacionalização, transnacionalização, benchmarking e “capitalismo acadêmico de plataforma”. In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; NETO, Antônio Cabral; SANTOS, Guilherme Mendes Tomaz dos (org.). **Educação Superior em tempos de crise: repercussões em diferentes contextos**. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 59-94.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **Educação e Gestão Neoliberal: a escola cooperativa de Maringá – uma experiência de *charter school*?** Maringá: Eduem, 2021.

BALL, Stephen John. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, Luiz Heron (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 121-137.

BALL, Stephen John. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, [S. I.], v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: o Estado em um mundo em transformação**. Washington, DC: Banco Mundial, 1997.

BARBIERI, Aline Fabiane. **Políticas para a Educação Básica no Brasil a partir dos anos de 1990: a conformação de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação**. 2018. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

BARROSO, João. A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas. **Educação: Temas e Problemas**, v. 12, n. 13, p. 13-25, 2013. Disponível em: https://www.ciep.uevora.pt/Publicacoes/publicacoes_periodicas/publicacoes_2013/Educacao-Temas-e-Problemas. Acesso em: fev. 2021.

BEDIN, Gilmar Antonio; NIELSSON, Joice Graciele. A crise dos anos 70 do século 20 e a ruptura da tendência socializante das sociedades capitalistas: algumas observações sobre a ascensão das ideias neoliberais e suas consequências. **Revista Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 2, n. 4, p. 39-60, 2011.

BELESSA, Mauro. IEA e Itaú Social lançam Cátedra de Educação Básica. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA**, 2019. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/lancamento-catedra-de-educacao-basica>. Acesso em: maio 2021.

BERTOLETTI, Vanessa Alves; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A sociologia de Pierre Bourdieu: considerações acerca do conceito de *habitus*. **Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 303-313, 2009.

BOITO JÚNIOR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica marxista**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 9-35, 2003. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ifch-unicamp/20121129113308/Governo_Lula.pdf. Acesso em: fev. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1972.

BOURDIEU, Pierre. **Algeria 1960**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de Sociologie**. Paris: Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 112-143.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007 [1979].

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011b.

BRAFMAN, Luciana. Mafalda, Patagônia e o consumo consciente. **Veja**, 2020. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/blog/luciana-brafman/mafalda-patagonia-consumo-consciente/>. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018**. Cria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9527.htm. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Portaria nº 433, de 22 de outubro de 2020**. Institui o Comitê de Orientação Estratégica – COE para a Elaboração de Iniciativas de Promoção à Expansão da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais, no âmbito da Secretaria de Educação Superior, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União/MEC/SESU, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-433-de-22-de-outubro-de-2020-284699498>. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3-24, 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma Gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 1-19, 2000. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/81refgerenc1995-ina.pdf>. Acesso em: maio 2021.

“CANVAS foi pensado com o usuário em mente”: Lars Jáner, diretor da Instructure na América Latina, fala sobre plataforma de ensino que acaba de chegar ao Brasil. **Infoescola**, 2016. Disponível em: <https://www.infoescola.com/noticias/canvas-foi-pensado-com-o-usuario-em-mente-lars-janer-diretor-da-instructure-na-america-latina-fala-sobre-plataforma-de-ensino-que-acaba-de-chegar-ao-brasil/>. Acesso em: set. 2021.

CANVAS supera *Blackboard* e se torna sistema de gestão mais usado nos EUA. **Porvir – Inovações em Educação**, 2018. Disponível em: <https://porvir.org/canvas-supera-blackboard-como-sistema-de-gestao-mais-usado/>. Acesso em: ago. 2021.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Catálogo de Teses e Dissertações**, [2020]. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: set. 2020.

CARIELLO, Lisia. Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais: os casos da Fundação Estudar e da Fundação Lemann. *In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO*, 19., 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh, 2020.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Política e Gestão da Educação: explorando o significado dos termos. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 21, n. 41, p. 77-96, 2016.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **Democratização e privatização**: uma relação possível na gestão da educação básica pública? Prefácio de Valdemar Sguissardi. Maringá: Eduem, 2020.

CNPQ – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. Grupo de Estudos e

Pesquisas em Educação Básica e Superior – GEDUC. [2021]. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4798284105765392>. Acesso em: out. 2021.

COLLOR, Fernando. **Brasil: um projeto de reconstrução nacional**. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/collor/brasil-um-projeto-de-reconstrucao-nacional-1991/view>. Acesso em: maio 2021.

CONHEÇA os Edutubers: pessoas que estão revolucionando a forma de ensinar pela Internet! **IBF Pós**, 2017. Disponível em: <https://www.ibfpos.com.br/noticias-976-conheca-os-edutubers-pessoas-que-estao-revolucionando-a-forma-de-ensinar-pela-internet>. Acesso em: set. 2021.

COSTA, Ricardo. **Gramsci e o conceito de hegemonia**. São Paulo: Cadernos do ICP, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

DIAS, Edmundo Fernandes. O embate hegemônico. *In*: DIAS, Edmundo Fernandes (org.). **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006. p. 53-126.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **A sociedade pós-capitalista**. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

DUARTE, Juliana Fonseca. **Trabalho docente em tempos de neoliberalismo**. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

EVANGELISTA, Olinda. De protagonistas a obstáculos: Aparelhos Privados de Hegemonia e conformação docente no Brasil. **Revista Outubro**, n. 35, 2021 (no prelo).

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. *In*: CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo (org.). **Trabalho e Educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2019. p. 83-120.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **O projeto político-estratégico da pedagogia histórico-crítica: uma análise das origens, do desenvolvimento, dos dilemas e da relação entre a escola pública e a luta socialista**. 2014. 622 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FAYH, Marcelo. O que é Hedge Funds e como funcionam dos Fundos de Cobertura. **The Cap**, 2020. Disponível em: <https://comoinvestir.thecap.com.br/o-que-e-hedge-funds-fundos-cobertura/>. Acesso em: maio 2021.

FENILI, Renato. A inteligência artificial de um Brasil que licita no modo analógico. **In Club**, 2019. Disponível em: <http://www.inclublicita.com.br/a-inteligencia-artificial-de-um-brasil-que-licita-no-modo-analogico/>. Acesso em: mar. 2022.

FERNANDEZ, Ciro Francisco Burgos. **Neoliberalismo e os cursos superiores de tecnologia no Brasil**. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FERREIRA, Gesilaine Mucio; MOREIRA, Jani Alves da Silva; VOLSI, Maria Eunice França. Políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil: em discussão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Inclusiones**, [S. I.], v. 7, n. 1, p. 10-34, 2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/alle/textos/NSAFAsPesquisasDenominadasEstadodaArte.pdf>. Acesso em: set. 2020.

FREIRE, Silene de Moraes; MURAD, Larissa Costa; SILVA, Leticia Tavares da Silva e. Segurança pública, mídia e neoconservadorismo: a naturalização da barbarização das relações sociais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 23, n. 1, p. 212-231, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/11915/6653>. Acesso em: ago. 2021.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FUNDAÇÃO ITÁU SOCIAL. **Plataforma Polo de Desenvolvimento Educacional**. [2021]. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/>. Acesso em: fev. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório de atividades 2002**. São Paulo: Fundação Lemann, 2002.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório de atividades 2003**. São Paulo: Fundação Lemann, 2003.

FUNDAÇÃO Lemann escolhe *Canvas* para oferecer desenvolvimento para professores e diretores de escolas em todo o Brasil. **SEGS**, 2017. Disponível em: <https://www.segs.com.br/educacao/74823-fundacao-lemann-escolhe-canvas-para-oferecer-desenvolvimento-para-professores-e-diretores-de-escolas-em-todo-o-brasil>. Acesso em: set. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Educadores**. [2021]. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/voce/educadores>. Acesso em: set. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Missão**. [2021]. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/afundacao#somos-mission>. Acesso em: set. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Gilberto. **Pela Internet 2**. Rio de Janeiro: Geleia Geral – GEGE Produções Artísticas, 2018. Disponível em: <https://www.kboing.com.br/gilberto-gil/pela-internet-2/>. Acesso em: out. 2021.

GOMES, Luís Eduardo. Educação vigiada: em troca de parcerias ‘gratuitas’, governos entregam a grandes empresas dados da educação pública. **Sul21**, 2020. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2020/07/educacao-vigiada-em-troca-de-parcerias-gratuitas-governos-entregam-a-grandes-empresas-dados-da-educacao-publica/>. Acesso em: out. 2021.

GOVERNO do RS anuncia plataforma de conteúdos do ensino médio para estudantes da rede pública. **G1 RS**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/07/09/governo-do-rs-anuncia-plataforma-de-conteudos-do-ensino-medio-para-estudantes-da-rede-publica.ghtml>. Acesso em: out. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: volumes 1 a 6. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 5: o Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2018.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HENRIQUE, Arthur. Mais popular? Audiência do Instagram já é 35% maior do que a do Facebook. **Olhar digital**, 2021. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/05/23/internet-e-redes-sociais/instagram-maior-que-facebook-audiencia/>. Acesso em: maio 2021.

HERTZOG, Lucas. **Dá um like, se inscreve no canal e compartilha o vídeo**: um estudo sociológico sobre o trabalho e as novas tecnologias digitais no *Youtube* Brasil. 2019. 339 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

HINKELAMMERT, Franz; MORA, Henry. **Hacia una economia politica para la vida**. San José/Costa Rica: DEI, 2005.

HIRSCHMAN, Albert. **Saída, voz e lealdade**: reações ao declínio de firmas, organizações e estados. São Paulo: Perspectiva, 1973.

I FOOD alcança a marca de 300 mil pessoas impactadas nos cursos de capacitação e amplia formação em gestão para parceiros restaurantes. *iFood News*, 2021. Disponível em: <https://news.ifood.com.br/ifood-alcanca-a-marca-de-300-mil-pessoas-impactadas-nos-cursos-de-capacitacao-e-amplia-formacao-em-gestao-para-parceiros-restaurantes/>. Acesso em: set. 2021.

INÍCIO. **Aprendendo Sempre**, [2021]. Disponível em: <https://aprendendosempre.org>. Acesso em: set. 2021.

INÍCIO. **AprendeZAP**, [2021]. Disponível em: <https://www.aprendizap.com.br>. Acesso em: set. 2021.

INÍCIO. **AprendeZAP para Alunos**, [2021]. Disponível em: <https://www.aprendizap.com.br/alunos>. Acesso em: set. 2021.

INÍCIO. **AprendeZAP para Professores**, [2021]. Disponível em: <https://www.aprendizap.com.br/professores>. Acesso em: set. 2021.

INÍCIO. **Blackboard**, [2021]. Disponível em: <https://www.blackboard.com/pt-br>. Acesso em: ago. 2021.

INÍCIO. **Eleva Educação**, [2021]. Disponível em: <https://elevaeducacao.com.br>. Acesso em: out. 2021.

INÍCIO. **Estácio**, [2021]. Disponível em: <http://www.estacio.com.br>. Acesso em: out. 2021.

INÍCIO. **Fundação 1Bi**, [2021]. Disponível em: <https://www.fundacao1bi.com.br>. Acesso em: set. 2021.

INÍCIO. **Instructure – Canvas**, [2021]. Disponível em: <https://www.instructure.com/pt-br/canvas>. Acesso em: out. 2021.

INÍCIO. **Instructure – Canvas Ensino Superior**, [2021]. Disponível em: <https://www.instructure.com/pt-br/canvas/ensino-superior>. Acesso em: set. 2021.

INÍCIO. **Itaú**, [2021]. Disponível em: <https://www.itaubr.com.br/>. Acesso em: fev. 2021.

INÍCIO. **Movile**, [2021]. Disponível em: <https://www.movile.com.br>. Acesso em: set. 2021.

INÍCIO. **Resolve Sim**, [2021]. Disponível em: <https://www.resolvesim.com.br>. Acesso em: out. 2021.

INOVEDUC entrevista Lars Janér – Diretor do *Canvas* para América Latina. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (10 min.). Publicado pelo canal INOVEDUC. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0jk4ueT_zhs. Acesso em: set. 2021.

IZEPÃO, Rosalina Lima; BRITO, Elohá Cabreira; BERGOCE, Janaína. O indivíduo na economia neoclássica, comportamental e institucional: da passividade à ação. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 31, p. 55-74, 2020.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2017.

KALIL, Renan Bernardi. **Capitalismo de plataforma e direito do trabalho: *crowdwork* e trabalho sob demanda por meio de aplicativos**. 2019. 368 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LARA, Mahila Ames de. Deputados gastam R\$ 100 mil de verba pública com anúncios no Facebook. **Poder 360**, 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/deputados-gastam-r-100-mil-de-verba-publica-com-anuncios-no-facebook/>. Acesso em: fev. 2022.

LÉVY, Pierre. **Cyberculture**. Paris: Editions Odile Jacob, 1997.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. A revisão de literatura como parte integrante do processo de construção do problema. *In*: LUNA, Sergio Vasconcelos de (org.). **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000. p. 80-105.

MANIFESTO sobre portaria acerca de Expansão da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais. **ANPEd**, 2020. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/manifesto-sobre-portaria-acerca-de-expansao-da-educacao-superior-por-meio-digital-em>. Acesso em: ago. 2021.

MARTINS, Carlos Benedito. A pluralidade dos mundos e das condutas sociais: a contribuição de Bourdieu para a Sociologia da Educação. **Em Aberto**, Brasília, ano 9, n. 46, p. 59-72, 1990.

MARX, Karl. **Conseqüências sociais do avanço tecnológico**. Niterói: Edições Populares, 1980.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global de produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCCLASKEY, Layla Salles. **A regulação tributária da economia digital: uma análise à luz do caso da tributação do serviço de transporte por aplicativo**. 2021. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direito da Regulação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.

MELO, Marcelo Paula de; FALLEIROS, Ialê. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. *In*: NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-192.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Campinas: Boitempo, 2005.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução de Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOROZOV, Evgeny. Solucionismo, nova aposta das elites globais. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598364-solucionismo-nova-aposta-das-elites-globais>. Acesso em: out. 2021.

NICK Srnicek – 17/08/2016. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (38 min.). Publicado pelo canal Ars Industrialis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YxT59mXDLDI>. Acesso em: maio 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação em Gramsci. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 25-33, 2012.

NOTA de repúdio ao Decreto Federal nº 9.527. **CESE em defesa dos Direitos Humanos**, 2018. Disponível em: <https://www.cese.org.br/nota-de-repudio-ao-decreto-federal-no-9-527/>. Acesso em: ago. 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Incheon Educação 2030**: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. *In*: OSBORNE, David; GAEBLER, Ted (org.). **Introdução: uma perestroika nos Estados Unidos**. Brasília: Editora MH Comunicações, 1994. p. 1-25.

PARENTE, Juliano Mota; VILLAR, Lourdes Belén Espejo. Os sistemas educacionais no contexto da transição da Nova Gestão Pública para a Pós-Nova Gestão Pública: estudo comparado entre Brasil e Espanha. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. 1-23, 2020.

PARKER, Geoffrey G.; ALSTYNE, Marshall W. Van; CHOUDARY, Sangeet Paul. **Plataforma, a revolução da estratégia**: o que é a plataforma de negócios, como surgiu e como transforma a economia em alta velocidade. Tradução de Bruno Alexander e Lizandra Magon de Almeida. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

PATÚ, Gustavo. Dívida pública dobra com FHC e chega a R\$ 306 bi. **Folha de São Paulo**, 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc27029803.htm>. Acesso em: maio 2021.

PEREIRA, Francisco. **(Im)possibilidades da construção de uma educação emancipadora em cursos tecnológicos**: uma abordagem a partir de dois cursos localizados em Goiânia e Anápolis. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

PEREIRA, Jennifer Nascimento; EVANGELISTA, Olinda. Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann. **Movimento – Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n. 10, p. 65-90, 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO Ludimar (org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 11-24.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; LIMA, Paula Valim de. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-20, 2020.

PINHEIRO, Pedro Henrique. Waze, WhatsApp, Facebook: Gilberto Gil atualiza a música “Pela Internet” 21 anos depois. **Tenho mais discos que amigos**, 2018. Disponível em: <https://www.tenhomaisdiscosqueamigos.com/2018/02/01/gilberto-gil-atualiza-a-musica-pela-internet-21-anos-apos-lancamento-da-original/>. Acesso em: out. 2021.

PITTY. **Admirável Chip Novo**. Rio de Janeiro: DeckDisc, 2003. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/pitty/admiravel-chip-novo/>. Acesso em: out. 2021.

PLATAFORMA. **Origem da Palavra**, [2021]. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/plataforma/>. Acesso em: maio 2021.

QUEM é a CESE – Estratégias de ação. **CESE em defesa dos Direitos Humanos**, [2021]. Disponível em: <https://www.cese.org.br/quem-e-a-cese/estrategias-de-acao/>. Acesso em: ago. 2021.

QUEM são os brasileiros no novo ranking dos Bilionários do Mundo. **Forbes**, 2020. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2020/04/quem-sao-os-brasileiros-no-novo-ranking-dos-bilionarios-do-mundo/#foto23>. Acesso em: set. 2021.

RAULINO, Gabriela Dalila Bezerra. **Do lúdico ao lucro**: o trabalho da audiência do *Facebook* e do *Youtube* na acumulação do capital. 2018. 222 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RIZOMA: apresentação. **Milharal**, [2021]. Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/2012/07/01/rizoma-apresentacao/>. Acesso em: maio 2021.

ROBERTSON, Susan Lee. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 17, n. 50, p. 283-302, 2012.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 25-94.

SCHERER, Susana Schneid. Performatividade, trabalho docente e escola pública: um mapa dos estudos sobre a temática. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 6, n. 13, p. 29-47, 2019.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia do compartilhamento corporativa. Tradução e comentários de Rafael Augusto Ferreira Zanatta. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A gênese da sociologia crítica de Pierre Bourdieu. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 10, n. 112, p. 114-120, 2010.

SOLAR. **Novo Dicionário Enciclopédico Brasileiro**. São Paulo: Editora Formar Ltda., 1971.

SOMOS Educação adota o *Canvas* como plataforma educacional para inovar ensino técnico on-line. **Revista Educação**, 2017. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2017/05/05/somos-educacao-adota-o-canvas-como-plataforma-educacional-para-inovar-ensino-tecnico-online/>. Acesso em: set. 2021.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge-UK: Polity, 2017.

STANGE, Carlos Eduardo Bittencourt. **O conceito de qualidade na avaliação institucional no Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná**: contribuições interpretativas à luz de Bourdieu e Toulmin. 2020. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; VIERA, Paulo Henrique. Roteiro para elaboração de projeto de pesquisa. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; GONZAGA, Maria Teresa Claro (org.). **Metodologia e Técnica de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eduem, 2011. p. 21-41.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **Tecnologia, informação e poder**: das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. 401 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VAZ, Marta Rosani Taras. Contribuições teóricas para a análise das Políticas Educacionais: Gramsci, Bourdieu e Mészáros. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 6, p. 1-10, 2020.

VELASCO, Ariane. O que é login? **Canaltech**, 2020. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/o-que-e-login/>. Acesso em: abr. 2022.

WEBER, Max. **The Protestant ethic and the spirit of capitalism**. New York: Routledge, 2001.

YOUR phone when you say you want to buy something. **Reddit**, [2021]. Disponível em: <https://i.kym-cdn.com/photos/images/original/001/854/863/958.jpg>. Acesso em: maio 2021.

YOUTUBE Edu. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCs_n045yHUIC-CR2s8AjIwg/edu. Acesso em: set. 2021.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.